

Distr.  
RESTRINGIDA

LC/R.1224  
LC/DEM/R.147  
Serie A, N° 243  
14 de septiembre de 1993

ORIGINAL: PORTUGUES

---

CEPAL

Comisión Económica para América Latina y el Caribe

## **FAMÍLIA BRASILEIRA EM TRANSIÇÃO: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS**

Este documento foi preparado pela Senhora Ana Maria Goldani para ser apresentado a la reunião de trabalho "Familia, desenvolvimento e dinâmica da população na América Latina e o Caribe", organizado pela Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL e pela Área da População e Desenvolvimento do CELADE, de 27 a 29 de novembro de 1991, em Santiago do Chile.

As opiniões contidas neste documento são de exclusiva responsabilidade do autor e podem não coincidir com as da Organização.

Não foi submetido a revisão editorial.

## INDICE

	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO .....	1
I. O PERFIL DA COMPLEXIDADE: OS DIFERENTES PROCESSOS ASSOCIADOS ÀS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS UNIDADES DOMÉSTICAS E FAMÍLIAS BRASILEIRAS .....	4
II. COMO SE ESTRUTURAM E CRECEM AS UNIDADES DOMÉSTICAS DE ACORDO AS ESTATÍSTICAS E COM OS CRITÉRIOS DE RESIDÊNCIA EM UM MESMO DOMICÍLIO PARTICULAR, A RELAÇÃO DE PARENTESCO E DEPENDÊNCIA DOMÉSTICA TEMOS FAMÍLIAS E "NÃO-FAMÍLIAS" .....	7
1. As Unidades Domésticas "Não-Famílias": O fenômeno de crescimento das pessoas morando sozinha .....	9
III. FAMÍLIA OU FAMÍLIAS? A DIVERSIFICAÇÃO DO MODELO CONJUGAL CRESCENTE IMPORTÂNCIA DO MODELO MONOPARENTAL, SOBRETUDO, A MÃE SEM CONJUNGE E COM FILHOS .....	10
1. Os Determinantes "próximos" da estrutura familiar: as mudanças demográficas e o papel decisivo da maior longevidade e do aumento das separações e divórcios nas trajetórias individuais familiares .....	13
IV. TRANSIÇÕES NA TRANSIÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA: A DINÂMICA INTERNA DAS FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DO "TEMPO" E DA "ORDEM" DOS EVENTOS .....	15
1. O Processo de Formação da Família .....	16
2. O Processo de Expansão da Família .....	17
V. A FAMÍLIA DAS MULHERES: A CHEFIA FEMININA DAS UNIDADES DOMÉSTICAS E/OU FAMÍLIAS, SUA RELAÇÃO COM A POBREZA E AS CONSEQÜÊNCIAS PARA A REPRODUÇÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA .....	18
1. Como se define a chefia feminina no caso do Brasil e qual a utilidade do conceito? .....	19
2. Qual o perfil das Famílias com chefes mulheres e que as distingue das Famílias com chefes homens? .....	20
3. Quais os determinantes da pobreza entre as famílias com chefes mulheres ?	22

	<u>Página</u>
VI. AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS: O AUMENTO NA PROPORÇÃO TOTAL E NO TEMPO DAS CRIANÇAS VIVENDO EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS, AS RELAÇÕES COM A POBREZA E COM A REPRODUÇÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA .....	24
VII. AS FAMÍLIAS DOS IDOSOS: O AUMENTO NA PROPORÇÃO DE IDOSOS NA POPULAÇÃO, A LONGEVIDADE E OS PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO, OS TIPOS DE ARRANJOS DOMÉSTICOS E AS DEMANDAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS E FAMILIARES .....	25
VIII. FAMÍLIA NOS ANOS 80: A LUTA PELA DEMOCRACIA, PELA CIDADANIA E PELA SOBREVIVÊNCIA. A SINGULARIDADE E A INTERDEPENDÊNCIA DAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS VIA ARRANJOS DE TRABALHO, AS ESTRATÉGIAS FRENTE A CRISE .....	28
IX. PERSPECTIVAS FUTURAS DA FAMÍLIA BRASILEIRA .....	30
1. Família e Perspectivas Demográficas .....	31
2. Família e Perspectivas nas Políticas Sociais e Econômicas .....	32
3. Família, Fatos, Opiniões e Expectativas de Comportamento da População ..	33
X. CONCLUSÕES .....	36
Notas .....	38
BIBLIOGRAFIA .....	41
APÊNDICE ESTATÍSTICO .....	45

## INTRODUÇÃO

A família ou as famílias em transição fazem parte de um processo de modernidade "paradoxal" e "contraditório" que caracteriza o Brasil nesta segunda metade do século XX. Neste contexto as tendências são de uma diminuição no tamanho e no ritmo de crescimento do número de famílias bem como de uma diversificação ainda maior nos arranjos internos familiares. Viver só ou em família formada pela mãe sem conjuge são arranjos domésticos cujas tendências se acentuam fortemente. Crescer com ambos os pais, fato considerado universal entre as crianças brasileiras já não o é. Ainda que predominante, o residir só com a mãe aparece como o fenômeno de maior crescimento na última década. Tudo isto ocorre, permeado por aspectos significativos de mudanças e continuidade no relacionamento entre os membros da família. Conjuges e filhos participam mais intensamente nas atividades de mercado de trabalho e na renda monetária familiar, compartilhando com o chefe as responsabilidades de manutenção da família e promovendo uma crescente redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade.

No bojo das intensas contradições do processo de reprodução da sociedade brasileira a história contemporânea da família está marcada pela "inviabilidade" na concretização do modelo cultural historicamente hegemônico a família nuclear formada por casal com filhos e com parentes, eventualmente, compartilhando a residência. Verdadeira para famílias de diferentes segmentos sociais, por raça e regiões do país, esta "inviabilidade" se explicaria por uma multiplicidade de fatores. São estes fatores, bem como as estratégias desenvolvidas para manter, alterar ou mesmo alcançar o modelo de família "preferido" que responderiam pelas transformações na família. Portanto, o grande desafio está em entender as novas configurações familiares em relação às permanências e mudanças no contexto de uma sociedade em transição onde a família não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada mas, sobretudo, é um valor fundamental à vida social brasileira.

A proposta maior deste trabalho é examinar as mudanças na estrutura das unidades domésticas e dos processos relacionados a estas. O período de referência é 1970/89 mas através de análises retrospectivas de eventos, para diferentes coortes e períodos, tratamos de resgatar a dinâmica das transformações na família a partir dos anos 50. Conscientes das dificuldades de apreender estas mudanças como parte de processos mais amplos, bem como da magnitude das diferenças internas brasileiras onde se combinam mercados de trabalho inter-regionais, aspectos culturais e uma composição por cor da população extremamente desiguais, tratamos de incorporar resultados de diferentes estudos para entender a família brasileira em transição. As fontes de dados utilizadas são basicamente, os censos decenais de população e as pesquisas domiciliares anuais (PNAD), disponíveis para as últimas duas décadas. Estas fontes distinguem entre domicílios coletivos e particulares e para estes últimos se detalha a relação de parentesco ou dependência doméstica entre as pessoas residentes, o que possibilita suas várias classificações. Com uma abrangência territorial e conceitos muito similares, os dados de censos e PNADs permitem uma primeira grande classificação dos domicílios particulares, ou unidades domésticas, em "Famílias" e "Não-Famílias". Trata-se da distinção entre aqueles domicílios particulares organizados ao redor do grupo de parentesco co-residente, a família, e aqueles domicílios que contém pessoas residindo sozinhas ou em grupo, sem relação de parentesco, os quais, para efeito de análise, chamaremos aqui de "Não-famílias" <sup>1/</sup> (vide Tabela 1).

Portanto, o crescimento das unidades domésticas brasileiras resultaria da interação dinâmica entre as unidades residenciais de parentesco (família), que em 1989 representavam 92,6%, e das unidades residenciais sem parentesco (não-família), que representavam 7,4% do total. Um exemplo da relação entre estas unidades está no aumento das pessoas residindo sozinhas, que resultaria não só de uma tendência de maiores taxas de chefia entre a população solteira mas, certamente, tem que ver com as crescentes taxas de ruptura matrimonial por separação, divórcio e viuvez e portanto, com a diminuição de famílias conjugais. Desta forma, a "não-família" representaria um arranjo doméstico alternativo bem como um estágio do ciclo familiar. Como mostraremos a seguir a maioria das pessoas vivendo sozinha representariam, sobretudo, a chamada fase de dispersão da família, onde pessoas na maioria viúvas passariam a residir só. Mesmo reconhecendo que grande parte das "não-famílias" fazem parte de um momento de desenvolvimento da família consideramos aqui, para efeitos didáticos de análise, os dois conjuntos separadamente, enfatizando, sempre que possível, a relação entre os mesmos.

Nas últimas duas décadas o número de domicílios particulares, ou unidades domésticas brasileiras, praticamente dobrou. Passando de 18,4 para 36,6 milhões, no período 1970/1989, as unidades domésticas cresceram ao redor de 98%. Durante o mesmo período, o número de pessoas morando nestas unidades aumentou em 59%, ou seja de 89,9 para 143,2 milhões de pessoas. Isto resultou em uma diminuição de cerca de 23% no tamanho médio das unidades domésticas, de 4,8 para 3,9 pessoas. No processo de crescimento do número de unidades domésticas a contribuição diferencial dos tipos de arranjos internos aponta para a dramática diminuição no peso relativo do modelo conjugal mais tradicional, casal com filhos. Representando cerca de 60% do crescimento total na década 70 este arranjo doméstico passa a representar apenas 48% nos anos 80. Por outro lado, destaca-se o incremento na participação das famílias monoparentais (mãe ou pai com filhos) cujo peso relativo passou de 16% para 22% e o das unidades unipessoais (pessoas vivendo sozinha) cuja contribuição passou de 8% para cerca de 11% do crescimento total das unidades domésticas (Tabela 1).

A organização deste documento contempla por ordem as seguintes questões:

- I. Quais os processos mais estreitamente relacionados com as mudanças nas unidades domésticas e na família brasileira?
- II. Como se estruturam as unidades domésticas no Brasil e qual a contribuição dos seus diferentes arranjos internos para seu crescimento?
- III. Quantas e quem são as "não famílias" e as famílias?
- IV. Como mudam as estruturas familiares no tempo e quais seus determinantes próximos?
- V. Qual a relação entre o tempo familiar e o tempo individual no processo de transformações da família?
- VI. Em que tipo de arranjos familiares vivem as mulheres, os jovens e os idosos brasileiros?
- VII. Quais as estratégias individuais e familiares desenvolvidas para não perder a década perdida?
- VIII. E a família brasileira do futuro?

Metodologicamente, propomos examinar a família como um processo de interação das trajetórias de vida de seus membros, que se constrói e reproduz no contexto das relações de classe e gênero. Ou seja, a família não como soma das trajetórias individuais mas como um processo que se constrói a partir da intersecção e interação entre as diferentes trajetórias de seus membros. As trajetórias possibilitam uma melhor apreensão das formas em que as condições sociais e demográficas se manifestam na família ao mesmo tempo que explicita as relações de gênero, e geração na família. Entendemos, também, que os comportamentos individuais, ao longo das trajetórias de vida, refletiriam "estratégias frente à uma estrutura de opções" mais do que a "internalização de normas, atitudes e outras predisposições de conduta resultantes da socialização". As normas da família não estão dadas mas resultariam de acordos elaborados através da interação familiar Elder (1985). Da articulação das trajetórias individuais definem-se estágios de desenvolvimento da família e portanto, estruturas diferenciadas de família. Estruturas estas que jogam um papel decisivo sobre as "chances" individuais, com implicações diretas sobre as trajetórias dos membros da família. O exemplo mais comum é o da estreita e documentada relação entre pobreza e famílias com chefes mulheres, sem conjuge, e com filhos menores (Barros e Fox, 1990). Também, a discussão das relações entre recessão, família e pobreza tem reiterado o papel fundamental da estrutura familiar (em seus diferentes estágios) na determinação dos níveis de participação dos membros da família na força de trabalho, na renda familiar, bem como na "susceptibilidade" das famílias à conjuntura econômica (Brandão, 1992).

Portanto, é no processo de interação entre os ciclos individual e familiar, no contexto maior de mudanças sociais contínuas que os arranjos familiares brasileiros vão tomando novas formas, tamanhos, e significados. Nesta perspectiva se assume que as relações familiares não são as única responsáveis pelas mudanças na família mas que as relações entre os membros da família refletem as relações sociais mais amplas onde instituições como o Estado e a Igreja participam de forma importante. Desnecessário dizer que, não se trata de discutir os diferentes arranjos familiares, empiricamente observados, a partir de um modelo normativo único o qual serviria de parâmetro para avaliar todos os demais arranjos familiares. Tão pouco a proposta é de que em uma sociedade de classes como a brasileira haveria tantos modelos de família quantas fossem as classes, o que equivaleria assumir uma homogeneidade de comportamento intra-classe. Uma alternativa seria ver o efeito que tem a classe social no comportamento dos indivíduos a partir da reconstrução da forma em que as condições objetivas estruturam suas opções 2/ (Pzeworski, 1982). Ou seja, ser um trabalhador não significa "compartir a norma" de ter um certo número de filhos ... ser trabalhador significa enfrentar-se a uma estrutura particular de opções, não haver optado "(Prezorski, 1982:86). Haveria que considerar que, de fato, muitos dos comportamentos não parecem expressão da liberdade de optar mas de atender a diferentes imperativos, que poderia ser até mesmo, "imperativos morais", para as camadas médias (Carneiro, 1987) mesmo porque dada a rapidez das mudanças no processo de modernização o sujeito não teria oportunidade de realmente se modernizar em seus conteúdos e na sua identidade (Figueira, 1985). Assim, na configuração dos arranjos domiciliares combinar-se-iam uma situação de classe com restrições ou impedimentos que parece fundamental para entender e estabelecer os nexos entre as estruturas diferenciadas das famílias.

A complexidade dos processos envolvidos na transformação da família tem mobilizado esforços das diferentes áreas das ciências humanas e de abordagens teóricas. A tendência é de uma diluição de fronteiras estanques entre os chamados "fenômenos sociológicos ou culturais" e os "fenômenos psicológicos ou mentais". As formas de construção do objeto e os instrumentais utilizados, particulares de cada disciplina, permaneceriam mas haveria uma busca cada vez mais intensa de interações "sutis". Assim é que, ao tratar de entender a família brasileira em transição recorreremos ao conhecimento acumulado nas mais diferentes áreas do conhecimento entendendo transição em um sentido mais

amplo do que o usual na terminologia demográfica. A ênfase na relação entre as mudanças na família e os processos demográficos é nosso "viés" profissional.

### I. O PERFIL DA COMPLEXIDADE: OS DIFERENTES PROCESSOS ASSOCIADOS ÀS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS UNIDADES DOMÉSTICAS E FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Um Brasil crescentemente urbano, e com ciclos econômicos variados, é marcado por profundas transformações sociais, econômicas e comportamentais nestas últimas duas décadas. Os anos 70, identificados como uma "década devoradora de padrões" teriam sentado as bases para uma nova fase "de modernização das relações de trabalho e familiares e pela constituição de parâmetros morais de uma excludente cultura de massas" (Ribeiro e Ribeiro, 1990). Neste processo de mudanças a família participa ativa e intensamente e suas estruturas refletem a emergência de novas formas de relações entre os sexos e de expressões da afetividade. A rapidez e níveis das mudanças, gerando um contexto novo de oportunidades e necessidades sociais, responderiam pela aceitação de valores e confrontos intergeracionais que ultrapassaram as expectativas. A adequação entre valores e práticas sociais ocorre de forma extremamente desigual e parece ser os indivíduos das camadas médias urbanas e profissionais liberais os que primeiro buscam alternativas fora dos padrões institucionalizados e em uma linha mais individualizante. Há uma dissolução das fronteiras rígidas do "duplo padrão de moralidade" e surgem os modelos alternativos de relações entre os sexos e intra-familiares que alimentam a discussão da chamada "Nova" família (Figueira et al, 1985). Identificada com os setores médios da população, analisada intensamente para a zona sul do Rio de Janeiro, o modelo da "nova" família é largamente veiculado pelos meios de comunicação, aparece como objeto de preocupação da Igreja conservadora, orienta a nova legislação mas é, sobretudo, vivenciada com ambiguidade de sentimentos pela população. Há um confronto entre o "consumo" de aspectos inovadores a nível das relações individuais e um padrão "ideal" de relações intra-familiares que permanece orientando os membros da família (Dauster, 1985, Almeida, 1987). A "nova" família ultrapassa os limites da discussão acadêmica, na medida em que a mídia, particularmente a televisiva divulga este modelo para a população em geral.

Na década de 80 a chamada "década perdida" a sociedade brasileira é marcada por um aprofundamento das desigualdades sociais, concentração de renda e drástica diminuição do salário para a maioria da população e uma sofisticação do consumo para uma minoria conformando um processo de "modernidade excludente", onde se acirram as diferenças. Com origens no processo de "modernidade autoritária" iniciado nas décadas anteriores estes processos agudizam as diferenças regionais, diferenças estas que no final dos 80 são apontadas para destacar a miséria de um lado e os sintomas de modernidade em alguns espaços urbanos regionais. A diversificação das comunicações, a flexibilidade no trabalho, o consumo de objetos, a valorização da cultura popular local seriam alguns indicadores dos processos modernizantes visíveis em certas áreas metropolitanas. Participante de um processo de mundialização não só econômico mas também cultural o Brasil recebe influências e sofre o impacto dos movimentos de grupos que lutam para afirmar sua identidade. Foram as mulheres, os índios, os pobres urbanos, os negros, os jovens e agora, também, os idosos. No movimento crescente de afirmação da singularidade estes grupos marcam seu espaço público e no privado reforçam a família, pois afinal é nela que se forjam suas identidades e trajetórias. Assim, "nascem" uma variedade de famílias: a "Família das Mulheres", a "Família Negra", a "Família do Jovem", a "Família do Idoso", etc.

Diante das dificuldades de reprodução do modelo de família legitimado socialmente, nos moldes patriarcal, e estimulado pela presença da "nova" família ressurgem o mito da falência ou crise da família. A família ao mesmo tempo que continua sendo vista como um refúgio seguro diante das dificuldades passa a ser percebida, pela opinião pública, como uma instituição em decadência e incapaz de seguir oferecendo o suporte afetivo e material desejado e necessitado pelos seus membros (Goldani, 1991). As Crianças e jovens, aos milhares pelas ruas dos centros urbanos, são apontados como "menores abandonados, carentes, marginalizados" cujo aumento é atribuído à desestruturação das famílias, crescentemente "quebradas ou incompletas" (Ribeiro, 1987). As especulações sobre a precariedade e instabilidade da instituição familiar ganham força e são reforçadas pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos às famílias carentes e seus dependentes. Legalmente, o Estado Brasileiro deve oferecer suporte ao menor e aos idosos através de programas sociais, o que ajudaria a aliviar as pressões econômicas e pessoal destas famílias. Entretanto, o que se observa, atualmente, é um crescente deteriorização dos serviços públicos. O Estado trata de minimizar ao máximo sua contribuição e clama por mais ajuda da comunidade e da família para com seus dependentes.

A dinâmica demográfica, resultante do mesmo processo de transformações em curso no país surge como outro elemento complicador que reforça o sentimento de falência da família. Há uma tendência de homogeneização de aspectos vitais no quadro das profundas desigualdades econômico-sociais e culturais. Trata-se da generalizada e rápida queda das taxas de fecundidade e dos aumentos na expectativa de vida que impactam sobre a estrutura etária e a longevidade da população gerando novos "tempos" individuais e familiares. O Brasil, praticamente, dobrou sua população nos últimos 30 anos, passando de 72,6 para 150,4 milhões de habitantes. No mesmo período, 1960/90, o país passou de predominantemente rural para urbano, ou de 45% para 75% de sua população residindo em áreas urbanas. A dinâmica demográfica que gerou estas mudanças foi marcada por uma diminuição da taxa de fecundidade total de 6,2 para 3,3 e um aumento na esperança de vida de cerca de 13 anos, de 54 para 67 entre 1960/1990 (Tabela 1). Isto, somado ao alargamento das diferenças de mortalidade por sexo, à diversificação nos tipos de união e ao aumento das separações e divórcios estariam criando novas condições de reprodução para as famílias brasileiras. Entre as implicações desta dinâmica temos que, para nós brasileiros hoje, aumentaram as chances de passarmos mais tempo como membros de uma família, quer no papel de pai, mãe, filhos, esposos, avós, etc. Esta maior longevidade estaria propiciando, também, uma superposição destes papéis bem como a convivência de diferentes gerações com efeitos sobre a redefinição das relações e responsabilidades ao interior da família (Goldani, 1990).

A análise das trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras tem mostrado que os efeitos de uma continuada melhoria da mortalidade tem compensando os efeitos das interrupções matrimoniais e da queda da fecundidade possibilitando que uma proporção cada vez maior de mulheres alcancem sua trajetória de vida familiar "preferida", estarem unidas e com filhos aos 50 anos. Nesta segunda metade do século o ganho no tempo que uma mulher brasileira alguma vez unida passaria em uma família do tipo conjugal foi de 3 anos. Entretanto, estes ganhos foram ainda maiores, de 4 anos, no tempo que uma mulher passaria na condição chefe de família só e com filhos. Estes aumentos são diferenciados por raça e mostram que são as mulheres negras as que mais tempo passariam na condição chefe de família. As famílias diminuem de tamanho, de 5.1 em 1960 para ao redor de 4.5 em 1990 e se diversificam os arranjos domésticos ao redor do modelo nuclear. O incremento maior é para as famílias monoparentais que praticamente triplicam sua participação percentual no período. Representando cerca de 6% do total dos arranjos domésticos nos anos 60 as famílias monoparentais alcançam 20% no início dos anos 90.

Ao quadro das transformações demográficas estão associados um conjunto de outros processos, também, determinantes para as mudanças nas trajetórias de vida da mulher brasileira nas últimas décadas com implicações diretas sobre o perfil da família em transição. A trajetória de vida da mulher brasileira hoje é marcada por uma maior diversidade de papéis na família, uma crescente participação no mercado de trabalho e por conquistas de novos direitos que vem redefinindo, de forma importante, sua posição relativa na sociedade e condição de cidadania. Ainda que na comparação internacional as condições de vida das mulheres brasileiras deixam muito a desejar, pois ocupam um dos piores índices de igualdade (entre 99 países a população feminina ficou em 87º lugar em matéria de igualdade e em 49º em condições de vida matrimonial e familiar) <sup>3/</sup> são muitos os estudos que documentam mudanças fundamentais nas trajetórias de vida da mulher (Goldani, 1991). De fato, desde a conquista de direito ao voto, estabelecido na constituição de 1934, passando pelo Estatuto da Mulher Casada em 1962 até as conquistas constitucionais de 1988 há um largo caminho de novas conquistas marcando a história da mulher brasileira neste século.

Portanto, mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamento entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, a posição relativa da mulher alterou-se profundamente e até mesmo a legislação redefiniu o conceito de família. De uma concepção legal estreita sobre a família, onde só cabia um modelo de família legitimada pelo casamento com predominância do poder paterno e marital masculino, passa-se a algo mais próximo das práticas sociais vigentes. A mais recente Constituição, a de 1988, considera que para efeitos de proteção do Estado família é a união estável entre homens e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste conceito "novo" de família, ao enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes, crianças, jovens e velhos, a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família. Fica claro, ainda, que os direitos e deveres conjugais são exercidos igualmente pelo homens e a mulher (Constituição Brasileira 1988:Cap. VII, art.226 (§3º, 4º e 5º)). Estes princípios constitucionais, todos praticamente já regulamentados em lei, alteram o direito de propriedade das mulheres casadas, facilitam o divórcio, reconhece os mesmos direitos legais dos filhos, independente da natureza da filiação, e estabelece os direitos e obrigações individuais dos membros da família, segundo a posição que ocupam.

As intensas e contraditórias mudanças sociais, refletidas nas estruturas familiares, oferecem os elementos fundamentais para interpretação do que ocorre com a família brasileira hoje. No quadro destas transformações macro não se pode esquecer, no entanto, que as estruturas familiares resultam da singularidade e interação das trajetórias individuais. Assim que, as desigualdades de oportunidades que estruturam as opções dos indivíduos ao longo do processo de construção e reconstrução de suas famílias aparecem como elementos fundamentais para entender o que ocorre com a família no Brasil hoje.

## II. COMO SE ESTRUTURAM E CRESCEM AS UNIDADES DOMÉSTICAS. DE ACORDO AS ESTATÍSTICAS E COM OS CRITÉRIOS DE RESIDÊNCIA EM UM MESMO DOMICÍLIO PARTICULAR, A RELAÇÃO DE PARENTESCO E DEPENDÊNCIA DOMÉSTICA TEMOS FAMÍLIAS E "NÃO-FAMÍLIAS"

Nos inícios dos anos 90 os brasileiros, assim como a maioria dos latino-americanos, continuam morando preferencialmente em unidades domésticas organizadas ao redor do grupo de parentesco muito embora as taxas de crescimento de arranjos doméstico alternativos seja maior nas últimas décadas. As últimas estatísticas mostram que, dos 36,6 milhões de domicílios particulares em 1989, contendo 143 milhões de pessoas, uma proporção de 92,6% estavam organizados ao redor de uma família núcleo conjugal, com ou sem, filhos e parentes residentes. Ou seja, apenas 7,4% dos domicílios particulares eram formados por uma pessoa vivendo só ou por um grupo de duas ou mais pessoas sem relação de parentesco a "não-família". A quantidade destes domicílios particulares, também chamados de unidades domésticas, resulta de uma dinâmica de crescimento diferenciada, onde se observa taxas crescentes de "não-famílias" e taxas de família que tendem a decrescer (PNAD 89, Tabela 2).

Assim, no período 1981-89, as unidades domésticas organizadas como famílias cresceram cerca de 42% e as "não-famílias" cresceram cerca de 71%. Apesar do elevado crescimento destas últimas, sua contribuição ao crescimento total dos domicílios no período foi de apenas 10,9%.

Na década de 80 verifica-se uma desaceleração no ritmo de crescimento das unidades domésticas com as taxas chegando, no ciclo crítico da recessão, à valores pela metade das taxas na década anterior. Crescendo à um ritmo de 4,45% entre 1970/80 o número de unidades domésticas alcançam taxas de 4,05% no período 1981/89. Esta diminuição de 0,4% das taxas, se explicaria pela recessão econômica no período, juntamente com a diminuição nas taxas de crescimento populacional e das unidades domésticas organizadas como famílias (Tabelas 2 y 3). A relação entre a diminuição na quantidade de unidades domésticas com a recessão econômica, parece mais clara quando se observa as taxas por ciclos. No período mais agudo da crise, 1981/1983 as taxas anuais de crescimento do número de unidades domésticas foi de 2,57%, em contraste com valores anteriores (4,45%) e com os posteriores que foram de 3,61% no período 1983/1986 e de 3,67 no período 1986/1989

A maior parte das unidades domésticas brasileiras em 1989 encontram-se em áreas urbanas (77%) e se caracterizam por um elevado porcentagem de domicílios pobres. Com um rendimento médio mensal de 7,2 salários mínimos no total encontramos que são as unidades domésticas formadas por mãe com filhos e sem conjuge as que apresentam os rendimentos mínimos, de 3,9 salários mensais e no outro extremo estariam os casais com filhos e parentes com uma renda média mensal de 8,9 salários mínimos. Entre os domicílios urbanos estes valores são de 4,2 e 10,2 salários mensais respectivamente. A pobreza das unidades domésticas no Brasil estaria correlacionada com fatores demográficos bem como com as característica de renda obtida pelo chefe (vide gráfico 3). Regionalmente, cerca da metade da pobreza urbana e 55% da pobreza total estaria concentrada na região Nordeste onde a renda per capita é ao redor de 60% da do país como um todo (Barros e Fox, 1990).

Entre as característica que distingue os domicílios urbanos pobres, em 1984, estão a presença de um maior número de crianças e menor número de trabalhadores com renda o que dá um índice de dependência mais elevado que o da média dos domicílios urbanos brasileiros. Da mesma forma,

os chefes das unidades domésticas pobres no meio urbano tem maiores chances de serem economicamente ativos que a média urbana do país, entretanto eles tem um nível educacional 40% inferior a média, suas taxas de desemprego e horas trabalhadas são maiores e assim sua renda média é menor. Um total de 22% dos domicílios urbanos pobres, em 1984, eram chefiados por mulheres o que indica, grosso modo, que estes domicílios tem 20% mais chances de estarem na pobreza (Barros e Fox, 1990).

Os fatores demográficos, explicativos do aumento no número das unidades domésticas em décadas anteriores, oferecem elementos para entender as tendências mais recentes. Demonstramos que na década 1970/80 o aumento no número de unidades domésticas se deveu sobretudo, (88%) à um efeito compleicional, ou seja, à mudanças no tamanho e nas estruturas por sexo, idade e situação matrimonial da população. Os outros 12% se deveram à maior propensão das pessoas, em certas idades e estado matrimonial, a estabelecerem sua própria família, ou seja, as alterações nas taxas de chefia. Simplesmente dizendo, a população cresceu e mais pessoas casaram gerando novas famílias o que combinado com a as maiores taxas de chefia de solteiros, viúvos e divorciados acabou respondendo pelo crescimento total no número de unidades domésticas (Goldani, 1989).

Mesmo não dispondo nas PNADs da informação necessária para fazer esta mesma estimativa para o período 1981/89 nossos resultados sugerem que o efeito compleicional continuaria a responder pela maior parcela do aumento no número de unidades domésticas mas ao mesmo tempo pela desaceleração de suas taxas de crescimento. Isto porque, diminuiu ainda mais a fecundidade e o ritmo de crescimento populacional, aumentaram as separações e divórcios e diminuíram os casamentos. Na Tabela 2, os percentuais médios anuais de crescimento por tipo de unidade doméstica e a contribuição de cada uma ao crescimento total, sugerem alterações no peso relativo dos componentes de crescimento no período. Isto porque, aumentou a propensão a formar novas unidades domésticas (tal como demonstram as elevadas taxas médias anuais de crescimento entre as pessoas que moram sós e de "outras" famílias e diminuiu, significativamente, a propensão do casal com filhos a formar famílias, fator este que parece muito mais associado à efeitos de estrutura matrimonial, mas que estimularia maiores taxas de chefia entre as "não-famílias".

A estrutura interna das unidades domésticas ao longo do tempo tem sido analisada na tradição dos trabalhos de Laslett e seu grupo, os quais enfatizaram a predominância da família nuclear e do grupo doméstico nuclear ou "Nuclear household" 4/ desde a fase pré-industrial na Europa Ocidental. De acordo a esta classificação fica clara a predominância das unidades domésticas nucleares desde 1960 cuja proporção alcança em 1980, no país, um 77% e varia por regiões, de cerca de 81% em São Paulo à 74% na região nordeste. Nossos dados mais recentes confirmam o processo de nuclearização das unidades domésticas mostrando que a proporção de casais ou de famílias monoparentais que viviam com parentes diminuiu de ao redor de 14% para 11,8 no período 1970-1989. No detalhe da composição interna das unidades domésticas chama a atenção o crescimento dos arranjos familiares "Outras" formados por pessoas com laços de parentesco residindo juntos, mas sem um núcleo conjugal, cuja proporção teria passado de 3,1% para 3,4% entre 1980 e 1989 (tabela 2).

Ao analisar a composição interna deste conjunto Berquó et alli (1988) encontram que tem um tamanho mediano de 3,2 pessoas em 1980 e que cerca de 1/4 destes eram formados por filho ou filha como chefe e residindo com o pai ou a mãe. Estes arranjos estariam representando uma espécie de monoparental em estágio mais avançado do ciclo vital como sugere Berquó et alli (1988). Diríamos também, que estes são indicativos das tendências de maior longevidade e padrões culturais de cuidados de pessoas idosas pela parentela.

### 1. As Unidades Domésticas "Não-Famílias" O fenômeno de crescimento das pessoas morando sozinha

Mesmo representando apenas 7,4% do total das unidades domésticas em 1989 (cerca de 2,697 milhões) os arranjos do tipo "não-famílias" confirmam a tendência de décadas passadas e apresentam os maiores valores nas taxas anuais de crescimento no período 1981-89 (Tabela 2). Interessante observar que neste período os arranjos unipessoais crescem à taxas mais que o dobro (7,1) daquelas observadas para o tradicional arranjo familiar, do casal com filhos (3,0%).

O perfil das unidades domésticas chamadas "não-família" está dado, fundamentalmente, pelas unidades unipessoais (pessoas residindo sozinha) posto que, os grupos de 2 ou mais pessoas sem relação de parentesco ainda representam uma proporção muito pequena do total destas unidades (7,2% em 1989).

Na medida que os arranjos unipessoais representam formas de arranjos domésticos alternativos cabe perguntar-se quem são as pessoas vivendo sós? Que fatores respondem pelo brutal aumento em suas taxas de crescimento na última década e que relação isto pode ter com a diminuição nas taxas de crescimento de arranjos conjugais?

A Tabela 5 mostra que os arranjos unipessoais em 1989 são predominantemente urbanos, 78,8%, em estágios avançados de ciclo vital, 42% das pessoas com 60 anos e mais, e em geral trata-se de domicílios pobres, onde 41% tem uma renda média mensal de até um salário mínimo. Mais da metade das pessoas que residem sozinhas (58%) estão na condição de economicamente ativos e 1/4 destes são trabalhadores manuais urbanos.

Com uma população feminina ligeiramente superior à masculina (52%) mas com uma estrutura etária bastante diferenciada por sexo o incremento de 71% dos arranjos unipessoais no período 1981-89 resultou da combinação dos seguintes fenômenos:

1. uma crescente opção de jovens solteiros, sobretudo homens, de residirem só, o que aliás coincide com a concentração de 40% das pessoas entre os trabalhadores não manuais e trabalhadores manuais urbanos. Entre 1981 e 1989 aumentou a participação relativa de pessoas de 15-39 anos, com os homens passando de cerca de 38% para 41% e as mulheres de 16% para 19% (Tabela 4). Os diferenciais por sexo nestas idades se dão via maior participação masculina no mercado de trabalho e menores idades de união para mulheres (a mediana ao casar em 1984 era de 20 anos) (Tabela 6).

2. um aumento da longevidade, que faz com que homens e mulheres vivam mais tempo na condição de viúvos e mantenham seu próprio domicílio, tal como sugerem as elevadas proporções de pessoas de 60 anos e mais entre os que residem sozinhos. O fato destas proporções serem praticamente o dobro entre as mulheres reflete por um lado, a contínua maior esperança de vida feminina, (hoje em cerca de 7 anos) que somado às diferenças de idade ao casar (4 anos a mais para os homens) faz com que aumente a probabilidade de viuvez para as mulheres. Probabilidade esta que em 1984 era de 0,5 e que faz com que as mulheres brasileiras tenham chance de passar ao redor de 12% de sua vida adulta na condição de viúva. Por outro lado, as baixas taxas de recasamento entre as viúvas, onde verifica-se que de cada 100 viúvas apenas 57 voltariam a unir-se, somadas à maior intensidade de recasamento entre homens viúvos, também, atuam no sentido de aumentar o número de arranjos unipessoais no período 1981-89 (Tabela 6). A combinação da longevidade maior com fecundidade menor aumentam a probabilidade das pessoas, sobretudo mulheres idosas viverem

sozinhas. Isto confirma o mencionado anteriormente, de que os arranjos unipessoais representariam o estágio de desagregação da família conjugal.

3. maior propensão entre divorciados e separados de residirem sozinhos nas idades 30-59, somado ao fenómeno de crescente ruptura matrimonial voluntária (a probabilidade de separação e divórcio mais que dobrou durante os últimos 40 anos), estaria sendo determinante para o aumento nas taxas de crescimento dos arranjos unipessoais. Ou seja, as unidades unipessoais masculinas nestas idades intermediárias estariam predominantemente definidas por separados e divorciados enquanto que para as mulheres já pesa a viuvez. Por exemplo, em 1980 as taxas de chefia por situação matrimonial e idade, mostram, que enquanto as taxas de chefia para separados e divorciados era de 63,5 para homens e de 79,1 para mulheres nas idades 45-54 anos estas mesmas taxas para os solteiros, foram de apenas de 41,7% entre os homens e 35,8%. Mesmo com proporções similares por sexo nestas idades caberia observar que para as mulheres o fenómeno da viuvez também esta presente aqui. Isto porque, é neste grupo que se encontra a maior taxa de chefia para mulheres viúvas, cerca de 89% em 1980 (Goldani, 1989).

Do conjunto de fenómenos envolvidos no crescimento dos arranjos unipessoais emerge uma clara e quase óbvia relação deste com a diminuição de arranjos conjugais e com o aumento das famílias monoparentais. Isto porque, como salientamos, é sobretudo a ruptura matrimonial involuntária, pela morte de um dos conjuges ou a voluntária, com a separação e divórcio, que vem impulsionando o aumento dos arranjos unipessoais. Portanto, o perfil das unidades unipessoais na década de 80 reforça as tendências apontadas para a década anterior onde os homens mais jovens solteiros e as mulheres mais velhas e viúvas foram responsáveis pelo aumento destes arranjos no período 1970/80 (Berquó e Cavenaghi, 1988).

### III. FAMÍLIA OU FAMÍLIAS? A DIVERSIFICAÇÃO DO MODELO CONJUGAL E A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DO MODELO MONOPARENTAL, SOBRETUDO, A MÃE SEM CONJUNGE E COM FILHOS

Dado que as famílias não só respondem às transformações sociais, económicas e demográficas mas também as geram tem sido difícil para os estudiosos da família brasileira desenvolver e explicar uma tipologia de mudanças da família no tempo. Partindo basicamente de dados secundários os estudos de demografia da família durante muito tempo se preocuparam tão só com análises agregadas das estruturas familiares em um ponto do tempo ou em diferentes pontos. Implicitamente isto supõe que a estrutura das famílias permaneceriam constantes ao longo de toda a vida dos seus membros e que os tipos de família não se diferenciariam por sexo ou condição na família. Mais recentemente, no entanto se toma em conta o fato de que ha família não é algo dado mas que se constrói ao longo da vida dos indivíduos. Assim, a preocupação com os processos relacionados ao desenvolvimento da família desde uma perspectiva de ciclo familiar e trajetórias individuais assumem importância crescente (Bilac, 1990; Goldani, 1989, 1991; Berquó e Cavenaghi, 1988).

O perfil da família brasileira, com os dados mais recentes, 1989, mostra que trata-se de famílias com um tamanho médio de 4,1 pessoas cujo arranjo mais comum ainda é o casal com ou sem filhos (79%), muito embora os arranjos monoparentais venham crescendo a um ritmo bem mais intenso e já representam 16,5% do total das Famílias em 1989. Com mais da metade das famílias em sua fase de formação ou expansão, chefes com idades medias ate 39 anos e mais de 3/4 destes só com filhos menores de 14 anos as famílias brasileiras majoritariamente dependem da renda do chefe para

viver. A proporção média da renda familiar que dependia do chefe era de cerca de 72% variando entre os tipos de família. Esta dependência da renda do chefe é maior entre aquelas famílias que tem todos os filhos com menos de 14 anos, principalmente, entre as mães sem conjuge onde 90% da renda dependia do chefe e entre os casais com filhos onde esta proporção alcançava 86%. Com um rendimento médio familiar per capita de 1,7 salários mínimos temos que apesar da diminuição do tamanho das famílias aumentou a proporção dos membros que trabalham. A proporção média das pessoas trabalhando na família era de cerca de 42% em 1989 contra 38% em 1981. São as mulheres conjuges as maiores responsáveis por estes aumentos. As taxas de atividade da mulher (esposa do chefe) aumentou de 27% para 36% entre 1981 e 1989 (Tabela 6, gráfico 7).

Há uma estreita relação entre os tipos de família, as etapas do ciclo de vida familiar e a qualidade de vida de seus membros. Em 1989 encontra-se, em um extremo, as famílias formadas pela mãe sem conjuge com filhos menores de 14 anos como as mais pobres e com mais dificuldades de gerar recursos. No outro extremo, estão as famílias de casal com filhos de 14 anos ou mais que apresentam aos maiores níveis de rendimento per capita e onde a renda familiar menos depende do chefe (Tabela 8, gráfico 4).

As mudanças na estrutura da família brasileira no tempo definidas em termos de número, tamanho, arranjos internos e estágio de desenvolvimento mostram o seguinte:

1. O número de famílias entre 1970 e 1989 quase dobrou, de 17,4 para 33,9 milhões (Tabela 1). Este aumento de cerca de 95% no número de famílias foi acompanhado de uma diminuição de 22% no tamanho. Contribuiu para isto o crescimento da população bem como da distribuição desta por idade, sexo e estado civil. Assim, pode-se dizer que mais de dois terços do crescimento no número de famílias se deveu à um número maior de pessoas casadas mas também ao incremento nas taxas de chefia entre as mulheres viúvas, separadas e divorciadas com filhos (Tabela 8).

2. O tamanho da família sofreu uma diminuição de cerca de 1 pessoa em média no período 1970/89. Esta passagem de um tamanho médio de 5,0 pessoas por família em 1970 para 4,1 em 1989 resultou da combinação de vários fatores, tais como: a caída da fecundidade, melhoria da mortalidade bem como das dirupções matrimoniais por viuvez, separações e divórcios. Com tamanhos diferenciados segundo o local de residência, as famílias mostram um tamanho maior nas áreas rurais, de 5,3 e 4,6 pessoas em média contra 4,7 e 4,0 nas áreas urbanas, respectivamente em 1970 e 1989. Estes diferenciais se mantêm no tempo, muito embora tenha diminuído mais o tamanho das famílias urbanas. Boa parte destas diferenças tem a ver com as variações nos níveis de fecundidade urbano-rurais e regionais que estão colocados entre os determinantes próximos das estruturas familiares e que se discute na próxima sessão deste trabalho (Tabela 10, gráfico 7).

3. Em termos de organização interna dos arranjos familiares ainda predomina o tipo de família "Conjugal", ou seja, um casal com ou sem filhos, apesar de que na última década os aumentos maiores ficaram por conta da família "monoparental", um homem ou uma mulher com filhos. As mudanças de 1970 para 1989 mostram respectivamente: 85,1% e 78,5% de Famílias conjugais, 11,5% e 16,5% monoparentais; 3,3% e 3,7% outros tipos de família.

4. A menor proporção de famílias conjugais em 1989 se deve à diminuição relativa do casal com filhos, cujas taxas médias anuais de crescimento (3%) foram as mais baixas nos anos 80. Haveria de fato, uma fragmentação da família conjugal que diminui de cerca de 72% para 66% de 1970 para

1989 e é acompanhada pelas tendências de aumento nas proporções de casais sem filhos mas, sobretudo, de famílias monoparentais (em sua maioria mãe com filhos e sem cônjuge). As mudanças na nupcialidade, o aumento das mulheres solteiras com filhos e a queda continuada da fecundidade são alguns dos processos demográficos mais estreitamente associados com estas tendências (Tabela 2).

5. Os diferentes tipos de arranjo familiar combinam Famílias em diferentes estágios de desenvolvimento, e se observa no total dos casais com filhos 66% tinham filhos menores de 14, enquanto as mães com filhos sem conjuge nesta etapa eram cerca de 39% (gráfico 4). A Tabela 11 ao detalhar o de ciclo vital da Famílias brasileira em 1981 e 1989 mostra o processo de "envelhecimento das Famílias ao concentra-se em casal com filhos maiores de 14 anos e casais com 50 anos e mais. Em geral observa-se em 1989 que cerca da metade das Famílias brasileiras estão em fase de expansão e/ou "consolidação" (casais com idade média entre 30-49 anos, com filhos de todas as idades). Dentre os casais sem filhos, cerca de 80% encontram-se nas fases de formação ou dispersão. Em 1989, a metade destas Famílias estavam no estágio de dispersão, ou seja, eram formadas por casais que tinham idades médias de 50 anos ou mais cujos filhos já não residiam com eles. Os outros 30% dessas Famílias estavam em fase de formação, ou seja, eram casais com idades média até 29 anos que provavelmente não tiveram um primeiro filho ou pelo menos não residiam com estes. O restante 20% seriam Famílias em fase de expansão estariam familiar de orientação.

6. O maior destaque em termos de novos arranjos familiares fica por conta das famílias monoparentais que passam de 11,5% para 16,5% no período 1970/89. Isto se deve a que suas taxas de crescimento mantiveram-se, nas duas décadas, ao redor de 6,7% ao ano. Dentro destas famílias, são aquelas compostas por mãe com filhos e sem cônjuge, as que mais aumentam sua participação relativa no total, de 9,5% para 14,8% . A proporção de pai sem conjuge e com filhos se mantém ao redor de 2% no mesmo período.

7. Haveria uma tendência generalizada de nuclearização no conjunto das famílias, ainda que no arranjo monoparental, aumenta a proporção de mães sem conjuge e com filhos vivendo com parentes. Assim, enquanto a proporção de casais com filhos vivendo com parentes cai de 10% para 7,2% a proporção de mães com filhos, vivendo com parentes aumentou de 1,8% para 2,4% de 1970 para 1989. Portanto, os parentes, na maioria pais e/ou sogros do chefe ao sobreviverem mais tempo (casados, divorciados ou viúvos) permanecem cada vez mais vivendo em seus domicílios ou então passam a viver com uma família monoparental.

8. Os "outros tipos" de família aumentam de 3,3% para 3,7% de 1970 para 1989 e estão formados por um conjunto de pessoas relacionadas por laços de parentesco mas sem a presença de um núcleo conjugal. Como mencionamos antes este aumento deve estar relacionado com as tendências de maior longevidade e padrões culturais de cuidados de pessoas idosas pela parentela que se verifica no Brasil.

9. A distribuição dos tipos de família por regiões mostram que o fenômeno de aumento das Famílias monoparentais é mais acentuado nas regiões mais pobres do país e que o modelo de casal com filhos alcança seus valores máximos na REGIÃO sul. As diferentes dinâmicas demográficas e nível de desenvolvimento explicariam em boa medida estas diferenças (Tabela 9a).

As explicações para as novas tendências nas estruturas familiares são variadas e se inserem no quadro das rápidas transformações econômico-sociais e culturais do país. Na análise destas tendências é comum o uso dos chamados indicadores de "modernidade", para destacar a racionalidade

e as crescentes opções individuais que responderiam pelos "novos" tipos de família ou pela fragmentação crescente do modelo conjugal nuclear. Por exemplo, o aumento no número de famílias conjugais sem filhos é comumente, interpretado como resultado de uma opção dos casais ligado ao desejo de não ter ou adiar a vinda dos filhos em nome de uma maior intimidade e privacidade. O ponto crítico de uma interpretação, exclusiva, nesta perspectiva é que, uma vez mais, o referencial se restringe a certos grupos familiares ou indivíduos com "opções". Sem negar a existência destes, gostaríamos de destacar os constrangimentos e a falta de opções para a maioria dos indivíduos e famílias brasileiras. Assim é que, insistimos na necessidade de considerar interpretações alternativas. Uma que se impõe no exemplo citado, do aumento dos casais sem filhos, seria de que esta tendência resultaria, também, das condições concretas de vida dos casais, ligado com a disponibilidade de recursos ou até mesmo com a natureza dos tipos de uniões cada vez menos formalizadas.

Portanto, tendo em conta a complexidade dos processos familiares e as diversidades culturais, econômico-sociais e regionais do país parece-nos fundamental considerar que o entendimento das estruturas familiares e suas transformações passam, tanto pelos efeitos racionalizantes e de maiores opções individuais de certos grupos, resultante dos processos de mudanças econômico-sociais, como pelos custos sociais destes processos que estariam determinando a falta de opções e até mesmo comportamentos subordinados para grande parcela da população. Situação esta que esperamos ilustrar especificamente com o ocorrido na década de 80.

1. Os Determinantes "próximos" da estrutura familiar: as mudanças demográficas e o papel decisivo da maior longevidade e do aumento das separações e divórcios nas trajetórias individuais familiares.

A relação entre as transformações demográficas ocorridas no Brasil neste século e as estruturas familiares aparece mais nitidamente quando abordadas na perspectiva dos "determinantes próximos" da estrutura familiar e da interação entre estes, tal como metodologicamente foi proposto por Bongaarts (1987) e Ulenberg (1974) e aplicado ao caso brasileiro por Goldani (1989). Uma primeira questão a ser respondida seria: Quais são os efeitos das mudanças ocorridas na nupcialidade, fecundidade e mortalidade sobre o tamanho e o tipo de arranjo familiar? Como impactam sobre as trajetórias individuais familiares?

Um dos raciocínios mais comuns diz que o declínio nos níveis da mortalidade, em especial da mortalidade infantil, induziriam à uma queda de fecundidade, o que por sua vez reduziria o tamanho da família. No entanto, o declínio da mortalidade também pode induzir um aumento da fecundidade, ao reduzir as perdas potenciais na vida reprodutiva das mulheres. Também é certo que com uma maior longevidade de ambos os membros da unidade conjugal, diminui a probabilidade de dissolução da família pela morte e aumenta os tempos que as pessoa podem passar nos papéis familiares.

Dentro da mesma perspectiva há uma associação comum e quase automática entre a diminuição da fecundidade e menor tamanho de família que merece uma discussão mais ampla. No caso do Brasil, a análise da complexa interação dos fatores demográficos demonstrou que neste século as mudanças no tamanho da família nuclear, para mulheres em idade reprodutivas (15-49) dependeram basicamente, (70%), das elevadas taxas de viuvez, separação e divórcio. Assim é que os efeitos da melhoria na mortalidade e da diminuição da fecundidade se compensam e acabam contribuindo com apenas 30% para a mudança no tamanho médio da família (Goldani, 1989). Portanto, no caso das mulheres em idades reprodutivas a dissolução das uniões aumentou e aparece como a principal fonte de mudança do tamanho de família. Os componentes demográficos contribuindo para mudanças na

família brasileira atuam diferencialmente por raça e revelam que a diminuição no tamanho da família para mulheres negras se deveu sobretudo à ruptura matrimonial (por viuvez, separação ou divórcio) enquanto para as brancas o menor tamanho de família se deveria, sobretudo, ao declínio da fecundidade (Goldani, 1989).

A importância da mortalidade nos modelos de trajetória experimentado pelas mulheres e a relação disto com as mudanças na família foi demonstrado para diferentes coortes cobrindo a experiência de mulheres brasileiras ao longo deste século.

Uma indicação da mudança nos padrões da trajetória de vida familiar das mulheres brasileiras está na Tabela 12, que mostra a distribuição das mulheres das coortes de nascimento 1890-94 a 1930-34, segundo a experiência de tipo de trajetória de vida familiar. Entre as mulheres da coorte mais antiga, a de 1890-94, 406 entre 1000 sobreviventes à idade de 15 anos, experimentaram o percurso de vida mais comum, ou seja, casaram, tiveram filhos e permaneceram em união até à idade de 50 anos. Este índice cresceu continuamente para coortes sucessivas chegando a 600 por 1000 para as coortes mais novas estudadas, 1930/34. Assim, em 40 anos de diferença entre estas coortes, um 50% a mais de mulheres lograram alcançar a trajetória "preferida" de vida familiar.

Entre os fatores responsáveis pelo aumento proporcional no número de mulheres que alcançam a chamada "trajetória de vida preferida" está o declínio da mortalidade feminina entre as como o mais importante. Também os ganhos na mortalidade masculina contribuíram para uma menor taxa de viuvez feminina durante o período reprodutivo.

A coorte mais jovem de mulheres (nascidas em 1930-34) atingiu a idade de 15 anos no período de maior avanço nas condições de mortalidade no Brasil. A esperança de vida das mulheres que era de cerca de 45 anos na década de 1940 aumentou para 53 anos na década de 1950. Os ganhos contínuos na mortalidade desde os anos 50 fizeram aumentar o número de mulheres brasileiras sobreviventes e permitiram que elas realizassem a trajetória de vida "preferida". A mortalidade masculina também caiu, embora menos sensivelmente que a feminina, durante o presente século, resultando em menor taxa de viuvez feminina antes de completar-se o período reprodutivo. Desse modo, a queda da mortalidade certamente colaborou para um aumento da fecundidade ao reduzir a perda potencial de vidas femininas reprodutivas.

Entre as tendências que tem determinado uma proporção cada vez maior de mulheres que seguem a trajetórias de vida familiar mais comum encontram-se a intensidade dos casamentos acompanhado da redução do celibato e da infecundidade. A intensidade do fenômeno casamento pode ser observado na diminuição da proporção de mulheres sobreviventes solteiras à idade de 50 anos. Mesmo tendo presente uma possível diferença de mortalidade, favorável as mulheres casadas, parece significativa a diminuição das mulheres celibatárias, de 8,5% entre as coortes mais velhas para 6,3% dentre as coortes mais recentes.

A redução da infecundidade entre mulheres já casadas que chegaram aos 50 anos, neste século, é a uma outra tendência atuando no aumento do número de mulheres na trajetória de vida preferida. Extremamente reduzida a infecundidade voluntária, o declínio da proporção de mulheres sem filhos parece mais bem ser resultante de um aumento da fertilidade que por sua vez poderia estar relacionado também com as melhorias da mortalidade e da nutrição.

Uma vez examinadas as tendências demográficas responsáveis pelo número crescente de mulheres na trajetória de vida preferida, parece pertinente discutir o potencial para aumentos ou diminuições ulteriores. Por exemplo, os já baixos valores da infecundidade e do celibato entre as coortes mais recentes sugerem que uma redução ainda maior destes fatores parece pouco viável (a não ser que se avance no combate à esterilidade). Portanto, estes fatores pouco colaborariam para um aumento ainda maior do número de mulheres na trajetória de vida preferida. Por outro lado, o contínuo aumento das dissoluções de casamento devido as separações e divórcios, de 30% entre as coortes extremas (Tabela 1 parte superior), sugere que aí estaria um potencial freio à realização da chamada trajetória preferida da mulher. A ruptura matrimonial por separação e divórcio não apareceu como fator fundamental entre estas coortes de mulheres nascidas até os anos 30's. Entretanto, um aumento de separações e divórcios, sem concomitantes quedas no celibato e na infecundidade, certamente redundará em um crescente "casamento instável com filhos", ou seja, uma proporção cada vez mais elevada de mulheres estará percorrendo trajetórias familiares alternativas.

A mortalidade é que parece ser o determinante principal da proporção de mulheres sobreviventes à idade 15 anos e eventualmente experimentando a trajetória de vida preferida aos 50 anos. O acentuado declínio da ruptura de casamentos por viuvez, de cerca de 40% entre a mais antiga e a mais nova das coortes, também reforça o papel fundamental da mortalidade na definição das trajetórias familiares das mulheres brasileiras até o momento. Entretanto, como se demonstrou para coortes sintéticas mais recentes a dissolução de casamento por separação e divórcio são as fontes demográficas com mais potencial nas alterações .. da trajetória de vida familiar mais tradicional.

#### IV. TRANSIÇÕES NA TRANSIÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA: A DINÂMICA INTERNA DAS FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DO "TEMPO" E DA "ORDEM" DOS EVENTOS

Mesmo tendo o casamento como a opção preferencial, as estratégias de formação e expansão da família brasileira sofreram alterações importantes. Há uma clara tendência no tempo de desassociar os eventos filhos e casamentos. Verifica-se um incremento das concepções pré-maritais bem como o adiamento do início do processo de procriação para diferentes períodos e em todos os grupos raciais com efeitos sobre o tamanho final da família. As diferenças raciais mostram que as mulheres pardas e negras constroem famílias maiores e de forma mais rápida que as mulheres brancas. As dramáticas mudanças na Dinâmica interna da família, que se materializam na diminuição do número de filhos, tem início ao redor da metade deste século. A família com quatro e cinco filhos, considerada comum nos anos 50, passa a ser exceção na medida que se avança no tempo. Isto porque entre 1955 e 1984 caiu pela metade a probabilidade dos casais com TR<sub>TT</sub>S filhos terem um quarto filho (Goldani, 1989).

Os últimos dados disponíveis indicam que 11% das mulheres solteiras entre 15-54 anos tiveram pelo menos um filho e que cerca de 15% das mulheres alguma vez casadas tiveram algum filho ou gravidez antes do casamento (PNAD 1984). A porcentagem de mulheres pretas solteiras com pelo menos um filho é particularmente alta (21%), em contraste com as brancas (8%) e mesmo com as pardas (13%). Entre as mulheres casadas e que tiveram filhos antes do casamento, a porcentagem relativa às pretas também é mais alta (19%) do que as relativas às brancas (14%), ou pardas (16%)

Portanto os dados de 1984 não só confirmam a tendência crescente de mulheres solteiras com filhos no Brasil como mostra uma aceleração do fenômeno. A proporção de solteiras com filhos passou de 2,95% em 1960 para 5,29 em 1970; e de 7,49 em 1980 à 11,0% em 1984.

## 1. O Processo de Formação da Família

Considerando a união mas também o nascimento do primeiro filho como o marco inicial da formação da família encontramos que em 1984 cerca da metade das mulheres brasileiras alguma vez unidas, começaram suas famílias, ou se tornaram mães, à idade 21. A idade mediana ao ter o primeiro filho (21.3) aparece relacionada com a idade mediana à primeira união (20.1). Da combinação das idades relativas, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho é possível identificar um padrão de idade típico de formação da família no Brasil. Assim, na Tabela 13 temos que em 1984 entre as mulheres alguma vez unidas, 62% tiveram seu primeiro filho entre 18 e 25 anos, 16% o tiveram antes dos 18 anos e 22% depois dos 25 anos. As diferenças raciais <sup>5/</sup> no processo de formação da família, mostra que há um forte desvio no padrão das mulheres negras, quando comparado com o comportamento da população brasileira total. Entre as mulheres alguma vez unidas, são as mulheres negras que em maior proporção (25,3%) assumem uma maternidade "tardia". Este fenômeno está relacionado com uma idade maior à união mas também poderia ser interpretado como parte de um processo mais recente de controle da fecundidade entre a população negra (Goldani, 1989).

As diferenças por coorte mostram que os padrões de transição para a maternidade sofreram modificações durante este século (Tabela 13). As mulheres nas coorte de nascimento mais jovens (30-34 anos), estão adiando os nascimentos comparativamente com as mulheres mais velhas (40-45 anos). <sup>6/</sup> Enquanto cerca de 25% das mais jovens tiveram seu primeiro filho aos 25 anos ou mais, tão só 18% das mais velhas tiveram seu primeiro filho nesta faixa etária. Esta tendência é observada entre todos os grupos raciais de mulheres alguma vez unidas. A proporção de mulheres brancas tendo o primeiro filho aos 25 anos ou mais aumentou em 7% enquanto entre as mulheres pardas e negras este aumento foi respectivamente de 5,5 e 4,1 por cento. Estas mudanças no padrão de transição à condição de mãe sugere que o espaçamento entre a união e o primeiro nascimento foi uma das estratégias utilizadas para diminuir a fecundidade no Brasil.

Paralelamente às mudanças no tempo de formação da família verificado entre as coortes de mulheres alguma vez unidas há também uma alteração na seqüência de eventos. Verifica-se um aumento na proporção de concepções pré-maritais no tempo. <sup>7/</sup> A Tabela 14 mostra que a porcentagem de uniões envolvendo concepção pré-marital aumentou de 14,3% para 19,6% entre 1945/54 e 1975/84 (Tabela 6). Na mesma tabela 6 fica claro que esta mudança deveu-se ao efeito combinado de uma diminuição da proporção de nascimentos pré-maritais (de 7,7% para 6,0%) com um aumento, de quase o dobro, de gravidez pré-marital (6,6% para 13,6% nos períodos em análise). Mas, uma vez mais, os resultados por período sugerem que aquelas mulheres que não tiveram uma concepção pré-marital espaçaram seu primeiro nascimento. Isto significou que ao redor de 42% dos primeiros nascimentos ocorridos no período 1945/54 ocorreram no primeiro ano depois da união e 77% dentro dos dois primeiros anos. Estas cifras decrescem para cada um dos períodos seguintes alcançando para o período mais recente, 1980-84, respectivamente 37% de primeiros nascimentos no primeiro ano de união e 70% durante os dois primeiros anos.

O processo de formação da família varia por raça e como tal as concepções pré-maritais e os intervalos de nascimento. A proporção de concepções pré-maritais é da ordem de 19% para mulheres negras, 16% para pardas e 14% para as brancas. Estas diferenças estão dadas basicamente pela elevada proporção de nascimentos pré-maritais entre as mulheres negras (Tabela 14). De fato, a união para todos os grupos raciais parece cada vez menos uma variável determinante da fecundidade. Isto somado ao generalizado uso de métodos anticoncepcionais gera as novas condições de reprodução com implicações diretas sobre o processo de construção da família.

Finalmente caberia destacar as perspectivas futuras tendo presente o perfil de uso de contraceptivos pelas mulheres brasileiras em idades reprodutivas. A Tabela 1 mostra que 66% das mulheres em idades reprodutivas, e unidas em 1986, usavam algum MÉTODO contraceptivo. Destas, cerca de 27% estavam esterilizadas e metade tinham um número médio de 3 filhos. As proporções variam por idade e chama a atenção que mais de um terço nas idades 30-34 anos encontravam-se esterilizadas. Entre as regiões isto varia de 18% no sul à 42% no norte e centro-oeste do país. Finalmente, os dados à serem considerado nos prognósticos futuros são a proporção de mulheres não querendo mais filhos (64%) e o número ideal de filhos manifestado por mulheres no início do período reprodutivo (2,6 filhos) que contrasta com os 3,5 filhos idealizados por aquelas de 40-44 anos.

## 2. O Processo de Expansão da Família

Uma visão geral dos padrões de expansão da família mostra que 92% das mulheres brasileiras tem seu primeiro filho dentro dos cinco primeiros anos de união, com um intervalo médio (T) de 14,5 meses e uma dispersão (S) de pouco mais de 1 ano.<sup>8/</sup> O primeiro nascimento é universal entre as mulheres alguma vez unidas independente de raça ou cor (Tabela 16). Praticamente todas as mulheres nas três categorias raciais tiveram seu primeiro nascimento dentro dos primeiros cinco anos de união com um tempo médio de intervalo entre a união e o nascimento de 14,8 meses para as mulheres brancas e ao redor de 14 meses para pardas e negras. A desviação é de ao redor de 1 ano para todos os TRÊS grupos raciais. De fato, o que distingue o comportamento destas mulheres no processo de formação da família é a ordem ou seqüência dos eventos, com uma proporção maior de mulheres negras tornando-se mãe antes da união ou mesmo ingressando à união já grávida.

As diferenças raciais no processo de expansão da família são ainda mais pronunciados depois do segundo nascimento. Mesmo que a probabilidade de ter um outro filho declina para todos os grupos, na medida que cresce o número de ordem dos filhos, esta diminuição é especialmente grande entre as brancas (Tabela 16). Por exemplo, a probabilidade de ter um terceiro filho é de apenas .65 para mulheres brancas enquanto para as mulheres pardas é .80 e para as mulheres negras é .78. O tempo médio de intervalo entre o segundo e o terceiro nascimento também varia beneficiando as mulheres brancas. Portanto, de acordo a experiência das mulheres de 1554 anos entrevistadas em 1984 são as mulheres brasileiras pardas e negras quem estão construindo famílias maiores e mais rapidamente.

Finalmente, cabe destacar que as mudanças ocorridas no processo de formação e expansão das famílias para diferentes períodos emergem desde a transição entre a união e o primeiro nascimento onde se verifica um incremento de 13% para 19% nas concepções pré-maritais entre 1955-64 e 1975-84. No mesmo período se observa um declínio sistemático na proporção de mulheres que passam de baixas paridades para altas paridades ao longo do tempo e para todas as ordens de nascimento. Isto é particularmente forte entre as mulheres passando de 3 para 4 filhos, cujas probabilidades caem de 0,79 antes de 1955 para 0,32 depois de 1975. O espaçamento entre os nascimentos também aparece ao longo do período e sugerem haver sido uma das estratégias utilizadas para redução da fecundidade no período (Goldani, 1989).

## V. A FAMÍLIA DAS MULHERES: A CHEFIA FEMININA DAS UNIDADES DOMÉSTICAS E/OU FAMÍLIAS, SUA RELAÇÃO COM A POBREZA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A REPRODUÇÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA

Como em diferentes partes do mundo as mulheres chefes de família no Brasil estão predominantemente entre os pobres e tem maiores chances de serem pobres do que os homens chefes de família (Barros e Fox, 1990; Goldani, 1989; Merrick e Shimink 1983; Barroso, 1978). A partir dos dados censitários de 1960, 1970 e 1980 encontrou-se que os domicílios com chefes mulheres tinham entre 30 a 50% mais chance de estarem entre os pobres que aqueles com chefes homens, já em 1984 diz-se que entre os domicílios de áreas urbanas aqueles com chefes mulheres tinham 20% a mais de chance de estarem entre os pobres do que a média dos domicílios brasileiros (Barros e Fox, 1990). A constatação do fenômeno, que não é novo, ganha ainda maior destaque quando visto na perspectiva da tese de "feminização da pobreza", e da reprodução intergeracional da pobreza. No primeiro caso trata-se de explicar o crescimento na proporção de mulheres entre os mais pobres pelo aumento das famílias chefiadas por mulheres e no segundo de associar uma pior performance de crianças em famílias chefiadas por mulheres, quando comparadas com aquelas em famílias com os dois pais presentes, com a reprodução intergeracional da pobreza.

Ao tratar de provar ou refutar estas teses mais comuns sobre famílias chefiadas por mulheres estudos recentes para o Brasil tem levantado e respondido questões importantes sobre a Dinâmica de formação e reprodução destas famílias. Argumentando que as famílias chefiadas por mulheres resultam de processos diversos e que como tal podem variar de um período para outro Garcia Castro (1990) sustenta que a singularidade do fenômeno, a partir dos anos 60, estaria na sua associação com o processo de proletarização que se acentua no país. Defendendo a idéia de que "amor e pão não se misturam mas a falta de pão pode azedar o amor" esta autora sugere que as expressões culturais e afetivas nas relações marido-mulher e pais-filhos ESTÃO constrangidas por pressões das economias de classe e que tal ocorre em todos os tempos e lugares (pp.5-6). Ao refutar à generalidade da tese de feminização da pobreza enfatiza a necessidade de contemplar característica diferenciadoras das mulheres chefes de família tais como gênero, idade, situação matrimonial, raça etc. Na mesma linha de sustentação de heterogeneidade no grupo de mulheres chefes de família Barros e Fox (1990) mostram a necessidade de considerar também, as condições de trabalho, renda, horas trabalhadas, a organização familiar com presença ou não de filhos menores etc, como forma de entender a relação entre famílias com mulheres chefes, pobreza e consequências para as crianças.

A proporção das unidades doméstica brasileiras com chefe mulher praticamente dobrou nas últimas TRÊS décadas de 10,7 para 20,0 entre 1960 e 1989. As famílias com mulheres chefe é parte da história da família no Brasil. Largamente documentado, o fenômeno parece apenas ter sido historicamente escamoteado em função de pressões sociais e/ou de modelos ideais difundidos pela literatura e fruto de padrões culturais e interesses ideológico-político de grupos ou instituições como a igreja o Estado etc.. O reflexo disto sobre as estatísticas oficiais, com maior ou menor intensidade ao longo deste século, somado à deficiência de séries históricas comparáveis, coloca-nos de imediato a interrogante de: Quanto do aumento recente nas proporções de famílias chefiadas por mulher resultaria de novas tendências e quanto refletiria apenas um movimento maior de aceitação do fenômeno e como tal constante das estatísticas oficiais? Certamente, ambos os aspectos estariam concorrendo no caso brasileiro. Na verdade, fica difícil separar estes processos e determinar as causas do crescimento das famílias chefiada por mulheres. As análises de Goldani (1990) sobre as trajetórias familiares femininas, para diferentes coortes ao longo deste século, mostram que as mudanças demográficas por si só estariam estimulando um maior número de chefes mulheres.

Portanto, o propalado aumento das famílias chefiadas por mulheres envolve questões que vão desde a utilidade da definição da chefia feminina, à originalidade e causas associadas do fenômeno, até a atribuição da pobreza como característica inerente ou geradora de um número cada vez maior de mulheres e crianças pobres com efeitos intergeracionais etc. A partir disto e com base nos estudos estatísticas mais recentes tratamos de responder as seguintes questões: Como se define a chefia feminina no caso do Brasil e qual a utilidade do conceito? Qual o perfil das Famílias com chefes mulheres e que as distingue das Famílias com chefes homens? Quais os determinantes da pobreza entre as mulheres chefes de família e como isto impacta sobre as crianças residentes em Famílias chefiadas por mulheres?

### 1. Como se define a chefia feminina no caso do Brasil e qual a utilidade do conceito?

A definição da chefia de domicílios e/ou famílias tem gerado polemica sobre a utilidade do conceito de chefe bem como aventado dúvidas sobre as reais cifras de Famílias com chefes mulheres. Entre as limitações mais comuns aparece a questão da discriminação por sexo e idade que favoreceriam aos homens e as pessoas mais velhas no momento da identificação do chefe. De fato, no Brasil a operacionalização do conceito dá margem a especulação posto que as instruções censitárias se alteraram no tempo. No censo de 1970 o chefe da família foi definido como o adulto homem residente, ao passo que em 1980 e nas pesquisas domiciliares, o chefe foi definido como o responsável pela família de acordo com o reconhecimento dos membros do grupo, (ou do entrevistado), independente do sexo. Ou seja, a definição de chefe passa de orientada para uma "auto-definição" à nível do grupo residencial. Ao revisar esta questão para o Brasil, encontramos subsídios importantes no trabalho de Barros e Fox (1990) cujos resultados sugerem que:

i) A prevalência de domicílios com chefe mulher no Brasil independe dos critérios de definição da chefia. Assim, o dado de que 18,7% das unidades domésticas urbanas eram chefiadas por mulheres, obtido pela auto-definição na PNAD84, permanece essencialmente o mesmo quando se compara com os critérios de chefia por maior renda na família (20%) ou por maior número de horas trabalhadas (18,3%). Ao considerar ambos critérios, observa-se que dos 20% dos domicílios classificados como tendo mulheres chefes, de acordo ao critério de maior ingresso, menos de dois terços (63%) seriam classificados como chefiados por mulheres. Cerca de 25% seriam classificados como domicílios com chefia conjunta e o restante como tendo chefes homens. A possibilidade de chefia conjunta, definida por ingressos ou horas trabalhadas similares entre duas pessoas (do mesmo sexo) mostra que os domicílios com chefia conjunta alcançariam 7,4% quando definidos por ingressos iguais ou 24,5% quando estes declarassem o mesmo número de horas trabalhadas.<sup>9/</sup> Considerando que a chefia conjunta tem um chefe do mesmo sexo que o chefe declarado, então a concordância entre os critérios São bastante fortes. Assim, se conclui que as diferenças obtidas pelo conceito de chefe reportado e daquelas obtidas pelo critério de maior renda tem uma margem de erro entre eles de cerca de 9% para o total dos domicílios e através dos critérios de renda e horas trabalhadas a margem de erro entre estes seria de 7%.

ii) Quando classificados pelo critério de renda aqueles chefes que aparecem com sexo diferente do reportado na PNAD84 mostram que: quando o reportado era homem a alternativa mais provável de chefia era a esposa e no caso do chefe reportado ser mulher a alternativa era um filho adulto desta. Os dados da PNAD84 mostram que em 90% dos casos o chefe designado pelo grupo doméstico é um adulto que tem a maior responsabilidade pelo bem estar econômico da família.

iii) A hipótese de que haveria uma discriminação por gênero e idade na declaração do chefe do domicílio/família foi, até certo ponto, reforçada pelos dados de 1984 para o Brasil. Um exemplo disto é que em 94% dos domicílios com chefes homens e em 92% daqueles com chefes mulheres o chefe declarado foi a pessoa mais idosa presente. No caso de um viés por gênero na designação do chefe observa-se que este favorece a mulher, posto que as cifras mostram que no caso de uma reclassificação são as mulheres as que mais tenderiam a ser re-classificadas. Este viés parece estreitamente relacionado com a tendência de indicar a pessoa mais idosa como chefe, ou seja, como a mulher tem uma esperança de vida maior ela também, tem mais probabilidade de ser designada como chefe.

## 2. Qual o perfil das Famílias com chefes mulheres e que as distingue das Famílias com chefes homens?

Uma vez constatado que os domicílios e Famílias com chefes mulheres tem sido bem identificados nas pesquisas domiciliares (PNAD 84) e que apesar de sua heterogeneidade os domicílios e Famílias com chefes mulheres, em geral, possuem característica significativamente diferentes daqueles com chefes homens tratamos a seguir de caracterizar os domicílios e Famílias com chefes mulheres.

1. A distribuição das mulheres chefes por status matrimonial mostra que no total predominam as viúvas, as solteiras e as divorciadas por ordem de IMPORTÂNCIA, tanto em 1970 como em 1980. Chama a atenção, no entanto, que neste período os incrementos maiores de Famílias com chefes mulheres ocorreram entre as mulheres solteiras, seguidas das divorciadas e viúvas. Isto resulta da elevação nas taxas de chefia para as solteiras de todas as idades e do crescimento da população (tabela 17). Entre as razões para este aumento diferenciado já tivemos oportunidade de apontar as tendências entre a solteiras de terem seu próprio domicílio o que é acompanhado pelo fenômeno de aumento das solteiras com filhos, as maiores probabilidades de separação e divórcio colaborando para o maior peso de mulheres chefes separadas e divorciadas e a maior longevidade para ambos os sexos que mesmo favorável a mulher, também, faz com que as viúvas diminuam seu peso relativo entre as mulheres chefes (Tabela 6).

2. As mulheres chefes por situação matrimonial e cor nas idades "reprodutivas", entre 15-54 anos, mostram ainda mais nitidamente alguns dos fenômenos relacionados com o aumento das mulheres chefes (Tabela 18). De predominantemente viúvas em 1960 as chefes passam a ser solteiras em sua maioria em 1984. Mesmo considerando os possíveis efeitos das diferenças de definições do fenômeno nos dois momentos as cifras são suficientemente fortes em 1984 e sugerem um generalizado efeito da queda da mortalidade em ambos os sexos no potencial de tempo da mulher como viúva nas idades reprodutivas e de aumento de separações e divórcios. O aumento das chefes solteiras resultaria da combinação das tendências de maiores taxas de chefia entre as solteiras o que, por sua vez estaria, também associado com o aumento de 3% para 11% nas mulheres solteiras com filhos de 1960 para 1984 (Tabela 18).

3. O impacto da cor sobre as mulheres chefes de família mostra um perfil de pobreza acentuado. No Brasil, em 1980, ao redor de 23% das chefes de cor preta e parda ganhavam menos de meio salário mínimo. Isto aparece relacionado com a discriminação no trabalho em um quadro de desigualdades tanto raciais, como sociais e de gênero. Por exemplo, em Salvador, com a maioria da população não branca, a renda média do trabalho para chefes de cor parda, entre 25-39 anos, era 33% da renda dos chefes homens pardos e 34% da médias das mulheres brancas chefes de família.

4. Há uma associação entre pobreza, idade e gênero no Brasil que interfere diretamente na relação entre chefia feminina e pobreza. Enquanto cerca de 40 % dos homens com 50 anos e mais ganhavam até um salário mínimo em 1980, a proporção de mulheres nestas mesmas condições alcançavam 67%. Isto somado à maior probabilidade das mulheres idosas serem chefes de família mostra os efeitos conjuntos de idade e gênero na maior representação das mulheres na pobreza e na chefia familiar.

5. Como um fenômeno crescentemente urbano as mulheres chefes de família tem sua representatividade aumentada em 18% no total do país e de 33% nas áreas metropolitanas, no período 1978/86 (Tabela 19). As diferenças regionais mostram que são as áreas metropolitanas da região mais pobre do país, Nordeste, onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família. Assim, Fortaleza aumentou em cerca de 31%, Salvador 26% e Recife 20%. Nas áreas metropolitanas do sudeste a chefia feminina incrementou em cerca de 33% no Rio de Janeiro, 25% em São Paulo e 18% em Belo Horizonte. Já no sul tanto Curitiba como Porto Alegre tiveram um aumento de cerca de 25% nas chefes mulheres, ficando Belem no Norte do país com o menor crescimento, 15% no período 1978/1987 (vide tabela 19).

6. Mesmo controlando as diferenças regionais fica claro que as unidades domésticas chefiadas por mulheres tem maior probabilidade de serem pobres que outras. Isto é particularmente verdadeiro para aquelas Famílias com chefes mulheres, com filhos menores e sem outro adulto presente. Mesmo apresentando nível de e educação elevado, o que se observa é um alto custo de oportunidade do trabalho com respeito as responsabilidades de manutenção da casa. As mulheres chefes com crianças simplesmente tem que trabalhar menos horas. O que as mulheres chefes em áreas urbanas tem em comum com os domicílios urbanos pobres, relativamente aos não pobres, são as característica do chefe: menor educação, elevadas taxas de desemprego, poucas horas de trabalho por semana etc. Além disto as mulheres chefes tem menos probabilidade de participar da força de trabalho (Barros e Fox, 1990:9-11).

7. Na comparação entre as áreas metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Recife, em 1984, observa-se que as mulheres chefes de família apresentam características similares nas duas primeiras mas Recife se distingue por: apresentar não só uma maior proporção de mulheres chefes como um maior número destas per capita, com renda média bastante menor e um número médio de crianças mais elevado. Mesmo não apresentando um perfil etário muito diferente as mulheres chefes em Recife tem maiores probabilidades de serem viúvas e não economicamente ativas (Barros e Fox, 1990:12).

A interpretação para o aumento das Famílias chefiadas por mulheres vai na linha da modernização, industrialização e conseqüente abertura no leque de opções para a mulher nos países ricos e das más condições de vida gerando instabilidade familiar e nas relações pessoais nos países pobres. Entre os processos de mudança destaca-se as transformações demográficas elevação das taxas de separações e divórcios, da expectativa de vida maior para as mulheres gerando mais viuvez feminina bem como da crescente proporção de mulheres solteiras com filhos bem como os processos de maior integração da mulher no mercado de trabalho, aumento da educação e diminuição da fecundidade, desigualdades de renda, raciais e regionais. Portanto, haveria que considerar tanto os fatores de crescente opções para mulheres de determinados grupos como as restrições que enfrentam outras para se estabelecerem como chefes de famílias. Ambos os fatores, ligados ao processo rápido de mudanças nos padrões sociais, político e econômicos em curso no país oferecem subsídios para as interpretações do fenômeno de crescimento das Famílias com chefes mulheres.

As tendências de mudança no perfil da população feminina brasileira são sugestivas dos vários desdobramentos de longo e curto prazos, que estariam contribuindo para que uma maior proporção de mulheres seja chefe de família. Há um aumento da participação feminina na força de trabalho remunerada, de cerca de 16% para 36% entre 1960 e 1984; uma melhoria no nível educacional, com um aumento de 17% para 34% das mulheres no nível secundário e um crescimento na proporção de mulheres com residência urbana, de 46% para 77%, para o mesmo período).

Há evidências de que a mulher brasileira, qualquer que seja o estágio de ciclo vital está aumentando sua participação na força de trabalho. Verifica-se também, uma mudança no perfil da mulher trabalhadora em termos de estrutura etária e status marital. Da tradicional predominância de solteiras nas faixas etárias menores de 25 anos até os anos 70 as taxas de participação nos anos 80 mostram que são as mulheres nas idades 30-39 anos, casadas, separadas/divorciadas e unidas consensualmente às que, respectivamente, mais incrementaram suas taxas de atividade. Também é um fato, que as mulheres trabalham cada vez mais nas indústrias e deixam seu lugar tradicional na agricultura para entrar em novos setores de serviços mas que as diferenças de salário por sexo permanecem (Bruschini, 1989; Telles, 1988).

No quadro das famílias brasileiras, segundo rendimento, mensal destaca-se o contingente de famílias chefiadas por mulher nos estratos de renda mais baixa. Em 1987 cerca de 7% das famílias chefiada por mulher não possuíam nenhum tipo de rendimento enquanto menos de 1% das famílias conjugais encontravam-se nesta categoria. Da mesma forma 40% das famílias com mulheres chefes estavam nas faixas de renda mensal familiar de 1/2 salário per capita enquanto 30% das famílias conjugais percebiam este valor. A presença de mulheres chefes de família e seu predomínio entre os pobres tem sido interpretada em termos da urbanização e marginalização dos trabalhos de baixa renda (Merrick e Schimink, 1983) e da proletarização e a divisão sexual e social do trabalho geradas por estes processos.

Há desigualdades na estrutura e organização das trajetória de vida familiar das mulheres por cor. Resultados recentes mostram que as mulheres pretas esperariam viver hoje mais da metade de suas vidas adultas na condição de não casadas ou sem companheiro (56%), comparando-se às pardas (48%) e às brancas (42%). Isto aparece como determinante para o fato de encontrarmos mais mulheres negras que são chefes de famílias do que pardas e brancas. Entre os elementos explicativos para estes diferenciais destacam-se os 8 anos a mais de expectativa de vida das mulheres brancas bem como os padrões diferenciados de nupcialidade por raça. Isto revela as diferentes estratégias de comportamento das mulheres ante uma estrutura de oportunidades desigual, onde a discriminação racial aparece como elemento fundamental (Goldani, 1990).

### 3. Quais os determinantes da pobreza entre as famílias com chefes mulheres?

Partindo de que a pobreza no Brasil estaria altamente correlacionada com fatores demográficos bem como com as características de renda do chefe da família Fox (1990) usa uma linha de pobreza de cerca de US\$300 per capita ao ano e conclui que cerca de 1/4 da população brasileira, em 1985, estava na pobreza. Regionalmente, mais da metade desta pobreza (55%) se concentrava no Nordeste onde o ingresso per capita é cerca de 60% do país como um todo. Com a maioria da população concentrada no meio urbano encontra-se que as unidades domésticas pobres urbanas tendem a ter um maior número de filhos e uma razão de dependência bem mais elevada que a média. Mesmo na qualidade de economicamente ativos os chefes de domicílios pobres urbanos quando comparados com

os não-pobres apresentam um nível educacional 40% mais baixo, taxas de desemprego mais elevadas e uma renda média muito menor (Barros e Fox, 1990). Ao tratar da questão para unidades domésticas com chefes mulheres Barros e Fox (1990) encontram que ao tomar em conta só a renda dos adultos presentes 10/ no domicílio com chefe mulher se confirma a super representação destas entre as mais baixas classes de ingresso. Controlando os diferentes tipos de organização das Famílias com chefes mulheres em São Paulo, Recife e Porto Alegre observa-se que enquanto as mulheres chefes encontram-se super representadas nas classes de renda mais baixas (entre os 25% mais pobres da distribuição) esta situação fica ainda pior para mulheres chefes com filhos menores.

Em suma, ao considerar as razões da maior representatividade das unidades domésticas com chefes mulheres entre os pobres, Barros e Fox trabalham com o conceito de pobreza relativa 11/ e definem como fatores determinantes: a) a menor capacidade de renda, b) o uso menos intensivo dos membros adultos c) a maior razão de dependência. Os resultados mostram que as Famílias com chefes mulheres são mais pobres porque tem chefe mulher mas que isto tem a ver com o fato de que, as mulheres tem menor capacidade de gerar ingresso que os homens. Importante destacar aqui que a menor capacidade de renda não é particular das mulheres chefes de família mas do conjunto das mulheres o que aponta para a discriminação por sexo no mercado de trabalho. Isto se confirma no fato de que, as Famílias com chefes mulheres não usam de forma menos intensiva seus membros adultos e não há uma razão de dependência maior no conjunto destas Famílias. No caso das Famílias chefiadas por mulheres e com crianças presentes os resultados são os mesmos, exceto que, a presença de filhos menores fazem com que a elevada razão de dependência explique a pobreza ainda maior. Assim, a pobreza nas Famílias com chefes mulheres se explicaria em 40% pela falta de renda e os outros 60% pela falta de "tempo adulto". Ou seja, a falta de adultos ou a presença de crianças responderiam pelo "time por" e a discriminação de salários por sexo pelas diferenças na capacidade de renda posto que as Famílias com chefes mulheres são mais "feminina".

O diagnóstico de que as principais mudanças nos tipos de família ocorre em termos de uma crescente representatividade das Famílias com chefes mulheres, com destaque para as mães sem conjuge e com filhos, junta-se às evidências de que estas Famílias estão super representadas entre os pobres o que nos leva a discutir os tipos de arranjos domésticos em que se encontram as crianças e sua relação com suas condições de vida.

Um primeiro dado importante é que os domicílios pobres tem um maior numero de crianças o que por si só já coloca a possibilidade das crianças em geral estarem mais representadas entre os pobres. Entretanto, quando se observa as crianças mais pobres por tipos de unidades domésticas encontra-se que a maior proporção destes encontram-se naquelas chefiadas por mulheres. Mas talvez o dado mais importante é o de que as crianças residentes em unidades domésticas chefiadas por mulheres estão ainda mais representadas entre os pobres do que as próprias mulheres chefes. Isto é o que concluem Barros e Fox (1990) com a análise para TRÊS áreas metropolitanas, São Paulo, Recife e Porto Alegre, em 1984.

## VI. AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS: O AUMENTO NA PROPORÇÃO TOTAL E NO TEMPO DAS CRIANÇAS VIVENDO EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS, AS RELAÇÕES COM A POBREZA E COM A REPRODUÇÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA

No Brasil, 3,3 milhões de crianças menores de 14 anos, viviam só com a mãe, sem conjuge em 1989. Isto representou 11% das crianças residentes em domicílios particulares, já os outros 88% das crianças residiam em arranjos formados por casal com filhos, e o restante em outros tipos de arranjos domésticos (Tabela 20). O fenômeno de crianças não residindo com o pai, fator, comumente, associado com as más condições de vida das crianças e o aumento destas "abandonadas ou pedindo" pelas ruas das cidades, apesar de relativamente pequeno, foi o que mais aumentou na última década. Enquanto a proporção de crianças (menores de 14 anos) residindo só com a mãe aumentou em 72% aqueles vivendo com casais incrementaram em cerca de 15% e os residentes em outros arranjos aumentaram em 20% (Tabela 20).

Além da maior proporção de crianças vivendo com a mãe, aumentou também, o tempo que as mulheres passam na condição de mãe sem conjuge com filhos o que significa chances de incremento na probabilidade das crianças passarem mais tempo vivendo neste tipo de arranjo doméstico. A análise do comportamento de diferentes coortes nesta segunda metade do século mostrou que a expectativa das mulheres permanecerem sem conjuge e com filhos, aumentou em cerca de 4 anos. Assim, com a experiência de mortalidade, fecundidade e nupcialidade das mulheres em idades reprodutivas em 1984 estima-se que a probabilidade é de que 11,2 anos de sua vida adulta as mulheres passariam na condição de mãe sem conjuge e com filhos. Admitindo, conservadoramente, que as crianças tenham a mesma esperança de vida que a mãe e que a maioria só irá deixar a casa materna no momento do casamento (com a idade média de ao redor dos 22 no caso das mulheres e 26 para os homens) teríamos que 11 anos é o tempo mínimo que as crianças esperariam passar em arranjos familiares formados pela mãe sem conjuge (Goldani, 1989). Cabe ressaltar que provavelmente neste tipo de família os filhos saem antes de unir-se fazendo com que o tempo de permanência em família monoparental seja de fato menor .

As conseqüências da pobreza sobre a infância e adolescência associadas com os recursos de suas famílias e/ou as condições do mercado de trabalho mostrou que em regiões com melhor infraestrutura social o bem estar das crianças dependem menos dos recursos de suas famílias. As diferenças regionais entre as áreas metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza em 1987, indicam que as decisões dos menores de trabalhar e abandonar a escola estão decididamente influenciadas pela atratividade do mercado de trabalho em que se encontram e não pela escassez de recursos das unidades domésticas em que vivem. Assim, enquanto em Fortaleza encontra-se maior taxas de frequência a escola e menores taxas de participação no mercado de trabalho, em São Paulo e Porto Alegre é o contrario. As conseqüências da pobreza não diferem por gênero, com o bem estar das meninas sendo tão sensível aos recursos econômicos de pais e parentes quanto as meninas mas diferem por idade com as crianças sendo mais afetadas que os adolescentes (Barros e Mendonça, 1991).

A importância do papel dos mercados de trabalho regionais para os menores quando se controla a variável cor é digna de nota. Há evidências empíricas de que os menores pretos e pardos ocupam postos qualitativamente inferior no mercado de trabalho, entretanto, o que se observa através das diferenças regionais é de que isto se deve, sobretudo, às condições do mercado de trabalho da região. Ou seja, ao fato da maior parte da população de crianças e adolescentes de cor preta e parda

estarem concentrados na região nordeste, com condições de mercado piores que o das regiões sul e sudeste que concentra a maior parte da população branca do país.

A pobreza familiar tem sido apontada como causa do trabalho precoce de menores brasileiros no mercado e no longo prazo como uma das causas da pobreza futura destes menores (Barros e Mendonça, 1991; IBGE/UNICEF, 1989, 1990). Tratando de comprovar se efetivamente o trabalho precoce pode ser caracterizado como um transmissor intergeracional de pobreza Barros e Santos, (1991) enfatizam que para isto ser verdadeiro tem que verifica-se se o trabalho precoce efetivamente afeta as crianças residentes em domicílios pobres. A hipótese dos autores é de que a parcela da pobreza atribuída ao trabalho precoce deve ser insignificante dadas as condições e probabilidades de estudo e trabalho futuras. Entre os achados importantes constata-se que: o trabalho precoce é, de fato, uma consequência da pobreza familiar, no entanto, o trabalho precoce não fica caracterizado como fator importante na transmissão intergeracional da pobreza. O trabalho precoce consegue explicar apenas entre 5 e 10% da transmissão intergeracional da pobreza no Brasil em 1982.

#### VII. AS FAMÍLIAS DOS IDOSOS: O AUMENTO NA PROPORÇÃO DE IDOSOS NA POPULAÇÃO, A LONGEVIDADE E OS PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO, OS TIPOS DE ARRANJOS DOMÉSTICOS E AS DEMANDAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS E FAMILIARES.

O fenômeno do envelhecimento no Brasil faz parte do processo de transformações demográficas já assinaladas, onde sobressai a brutal queda da fecundidade nas últimas TRÊS décadas, fator responsável maior pela proporção de idosos no país. Um resultado concreto disto é a transformação por idade e sexo da população, onde o envelhecimento da população vai assumindo importância.

A população brasileira que tinha em média 18,8 anos em 1950 e apenas 4,2% de pessoas com 60 anos e mais chega nos anos 80 mais velha em cerca de 3 anos. Em 1985 a idade média foi de 21,3 e a população de 60 anos e mais representava 6,3%. Estimativas conservadoras para o ano 2000 indicam uma idade média da população seria de 28,3 e a proporção de pessoas com mais de 60 anos alcançaria os 8,5%. Assim, as estimativas da população idosa brasileira ficam bem aquém quando comparadas com os países com estrutura envelhecida (15% hoje), cifra que só atingiríamos nos próximos 30 a 40 anos.

Entretanto, tal como já aconteceu com outros fenômenos demográficos, a rapidez com que se processam as mudanças no volume da população idosa e as implicações do processo de envelhecimento decorrentes da maior longevidade adquirem no contexto brasileiro uma dimensão que vai além de sua representatividade estatística no conjunto da população. Isto porque o fenômeno ocorre e é fruto de um contexto econômico-social e cultural muito peculiar e com impactos diferenciados para regiões e segmentos sociais.

A hipótese comum com que se trabalha e que se comprova para muitos dos países latino-americanos é que a tradição cultural de obrigações filiais para com os parentes idosos sobretudo os pais, somado às generalizadas más condições de vida da população idosa estariam entre as principais causas explicativas da tendência dos idosos residirem em famílias estendidas ou multi-geracionais como mencionam pesquisas recentes para vários contextos latino-americanos, inclusive o Brasil.

Os resultados mais recentes, fruto de um estudo multicentrico sobre o idoso, promovido pela Organização mundial da saúde em 1989/1990 (para áreas urbanas da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guiana, e Trinidad Tobago) apontam para o fato de que são poucos os idosos que vivem só e que, em geral, mais de 50% residem em unidades domésticas multi-geracionais. No caso do Brasil, os resultados da OMS para São Paulo em 1989, indicam que os idosos encontram-se 59% em unidades multi-geracionais, 32% em unidades de uma só geração, ou seja em sua própria família e apenas 10% viveriam só. Quando compara estes resultados com sua pesquisa pioneira sobre idosos para São Paulo em 1984 Ramos enfatiza que houve um aumento nos idosos em unidades multi-geracionais (de 56% para 59% de 1984 para 1989) mas que este aumento resultou de uma Dinâmica de decréscimo na proporção de idosos em unidades de TRÊS gerações e de um aumento destes nas unidades de duas gerações. Já a proporção de idosos em unidades de uma geração teria permanecido e os idosos vivendo só teriam diminuído de 12% para 10% no período 1984/89.

As característica das unidades domésticas multi-geracionais em São Paulo (mais frequentes entre os pobres e migrantes, com idosos com elevados níveis de "disability" e muitas viúvas praticamente sem renda) sugerem que no quadro crescente da desigualdade e pobreza urbana os idosos apresentam-se bastante vulneráveis e dependem do suporte de uma estrutura familiar mais extensa que a média nacional.

Em diferentes momentos do tempo nossos estudos mostraram que é entre as famílias com chefes idosos e com chefes mulheres que se encontra as maiores proporções de membros que não fazem parte do núcleo familiar (pais e filhos). Mas ao contrário do verificado para São Paulo encontramos que a proporção de idosos vivendo só vem aumentando no Brasil de cerca de 8% em 1980 para cerca de 10% em 1989. Assim os idosos que representavam 22% do total de pessoas vivendo só em 1970 passaram a representar cerca de 30% em 1980 e 42% em 1989. Isto significa que a maior propensão dos idosos viverem só tem contribuído de forma importante para o aumento das unidades unipessoais no Brasil.

A propensão dos idosos à chefia de uma unidade doméstica, independente do tipo de arranjo interno, vem aumentando. Do conjunto das unidades domésticas em 1980, cerca de 11% eram chefiadas por pessoas de 60 anos e mais. Estas cifras tinham sido de ao redor de 9% em 1970. Este aumento se deveu em grande parte (83%) à mudanças na estrutura por idade e estado conjugal da população brasileira e o restante (17%) foi devido à maior propensão do idoso em ser chefe, particularmente as mulheres viúvas (Goldani, 1990).

Portanto, nossos resultados das mudanças nas taxas de chefia por idade mostram uma tendência crescente dos idosos a viverem só bem como dos casais idosos a permanecerem em suas unidades domésticas ao invés de se incorporarem como membros de outras unidades domésticas. Estes resultados sobre a Dinâmica de formação das unidades domésticas dos idosos são ratificadas por análises detalhadas sobre a estrutura familiar do idoso realizadas por Berquó e outros (1988). Para o Brasil em 1980, dos 6,826 milhões de idosos residindo em domicílios particulares, cerca de 71% eram membros de uma unidade doméstica do tipo família, ou seja, tinham sua própria família (em arranjos conjugais com ou sem filhos ou monoparentais), 20,8% viviam com outros parentes (quer seja como parente em arranjos conjugais quer seja com outros parentes), 7,8% viviam só e apenas 0,5% residiam com outras pessoas.

Cabe destacar que há variações importantes nos arranjos domésticos dos idosos segundo gênero. Por exemplo, do total de idosos em 1989 vivendo só cerca de 2/3 eram mulheres. Em 1980,

os homens de 60 anos e mais encontram-se em sua maioria, (85%), em unidades domésticas familiares (ou seja em seus próprios arranjos conjugais com ou sem filhos e uma proporção muito pequena em família monoparental), 12,2% viviam com outros parentes, e apenas 2,7% viviam só. Já entre as mulheres idosas 58% viviam em suas próprias família (distribuídas de forma bastante similar em arranjos conjugais e monoparentais); cerca de 29% viviam com parentes e outros 12,7% viviam só.

Os arranjos domésticos nos quais se encontram os idosos nos países latino americanos bem como no Brasil em certa medida refletem a estrutura geral das unidades domésticas nestes países. Nos países latino-americanos mencionados antes cerca de 1/3 dos arranjos domésticos são do tipo estendido ou complexos enquanto no Brasil este valor fica bastante mais abaixo. Finalmente caberia mencionar alguns dos aspectos que justificariam o planejamento e investimento, a curto prazo, na QUESTÃO do idoso brasileiro.

1. O volume de crescimento da e as pressões sobre os recursos. Os prognósticos demográficos apontam o contingente de idosos como os de maior velocidade de crescimento. (Berquó, 1988). Com taxas médias anuais de crescimento superiores à média da população eles tendem a pressionar sobre os recursos, tanto públicos como familiares, recursos estes que majoritariamente estão direcionados para atender as crianças e jovens. Além das demandas que representam por ser um contingente proporcionalmente maior são as crianças e jovens deste país quem mais se encontram entre as camadas pobres. Na disputa por recursos os idosos ainda terão que enfrentar-se com o estigma de improdutivo e os prejuízos culturais em que a juventude é um valor social maior.

2. As perspectivas das políticas sociais no modelo econômico e o suporte estatal ao idoso. O caráter privatizante do atual plano de ajuste econômico, juntamente com o discurso do executivo federal, deixa sérias dúvidas sobre as estratégias do Estado central brasileiro em termos de políticas sociais. Isto porque as experiências em países desenvolvidos tem mostrado que se bem é certo que um setor público sobrecarregado é insustentável no longo prazo, também é certo que as forças de mercado por si só não são capazes de assegurar o bem estar de uma população. Aliás, a própria experiência brasileira durante os anos 80 mostrou o papel decisivo do setor publico em assegurar condições mínimas de subsistência para a população mais duramente afetada pela crise. Com todas as distorções que possa ter havido em termos da população alvo, nem sempre atingida, do manejo de interesse econômicos e políticos e até mesmo de um aumento da corrupção e concentração de poder em mãos de uns poucos. Não se pode negar o papel do Estado brasileiro no alívio da recessão (NEPP, 1990; Médici, 1991).

3. Os idosos tem na família sua principal fonte de suporte econômico e afetivo, família esta que como vimos se adapta à um modelo perverso de desenvolvimento e passa a redefinir seu tamanho, estrutura interna bem como as relações entre seus membros com implicações diretas em termos de responsabilidades para com os idosos dependentes. Isto assume dimensões ainda maior quando se observa que são as mulheres quem mais tomam conta dos idosos, mulheres estas cujas trajetórias familiares e de trabalho sofrem profundas transformações como já tivemos oportunidade de apontar.

## VIII. FAMÍLIA NOS ANOS 80: A LUTA PELA DEMOCRACIA, PELA CIDADANIA E PELA SOBREVIVÊNCIA. A SINGULARIDADE E A INTERDEPENDÊNCIA DAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS VIA ARRANJOS DE TRABALHO, AS ESTRATÉGIAS FRENTE A CRISE

A crescente e marcante presença das mulheres brasileiras nos espaços públicos nos anos 80's, acompanhada pelas discussões sobre feminismo, desigualdades e direitos da mulher, faz parte de um movimento maior da sociedade brasileira em busca de democracia e afirmação dos direitos de cidadania que desembocam na Constituição Brasileira de 1988. Mas, se a década de 80 abre as perspectivas de maior organização e participação política dos diferentes segmentos sociais, as quais se materializam nas conquistas constitucionais, o que se observa é que isto não teve efeitos práticos em termos de qualidade de vida para a maioria dos brasileiros.

Em um quadro de conjuntura internacional adversa, o modelo econômico brasileiro dependente se esgota e tem início um dos períodos mais recessivos da história do país nos anos 80. Os inúmeros planos econômicos e programas sociais e a perda gradativa de eficiência do setor público se refletem na deterioração das condições de vida para grandes parcelas de população. A tudo isto se soma um processo de concentração de renda que gera uma desigualdade brutal e dá ao Brasil mais um título o de "campeão mundial da desigualdade".

O perfil estatístico das mudanças na década, no qual o país mostra que, de fato, a população está mais educada e tem residências mais confortáveis mas está cada vez mais pobre tem gerado confusão e polemica sobre as responsabilidades pelo "crime social" do período, com alguns acusando o Estado e outros a iniciativa privada. Em 1989 o país era o retrato da modernidade paradoxal. Com 87% das residências equipadas com luz elétrica, 73% com água encanada e 73% das residências com aparelho de televisão, o país aproxima-se do "status" de desenvolvido. Entretanto, os números da "perversidade" mostram que os 50% mais pobres ficaram ainda mais pobres, passando a reter apenas 10,4% da renda nacional em 1989 quando isto tinha sido de 13,4% em 1981. Em contraste, os 5% mais ricos saíram da década ainda mais ricos, com 39% ao invés dos 34% que tinham no início. Sem falar nos afortunados 1% mais ricos do país que passaram de 13% par 17,3%, ou seja, um ganho de 30% na participação da renda nacional no período.

Em termos da economia, a família brasileira na década de 80 conviveu com altas e oscilantes taxas de inflação, desemprego e crescimento do déficit público alternando períodos de ligeiro crescimento e profunda recessão, mas cujo saldo líquido foi de estagnação da renda e do produto interno per capita (Médici, 1991). Com elevadas taxas de desemprego o ano de 1981 foi considerado um "horror", 1983 "péssimo" e 1986 o da "ressurreição das esperanças", onde um "plano cruzado" com morte precoce faz a inflação retornar e oscilar ao sabor de novos "pacotes" econômicos. No período 1981-83 verifica-se a maior compressão do nível de renda das pessoas. Tanto foi assim que o crescimento posterior não foi suficiente para recuperar o rendimento dos 50% mais pobres ao nível de 1979.

A partir de 1985 o processo de reconcentração da renda que vinha ocorrendo se recrudesce e mostra que o rendimento foi redistribuído quase exclusivamente em favor dos 10% mais ricos, nos setores urbanos e rurais. Assim, no final da década as desigualdades atingem patamares inéditos no país e mesmo no mundo (World Bank, *op.cit.*). O índice de Gini, cujo valor máximo é 1, alcançou 0,618 em 1989 contra os 0,562 em 1970 (Médici, 1991).

No plano social uma análise na área da Saúde não resiste a euforia de alguns progressos indiscutíveis. Mesmo com ganhos de cerca de 5 anos de esperança de vida a população volta a enfrentar epidemias como meningite, dengue, cólera etc. Os efeitos da crise sobre o custo da alimentação faz com que o brasileiro tenham uma dieta adequada em termos calóricos mas insuficiente em termos protéicos. Os gastos sociais do governo federal que tenta contrarestar a crise revelam um elevação de menos de 1% per capita durante o período. De fato, entre 1985 e 1990 os investimentos federais em políticas sociais aumentaram significativamente, mas os recursos nem sempre atingiram a população alvo dada "uma elevada concentração política e da estrutura de representação social, nas mãos de uns poucos". Assim, a pobreza e concentração do dinheiro e poder político nas mãos de poucos está entre os maiores determinantes da crise brasileira nos anos 80 e possivelmente dos anos 90 (Médici, 1991:122 124).

Análises do impacto da crise sobre as famílias mostra o aumento esperado dos níveis de pobreza e de miserabilidade entre estas no período da recessão. Na Grande São Paulo entre 1981/83 isto ocorreu para os vários tipos de família e esteve associado diferencialmente com as etapas do ciclo vital familiar. Entretanto, foi demonstrada a maior "susceptibilidade" à conjuntura econômica das Famílias muito pobres ou miseráveis, quando comparadas com aquelas pobres mas de estratos superiores, e das Famílias chefiadas por mulheres quando comparadas com as Famílias chefiadas por homens. Na mesma linha, Montali (1991) mostra TRÊS tipos de arranjo familiar que perfazem 68% das famílias como os mais vulneráveis à crise na área metropolitana de São Paulo. Estes teriam sido: o casal até 34 anos com filhos, o casal de 34-49 anos com filhos e as famílias com mulheres e filhos sem conjuge.

As respostas do Estado Brasileiro à crise foram marcadas por políticas de conjuntura e curto prazo onde se destaca um forte aumento da carga tributária. Entre as conseqüências disto encontra-se a evasão fiscal, corrupção da burocracia e aumento da informalidade na economia. Neste quadro o setor público aparece como importante fonte de absorção de empregos, apresentando taxas "invejáveis" de crescimento, de 5,1% no período crítico de 1980-83. Assim, entre 1980/88 os empregos públicos passam de cerca de 17% para 20% do total dos empregos formais do país (Médici, 1991:2).

Dentre as estratégias da população brasileira para enfrentar a crise talvez a mais dramática foi justamente adiar ou cancelar os projetos de formação de novas Famílias bem como a expansão das já existentes. Um exemplo disto é a diminuição das taxas anuais de crescimento do número de unidades familiares, que caem de 4,3% entre 1970/89 para 2,3% no período crítico da recessão, 1981/83 e não se recuperam totalmente até o final da década posto que ficaram em 3,3% ao ano entre 1986/89. Reforçando este quadro estão as quedas aceleradas na probabilidade de casar-se e nas taxas de fecundidade total e marital no mesmo período. As probabilidades de casar-se por primeira vez no diminuem em cerca de 28%, passando de .829 para .651 entre 1981/84. Estas probabilidades diminuem para todas as regiões do país mas é particularmente forte na REGIÃO mais pobre do país, o Nordeste, onde a probabilidade de casar caiu em cerca de 33 pontos percentuais no mesmo período. Da mesma forma, parece ter havido um reaceleramento de queda nos níveis de fecundidade com a taxa total diminuindo cerca de 24% e a taxa de fecundidade marital em cerca de 18% de 1981 para 1984. (Tabela 22). Portanto, foi adiando os planos de casamento, de ter o primeiro ou mesmo mais filhos que a população brasileira respondeu à crise. As menores taxas de crescimento do casal sem filhos fortalece ainda mais esta hipótese.

Outra estratégia das Famílias para manter-se durante a crise foi reacelerar o mecanismo de diminuição da fecundidade o que colabora para a diminuição do tamanho da família. A taxa de

fecundidade total cai novamente, em cerca de 24% no período 1981/84, e colocar mais gente para trabalhar ria pelo decréscimo no número de unidades familiares. A maior queda entre as taxas do arranjo de casal com filhos que parece ter e também, diversificando as formas de morar, buscando cada vez mais as cidades em busca de trabalho as pessoas passam a morar sozinhos deixando muitas vezes suas famílias em outras regiões. O processo de migração interurbana de áreas do nordeste para o sudeste, certamente, responde por boa parte do fenômeno de mulheres chefes, proporcionalmente mais elevado em áreas metropolitanas do nordeste.

As "estratégias" das famílias para enfrentar a crise aparece sobretudo associada com um maior número de pessoas no mercado de trabalho tratando de manter o orçamento familiar. Mesmo diminuindo o seu tamanho observa-se uma proporção maior de membros da família no mercado e a participação da mulher no mercado de trabalho, ao contrário do esperado, não se contrai no período da crise. De fato, a tendência de aumento da participação da mulher no mercado de trabalho permanece, com as taxas alcançando níveis superiores a média dos países em desenvolvimento e de países latino-americanos como Uruguai, Chile, Costa Rica, Argentina, México, Colômbia etc. Assim, em 1989 a taxa de participação feminina em Brasil foi de 35,2 (Médici, 1991:78). No período da crise as desigualdades por gênero teriam diminuído em termos de rendimento médio, onde a relação teria caído de 1,97 para 1,88 no período 1981/89 (Médici:1991). Isto poderia estar associado ao nível médio de escolaridade superior entre as mulheres em um momento de crescente seletividade do mercado de trabalho. O impacto disto em termos de minorar os efeitos da recessão sobre a família fica claro na crescente participação das Conjugues no orçamento familiar. Neste movimento, uma consequência "natural" é o aumento de 16% para 20% das mulheres chefes de família entre 1981 e 1989 posto que como mostramos acima o reconhecimento e identificação do chefe se dá pela responsabilidade do sustento da família.

Os extremos e críticos níveis de pobreza no Brasil e a associação disto com as estruturas familiares adquire ainda maior importância durante a recessão econômica. Isto porque vários estudos apontam para as maiores ou menores probabilidades de deterioração ou recuperação das condições de renda individual durante a crise econômica. Demonstrada a relação entre estrutura familiar e condições de vida as explicações tem variado. As famílias desfeitas pelo divórcio e/ou dirigidas por mulheres são acusadas como responsáveis tanto pela desmoralização dos indivíduos (meninos de rua ou pívetes e marginais são identificados como membros destas famílias) como pela pobreza em que se encontram. no qual o tipo e o ciclo de vida da família é fundamental.

## IX. PERSPECTIVAS FUTURAS DA FAMÍLIA BRASILEIRA

A construção da família ou das famílias brasileira resulta de um complexo de fatores inter-relacionados cortado por desigualdades espaciais, econômicas e culturais de tal ordem que, tratar de especular ou mesmo prognosticar seu futuro constitui mais um exercício de análise do que propriamente pretensões de predição.

Ao especular sobre as perspectivas da família no Brasil, destacamos TRÊS aspectos que estariam interferindo mais diretamente em seu futuro. São estes: 1) os prognósticos demográficos para os próximos anos e seus impactos sobre a estrutura populacional e a composição das demandas por serviços públicos e familiares; 2) as tendências e perspectivas institucionais que caracterizam as políticas sociais e econômicas do Estado Brasileiro e as chances de participação da população; e 3)

o potencial de mudanças da família frente aos fatos atuais e às expectativas das pessoas sobre valores e comportamentos em áreas sensíveis de mudanças na família tais como: relações entre os sexos e casamento, filhos, e as "novas" condições da mulher.

### 1. Família e Perspectivas Demográficas

Os prognósticos demográficos são de que a população brasileira, alcançará cerca de 170 milhões nos inícios do século XXI e que 80% destas pessoas estarão residindo em áreas urbanas. Ou seja, com uma redução de 30% na sua taxa de crescimento, mas com uma estrutura de partida ainda jovem o país ganharia um contingente de 50 milhões de pessoas entre 1980-2000 (Camarano, et all, 1989). A queda da fecundidade já em ritmo acelerado responderá pelo menor crescimento da população em geral e como tal determinará a diminuição relativa dos primeiros grupos de idade. Isto, de forma cumulativa ao longo deste final do século, afetará o crescimento dos grupos em idade ativa e os idosos, com estes últimos aumentando sua participação relativa na população. Este crescimento, diferenciado por regiões do país, afetará de forma específica as estruturas de demanda por serviços públicos bem como da família.

O crescimento populacional e as estruturas etárias, por sexo e situação matrimonial estão entre os determinantes próximos do volume, tamanho e organização das unidades domésticas e Famílias. Assim, mantendo-se a predominância do modelo conjugal com filhos os prognósticos demográficos indicam uma diminuição no número e tamanho das unidades domésticas organizadas como Famílias para as próximas décadas. Entretanto, as crescentes tendências de ruptura matrimonial estariam exercendo um efeito contrário amenizando a diminuição do número de Famílias mas sobretudo, estimulando o crescimento no número das pessoas vivendo sozinhas. Aliás, o fenômeno de envelhecimento também, corrobora para esta última tendência.

A prognosticada concentração, ainda maior, da população nas áreas urbanas, quando combinada com as taxas crescentes de Famílias com chefes mulheres nestas áreas, sugere um aumento no peso relativo deste tipo de família no total do país. Isto assume dimensões particularmente sérias quando se tem presente a associação entre Famílias chefiadas por mulheres e pobreza urbana. Assim, com as novas tendências demográficas, mantendo constantes as difíceis e desiguais condições econômicas teremos uma proporção ainda maior de Famílias com chefes mulheres entre os pobres urbanos. Mantidas as desigualdades regionais, ou acentuadas como sugerem as tendências da última década, estas famílias pobres com chefes mulheres estariam mais representadas nas áreas metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife. As implicações disto para as políticas sociais parece evidentes e sugerem que Famílias com chefes mulheres passem a ser contemplados entre os chamados grupos alvos, com prioridade de atendimento dos programas sociais.

A persistência de um perfil demográfico relativamente jovem da população brasileira nas próximas décadas faz com que a geração de empregos continue como a variável chave do planejamento social. Paralelamente à necessidade de um maior dinamismo econômico e opções de novos empregos aparece como fundamental a criação de mecanismos efetivos de proteção dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores não qualificados e das mulheres, ainda discriminadas. Isto apontaria para a necessidade de melhoria de programas de formação de recursos humanos, seguro desemprego bem como a urgente posta em prática das medidas constitucionais de "ação positiva" para a mulher trabalhadora. Ao gerar uma estrutura de oportunidades menos desigual estas medidas, certamente, contribuiriam para uma abertura no leque de opções individuais com impactos sobre a Dinâmica familiar.

O anunciado processo de envelhecimento sugere uma crescente demanda por serviços públicos voltados para o atendimento da população idosa que, dependendo da REGIÃO vai exercer maior ou menor pressão sobre os serviços públicos. A família brasileira como tradicional fonte de suporte econômico e afetivo dos seus idosos será chamada a assumi-los ainda mais. No quadro das transformações porque passa a família, o maior número de membros idosos e as perspectivas de maior longevidade destes, coloca a demanda por serviços e atendimento na família como uma sobrecarga. Diminui o número de membros da família, potencialmente, disponíveis para o atendimento, não só porque o tamanho de família vem caindo mas também, porque aumenta a participação destes no mercado de trabalho. Isto é particularmente verdadeiro se tomarmos em conta que é a mulher, na condição de filha, nora ou sobrinha ou neta que se encarrega dos cuidados com idosos da família. Ao mesmo tempo, são estas mulheres as que mais tem saído para o mercado de trabalho e buscado estilos de vida alternativos. Portanto, a demanda por asilos e serviços especializados de atendimento ao idoso tendem a crescer e acompanhar as transformações na família bem como as necessárias redefinições de responsabilidades e dependência familiar.

## 2. Família e Perspectivas nas Políticas Sociais e Econômicas

Na discussão dos acontecimentos da década de 80 ficou claro que paralelamente aos maus resultados econômicos houve um avanço no processo de redemocratização política e de organização popular que tem seus efeitos concretos a nível de conquistas sociais. A universalização formal da cobertura de saúde, a tendência de expansão da cobertura de equipamentos sociais em geral, e em menor medida, do gasto social são ilustrativas deste novo momento das relações entre Estado e Sociedade. A manutenção e desenvolvimento das políticas sociais efetivamente ajudaram a conter o impacto negativo do ciclo recessivo dos anos 80 e no caso de São Paulo, as conclusões são enfáticas o suficiente para recomendar "cautela ao se pensar na redefinição das funções governamentais" (NEPP, 1990:20). Isto porque, o centro do debate político brasileiro, hoje, gira ao redor dos temas da descentralização e das políticas sociais. Descentralização esta que aparece na nova constituição ao propor que os municípios (a terceira menor Divisão administrativa, depois das Regiões e Estados) passem a ser uma esfera autônoma da federação. Isto de certa forma já parece surtir efeito à nível do emprego público. Entre 1985/89 os municípios tem respondido pelo crescimento do emprego público no país, e não as esferas estaduais e municipais como até então (Médici, 1991). Entre as novas atribuições caberia aos MUNICÍPIOS responsabilidades maiores em termos das políticas sociais contando para isto com transferência de recursos tributários do Estado e da União. Ao nível da população isto potencialmente significaria uma participação maior no desenho e decisões das políticas sociais. Entretanto, esta descentralização ainda não se generalizou e haveria mesmo grandes possibilidades de uma recentralização das iniciativas e decisões de política social por parte do Estado Central (NEPP, 1990: 221).

Gerando intensas polemicas, o caráter privatizante do atual plano de ajuste econômico, juntamente, com o discurso do executivo federal deixa sérias dúvidas sobre as estratégias do Estado central brasileiro no campo das políticas sociais. Isto dificulta as especulações sobre suas tendências futuras e os possíveis impactos sobre a família brasileira. No Estado de São Paulo onde, na prática, se verifica um processo de descentralização dos serviços, as perspectivas da área social para os anos 90, apontam para uma municipalização e privatização dos serviços. Possibilidade estas, estreitamente, relacionadas com as expectativas de crescimento do produto e da renda e variando de acordo às condições de cada município (NEPP, 1990).

Os cenários econômicos e as perspectivas no campo social projetados por Cano (1990) sugerem que: 1) no contexto de um cenário neoliberal, bastante próximo da proposta do governo federal atual, as políticas sociais se enfrentarão à um quadro de estrangulamento financeiro, seletividade e privatização paralelamente com a agudização social e de crescentes demandas por serviços sociais; 2) no cenário alternativo, chamado de "organizado-defensivo", haveria uma restauração da capacidade financeira do Estado o que possibilitaria o investimento público em infraestrutura e sobretudo o desenvolvimento de uma política social responsável.<sup>12/</sup> Mesmo porque, se continuar o processo difícil de recuperação econômica, nos anos 90 haverá necessidade ainda maior de expansão e diversificação de políticas sociais. O que certamente, ocorrerá a partir de uma contínua movimentação e organização dos diferentes segmentos sociais, sobretudo dos trabalhadores em geral. Aliás, a descentralização, contemplada em ambos os cenários econômicos, oferecerá uma margem de participação maior dos segmentos populacionais interessados, no cenário organizado-defensivo. Isto porque, no cenário neo-liberal a descentralização parecerá vincular-se muito mais à privatização, de acordo com a lógica setorizada (NEPP, 1990:255). Assim, apesar de que a família tem sido um elemento periférico nas decisões sobre políticas de Saúde, educação e programas sociais outros que lhe dizem respeito (como atendimento de crianças e idosos) as perspectivas são de um maior estreitamento entre Estado e família, o que talvez seja possível via descentralização.

### 3. Família, Fatos, Opiniões e Expectativas de Comportamento da População

O tamanho das unidades domésticas e das Famílias tendem a diminuir e esta diminuição estará determinada, cada vez mais, pela variação nos tipos de família e menos pela fecundidade. Isto irá variar de acordo com as regiões do país, mas será generalizado e mais forte nas regiões metropolitanas. Estes prognóstico tem por base as tendências de diversificação nos arranjos doméstico e familiares e os baixos níveis de fecundidade já alcançados no país. De fato, ainda que o declínio no tamanho das unidades domésticas e famílias seja contínuo nas últimas décadas, constata-se uma variação no peso relativo dos fatores determinantes disto. Até os anos 70's o tamanho da família resultou do impacto cumulativo da fecundidade. A partir de então, com as taxas de fecundidade declinando, as mudanças nos arranjos familiares passaram a ganhar maior peso na determinação do tamanho das Famílias. Demonstramos que a diminuição no tamanho das Famílias das mulheres, em idades reprodutivas em 1984, resultou sobretudo dos elevados níveis de separação e divórcio. O peso da fecundidade sobre o tamanho da família foi mais importante entre as mulheres de coortes mais antigas e entre as de cor branca. Para as mulheres de cor preta foram os novos arranjos gerados pela maior ruptura o matrimonial (por viuvez e por divórcio) que determinaram a diminuição no tamanho das suas Famílias.

Mesmo que o tamanho da família tenda a diminuir não se pode esquecer que o número de gerações sobreviventes vem aumentando. Este "overlap" de gerações oferece chances de uma complexa interação bem como possibilita que certas gerações passem adiante suas responsabilidades de atendimento ou deixem de recebe-los.

Em termos de organização interna observa-se que as separações e divórcios adicionam um grau de complexidade cada vez maior na medida que crescem os recasamentos. Isto somado às melhorias de Saúde e extensão da longevidade possibilita não só uma complexidade maior como poderia trazer de volta as famílias de três a quatro gerações, não necessariamente co-residindo. Assim, além das tendências de variação nos tipos de arranjos familiares no futuro pesará ainda mais a prevalência e durabilidade dos tipos de família. A experiência de diferentes coortes de mulheres

mostraram que os ganhos em mortalidade aumentaram esta durabilidade para as unidades conjugais brasileiras ao longo do século. Entretanto, estes ganhos de duração foram ainda maiores para as Famílias monoparentais, das mulheres com filhos. Assim, os prognósticos são de que a relação de durabilidade nos tipos de família se altere. As mulheres brasileiras que, em 1984, esperariam passar 2/3 de sua vida adulta em arranjos conjugais passarão crescentemente mais tempo em arranjos monoparentais.

A. opiniões, atitudes e expectativas dos atores envolvidos nos processos de construção da família aparecem como elementos fundamentais quando se trata de especular sobre o futuro da família. Tratamos assim, de incorporar alguns dos resultados de pesquisas de opiniões recentes, sobre casamento e relações entre sexos, opinião sobre filhos e condição da mulher.

"Pragmatismo substitui o amor no casamento" anuncia a manchete do jornal mais lido do país, com base em pesquisa de opinião (Folha de São Paulo, 1991).<sup>13/</sup> De cada 100 paulistanos solteiros entrevistados que pretendem se casar (legal ou consensualmente) 38 revelam que o fazem para não ficar só ou para ter um companheiro enquanto apenas 12 casam por amor ou paixão. Já os outros (as) 39 dizem casar-se para construir família e 11 para ter filhos. Ou seja, pelo menos para metade dos entrevistados família e filhos justificam o casamento. Isto teria mudado no tempo, pois segundo a mesma pesquisa, entre os já casados cerca da metade (49%) teriam casado por amor e 27% para não ficar só. Independente da orientação da pesquisa, sugerindo que casamento e família poderiam ser coisas distintas, a identificação entre casamento, filhos e família aparece bastante estreita.

O casamento continua em alta pois a maioria continua querendo casar-se e de preferência legalmente. Dos paulistanos solteiros entrevistados 70% pretendiam unir-se, sendo que 61 destes de "papel passado" e 9% simplesmente "juntar-se". Um perfil dos que se querem casar mostra que isto é mais forte entre os homens (71%) que entre as mulheres (53%). A permanência do casamento parece alimentada pelas expectativas preenchidas. Praticamente 3/4 dos casados revelam que não se decepcionaram com o conjuge sendo mesmo que 27% revelam que tiveram suas expectativas ultrapassadas e 47% encontraram exatamente o que esperavam antes de casar.

O celibato por opção e o estilo de vida de solteiro "single lifestyles" também é ratificado. Entre os que não pretendem se casar um 15% diz que prefere manter a independência ou a liberdade e 11% prefere ficar só.

Uma primeira interpretação nos remeteria ao estilo cada vez menos convencional de vida na metrópole, onde o sexo fora do casamento e o morar em casa separadas seria cada vez mais aceito. Entretanto, as opiniões na cidade de São Paulo revelam que paralelo à inovação persiste o preconceito. Mesmo aceitando que virgindade não é pré-condição do casamento isto seria diferencial por sexo. Enquanto 70% dos homens não devem se casar virgem apenas 47% das mulheres não deveriam. O morar em casas separadas, apesar de parecer uma boa idéia para quase metade dos entrevistados (45%), eles não viveriam assim e outros 43% consideram isso um absurdo. Na mesma linha de preconceito ou convencionalismo, encontra-se que 65% dos paulistanos consideram um absurdo o casamento aberto à outras relações e 64% dizem que as uniões homossexuais não devem ser reconhecidas legalmente.

Os resultados para São Paulo devem ser vistos na perspectiva de que os sentidos das mudanças nos valores varia de acordo com a posição sócio-econômica dos diferentes grupos, a situação de domicílio, o estado civil e a religião, como mostram os resultados preliminares do

mencionado Projeto de Família e Valores do Centro João XXIII do Rio de Janeiro cuja pesquisa de opinião foi efetuada em dezembro de 1988. Um primeiro importante aspecto a destacar é o sentido das mudanças quanto ao comportamento geral de alguns indicadores. Verifica-se que o sentido positivo das mudanças nos valores acompanha, em todos os casos, os setores sócio-econômicos mais altos, com maior nível de instrução, de maior renda e com maiores positivities entre as pessoas mais jovens e as mulheres. O indicador religião mostra que o polo mais negativo com relação à mudanças está formado por pessoas de religião diferente da católica e que o mais positivo está entre aqueles que se declaram "sem religião". Entre os católicos haveria ambas tendências às mudanças: mais negativa entre os "praticantes" e mais positiva entre os que "só receberam" a religião. Quanto ao indicador região haveria uma certa regularidade com o pólo mais negativo de incorporação dos novos valores tendendo sempre para as regiões Nordeste, Norte e centro-oeste e os mais positivos no Sul e Sudeste (Projeto João XXII, seminário de 1989).

No quadro das desigualdades de um processo de "modernidade excludente" haveria uma hegemonia das áreas metropolitanas, sobretudo quando Trata-se de "verdadeiras portas arrombadas no quadro de valores" tal como ilustram os dados de aceitabilidade do divórcio e da maternidade entre as solteiras (Ribeiro e Ribeiro, 1990:26).

Enfatizando a permanência e as mudanças de valores, apoiadas no material do referido projeto Ribeiro e Ribeiro, (1990) destacam os três campos de visibilidade :1) as novas formas de relação, 2) as novas imagens de mulher e 3) os novos espaços de decisão. Tendo presente varias dimensões em cada um destes campos a análise destas autoras apresenta resultados importantes dos quais sumarizamos alguns.

No campo das novas formas de relações as tendências de mudança se alocariam ao redor de: a) atitudes frente a igualização das relações entre os sexos, b) prática da sexualidade independendizada da reprodução; c) aceitação de relações consensuais, sem vínculo legal ou "amasiamento" e d) dissolução do casamento "sem amor". Já as tendências de permanência neste campo foram dadas pela não aceitação das relações homossexuais tanto masculina como feminina, ou seja, relação de casamento entre o mesmo sexo.

Chama a atenção a aceitabilidade de 78% dos entrevistados para com as uniões sem vínculo legal que ocorre, sobretudo, entre as mulheres, nas classes sociais com melhor qualidade de vida e instrução e com apoio indiscriminado em todas as regiões. Da mesma forma, a separação entre sexualidade e reprodução é positivamente apontada por 61% dos entrevistados sendo os maiores percentuais entre os homens. A outra tendência de mudança importante diz respeito ao apoio, de cerca de 87%, a dissolução do casamento quando o amor já não existe. Este apoio se manifesta de forma mais marcada entre as mulheres, os mais jovens, camadas sociais mais altas e generalizado no país ainda que com aceitabilidade maior entre as áreas metropolitanas. Entre os católicos praticante cerca de 84% também se declararam a favor da dissolução. Caberia ainda mencionar o rechaço ao homossexualismo que foi de 87% no caso masculino e 85% quando é feminino. Este rechaço é maior entre as pessoas de classes mais pobres, menor instrução, católicos praticantes, mais velhos e em todas as regiões (pp:1819).

No campo de novas imagens da mulher destaca-se as alterações de comportamento orientado à mudanças em termos de aumento da participação pública da mulher, alteração no tempo disponível para os filhos, e direito a maternidade solteira. Aqui ganha destaque esta última dimensão onde a concordância é de cerca de 77% dos entrevistados com o direito das solteiras a ter filhos. O perfil

destes mostra que são os homens, as camadas médias, os mais jovens e aqueles com maior nível de instrução os mais predispostos a apoiar o fenômeno. Quanto à mudanças no tempo dedicado aos filhos as expectativas para a maioria (71%) é de que o tempo diminua, para 18% é que este tempo permaneça como está e apenas 7% espera que o tempo com os filhos aumente. Nesta tendências as expectativas de mudança são maiores entre as mulheres, as camadas mais altas e com maior instrução. Como não se manifesta uma ordenação clara ou diferenciais regionais marcados a interpretação é de que se trataria de uma tendência em fase de cristalização (p:21).

No campo de novos espaços de decisão se considera alguns domínios de escolhas, até então inexistentes na cultura brasileira. Entre as dimensões selecionadas encontra-se aquelas para as quais verificam-se tendências de mudanças e que são: o uso e orientação de anticoncepcionais e a decisão sobre o tamanho da família. Entre aquelas dimensões cujos resultados apontam para uma manutenção do comportamento encontra-se: a ajuda na criação dos filhos e a decisão autônoma sobre o aborto.

Nas tendências de mudança sobressai as expectativas sobre a decisão do tamanho de família, onde cerca de 78% considera que isto deve ser de livre arbítrio do casal. Os mais enfáticos a respeito foram as mulheres, as classes menos favorecidas e com menor grau de instrução, os mais jovens, os que se dizem católicos e os residentes em regiões menos urbanizadas. Isto aparece coerente com o fato de que quando surgem dificuldades na criação dos filhos a maioria busca ajuda na própria família, ao invés de recorrer à profissionais. Ao mesmo tempo há uma recusa, de 54% dos entrevistados, em assumir autonomia na decisão de aborto, deixando como atribuição ao Estado e a Igreja Católica. Neste caso o grupo majoritário é formado por mulheres, classes menos favorecidas e menor instrução, católicos praticantes, idades de 50 anos e mais e residentes em regiões menos urbanas.

## X. CONCLUSÕES

Tudo indica que no Brasil não caminhamos para a desagregação nem tão pouco para uma substituição da família por outras instituições. Apenas para um modelo mais informal ou mais "democrático" de família, onde a interdependência das trajetórias de seus membros substitui o conceito de dependência na família. Neste contexto a redefinição dos papéis e de responsabilidades aqui anunciadas continuarão e serão decisivas na construção dos futuros arranjos familiares.

O quadro estatístico da família brasileira mostrou a consistência de uma diversidade que é característica da sociedade brasileira. As variações regionais, por segmentos sociais e por raça foram e continuarão sendo importantes. Estas desigualdades, marcadas pelas diferenças de oportunidades econômicas individuais, delinearão a agenda de discussões sobre família nos anos 90's. As relações familiares mostraram-se fundamentais, tanto a nível pessoal como o de uma força potencial de organização e suporte para enfrentar as difíceis condições de vida. As expectativas são de continuidade e funcionalidade destas relações mas se sugere, também, que os arranjos domiciliares futuros poderão cada vez mais obedecer às necessidades do grupo do que propriamente à critérios de parentesco. A preocupação maior será com o apoio emocional e social e as redes de suporte de amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc. que poderão ser até mais importantes que a rede familiar.

Entretanto, as reuniões familiares permanecem, os casamentos, festas de batizado e formatura, e o funeral continuarão sendo os pontos de encontro e reprodução do "familismo" como ideologia. As novelas televisivas alimentam e alimentarão certos estereótipos de comportamento familiar mas ao mesmo tempo vendem e venderão a inovação e os novos estilos de vida. A coabitação como

alternativa ao casamento se torna cada vez mais expressiva numericamente e aceita legal e socialmente. A coabitação, mesmo tendendo a formalização legal ou à uma ruptura mais rápida irá representar uma alternativa de união importante para as pessoas em diferentes estágios do ciclo de vida familiar. As perspectivas de transformações econômico-sociais e demográficas bem como as expectativas da população apontam para uma diversificação ainda maior dos arranjos domésticos e para novas opções mas podem, também, reforçar certas formas tradicionais de família, ainda que com significados diferentes. O casal com filhos continuará diminuindo seu peso relativo. As Famílias monoparentais passarão a fazer parte da experiência de vida, pelo menos, durante uma parte da infância dos brasileiros. Da mesma forma, o viver sozinho ou ficar solteiro por opção dentro de um estilo de "single lifestyle" também será parte importante da vida urbana que esta no horizonte dos brasileiros.

No longo prazo, as tendências de adiamento, menor intensidade e duração de casamentos e nascimentos desencadeará um processo de diminuição de uniões e do número de filhos por coorte que afetará o ciclo de vida familiar. As Famílias hoje, relativamente igual distribuídas, nos diferentes estágios de ciclo familiar tenderão a concentra-se em estágios mais avançados. Assim também, as alterações deverão ir na linha de um encurtamento da chamada fase de formação da família e um alargamento da fase de dispersão ou "empty nest". Entre as implicações futuras está a liberação maior da mulher para atividade econômica ao diminuir seu tempo de criação de filhos. Pois mesmo com um aumento da taxas de atividade feminina generalizada, mantém-se a tradicional relação entre menores taxas de atividade e mulheres com filhos pequenos. Da mesma forma, o alargamento do período em que o casal permanecerá sem filhos, terá implicações específicas tanto em termos de políticas sociais específicas como para uma redefinição da Dinâmica familiar.

No futuro, mesmo que a família aumente o tempo do suporte, que oferece a seus membros isto não ocorreria baixo o tradicional conceito de dependência. A continua dependência, da mulher com relação ao marido, dos filhos com os pais e vice-versa não se daria nos mesmos termos, posto que hoje mulheres e filhos jovens estão no mercado e desafiam os esquemas de dependência e responsabilidades no interior do núcleo doméstico. Isto não significa que a família deixaria seu papel de "refúgio" ou de último recurso ao qual seus membros recorreriam. A experiência do recente ciclo recessivo mostrou o potencial que a família brasileira continua representando neste sentido.

O modelo de desenvolvimento a ser seguido no país aparece como fundamental para o futuro da família brasileira. Ações políticas e econômicas devem orienta-se para o desenvolvimento das potencialidades e a criação de oportunidades para a população. Importante destacar que o papel decisivo do setor público em momentos críticos da economia aponta para o fato de que as forças do mercado por si só não asseguram um bom desenvolvimento humano necessitando a intervenção do Estado. Ainda no modelo de desenvolvimento, a questão do acesso às novas tecnologias aparece como fundamental na questão da reprodução da família. Neste sentido a incorporação das mudanças na tecnologia e seus efeitos sobre família talvez continue sendo uma das áreas de maior impacto sobre as estruturas familiares. Fato que no passado recente pode ser ilustrado pela importação de tecnologia médica e contraceptiva cujos resultados afetaram a família, concretamente, via melhorias da mortalidade e controle da fecundidade. As limitações na adoção de invenções na área biológica certamente atrasará seus impactos mas haveria que ter presente as possibilidades do tipo: reprodução em vitro, intervenção no desenvolvimento do feto, eutanásia etc. No campo dos direitos e responsabilidades que isto implica a igualdade de gênero e de oportunidades, aparece como um dos fatores decisivos na família do futuro.

Notas

1/ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) órgão responsável pelos censos de população e pesquisas domiciliares (PNAD) define família como "um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, que vivassem no mesmo domicílio ou pessoa que vivesse só em domicílio particular. Foi ainda considerado como família todo conjunto de no máximo 5 pessoas, que vivassem em domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica". (IX Recenseamento Geral do Brasil 1980. Vol.1 Tomo 6 Número 1:pp:XXV) Os dados referem-se, portanto, às famílias residentes em domicílios particulares e as informações das pessoas residentes nos domicílios da amostra. A amostra nos censos de 1970 e 1980 foi de aproximadamente 25% dos domicílios particulares e pessoas neles recenseados. No caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e 1989 a definição de família permanece como a do censo de população com uma pequena diferença. O limite máximo de 5 pessoas para o conjunto sem parentesco residindo em domicílios particulares não foi estabelecido.

Portanto, a definição de família para o IBGE tanto nos censos como PNAD equivale ao de unidade doméstica residencial e não à concepção sociológica mais comum que é o de família como um grupo de pessoas conviventes que mantém vínculos de parentesco resultantes de consanguinidade ou de adoção. Entre as vantagens da coleta das informações do IBGE a nível da unidade doméstica e não só da família de parentesco destaca-se as possibilidades de reconstrução de diferentes universos. Mesmo restrito à unidade de RESIDENCIA é possível trabalhar com o grupo de parentesco como família e assim aproximar-se ao conceito sociológico de família.

2/ Opção da forma proposta por Pzeworski não implica em que a "atitude racional" dos indivíduos é "prévia" às relações Sociais, prévia à história. A opção não necessariamente levaria ao "individualismo histórico da teoria burguesa" (1982:77).

3/ Em 1988 uma pesquisa sobre as condições de vida feminina, abrangendo 99 países (92% da população feminina mundial), promovida pelo Population Crisis Committee dos Estados Unidos, revelou que em matéria de igualdade, (medida em termos de proteção legal contra a discriminação no trabalho, sexual, no momento do divórcio etc) estamos em 87º lugar. Já em termos de vida matrimonial e familiar ficamos em 49º lugar, na saúde em 55º, emprego 51º, e educação 47º. Ou seja no computo geral as mulheres brasileiras alcançaram na escala de 0 a 100 apenas 54,5 pontos ou seja, a mesma alcançada pela Nicarágua e abaixo do Paraguai, Peru, México, Panamá etc. De fato, a América Latina tão só o Uruguai conseguiu classificar suas mulheres no índice bom (70 pontos) enquanto a Argentina ficou com 68 pontos.

4/ Há diferenças entre os conceitos de família nuclear e unidade doméstica nuclear propostos por Laslett. Família nuclear consiste do casal com filhos, casal sem filhos ou um dos pais com filhos. O aspecto que distinguiria a família nuclear do grupo doméstico nuclear seria a ausência de outros parentes. Além disto o grupo doméstico também inclui os não-parentes.

5/ Na amostra total de 137 mil mulheres encontra-se que 57% são brancas, 36% pardas e 6.5% negras.

6/ Para uma estrita comparação entre as coortes consideramos somente aquelas mulheres que tiveram filhos até os 30 anos. Mesmo porque as mulheres que tiveram seu primeiro filho depois dos 30 anos representaram tão só 4,3% do total da coorte de idade 4549.

7/ O montante de gravidez pré-maritais são estimadas através dos nascimentos ocorridos no período de 7 meses após o casamento. A justificativa de 7 ao invés de 9 meses que comumente se usa deve-se ao fato de que o primeiro nascimento é um fenômeno universal entre as mulheres alguma vez unidas (independente da cor 93% das mulheres tiveram seu primeiro filho dentro dos primeiros 5 anos da UNIÃO) e é muito comum a gravidez imediata ao casamento. Assim é que nosso

indicador de gravidez pre-marital são os nascimentos ocorridos nos 7 meses após a união os quais somados aos nascimentos ocorridos antes da união dão origem ao total de concepções pré-maritais.

8/ As medidas sumário usadas como indicadores do "tempo" da fecundidade são denominadas "trimean" (T) complementada pelo "spread" (S). O "trimean" é uma espécie de medida central da distribuição, mas que inclui o primeiro e o terceiro quartil. Assim as assimetrias estarão refletidas nesta medida. O "spread" é uma medida de dispersão. Ambas medidas, são consideradas mais sensíveis do que as médias estatísticas comuns e estão inspiradas em Tukey (1978). Por outro lado, o "quantum" da fecundidade tem por base os cinco primeiros anos de experiência reprodutiva das mulheres e será referido aqui como o "quintum" (Q) da fecundidade. No caso do primeiro nascimento usamos duas outras medidas que são os nascimentos ocorridos aos sete meses, B7 e aos nove meses, o B9, que são estimativas de concepções pre-maritais. Também as medidas B15 e B30 são apresentadas como indicadores de nascimentos ocorridos aos 15 e 30 meses desde o início do intervalo.

9/ Estas diferenças, favoráveis a co-chefia feminina com o critério de horas trabalhadas, são parcialmente atribuída ao fato de que a informação sobre ingresso refere-se ao ultimo mês enquanto as horas trabalhadas são as da última semana.

10/ Com relação a sensibilidade do indicador de renda utilizado para classificar os domicílios parece importante destacar que 94% do total dos domicílios em 1984 no Brasil foram classificados no mesmo grupo de renda, quer o critério seja de renda per capita dos adultos ou renda per capita do total. Entretanto, a proporção dos domicílios que permanecem na mesma classe de renda varia consideravelmente de um grupo de renda para outro. Isto revela-se particularmente forte dentro dos domicílios pobres posto que: a) a renda proveniente de não-adultos é mais importante para os domicílios relativamente mais pobres, b) as classes de renda são mais desagregadas entre os pobres e portanto mais sensíveis à definição da renda (Barros e Fox, 1991:13).

11/ O conceito é de pobreza relativa e não de pobreza absoluta o que significa que para qualquer das áreas trabalhadas, independente do nível médio de renda, teremos pelo menos 5% de todos os domicílios classificados como extremadamente pobres.

12/ Os pressupostos do modelo neoliberal seriam: a eliminação do déficit público, enxugamento do Estado e acerto com os credores internacionais; liberalização do comércio exterior, modernização e privatização. Segundo Cano este modelo além das incongruências econômicas (liberalizar o comércio internacional e as restrições na balança de pagamentos) poderia gerar uma prolongada recessão destruindo os diferentes setores produtivos. Já no modelo "organizado-defensivo" os pressupostos é de que não haveria um simples enxugamento da máquina estatal mas uma profunda reestruturação do Estado, modernização e abertura da competitividade econômica, através de uma política seletiva, planejada e negociada (NEPP, 1990:249-250).

13/ Esta pesquisa feita pela DataFolha constou de uma amostragem por sorteio aleatório de 1080 moradores de ambos os sexos, da cidade de São Paulo e foi realizada em 20/agosto/1991. A população estava distribuída em: 46% casados, 34% solteiros, 10% unidos consensualmente, 5% viúvos e 4% separados e divorciados.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Angela Mendes de, María José Carneiro, Silvana Gonçalves de Paula; Org. (1987), Pensando a Família no Brasil: da Colonia à Modernidade, Co-edição Espaço e Tempo, Editora da UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Almeida, Maria Izabel Mendes, (1987), "A Nova Maternidade": uma ilustração das ambiguidades do processo de modernização da família", em Figueira, Sérvulo; Org., (1985), Uma Nova Família? o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, pp.55-68.
- Barros, Ricardo Pais e Louise Fox, (1990), "Female Headed Households, Poverty and the Welfare of Children in Urban Brazil", IPEA, RJ. (mimeo).
- Barros, Ricardo Pais e Rosane S. P. de Mendonça, (1991), "Família e Distribuição de Renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho", em Pesquisa e Planejamento Economico, 19 (3).
- \_\_\_\_\_, (1991), "As consequencias da Pobreza sobre a Infancia e a Adolescencia", em Pobreza, Cor e Trabalho Infante Juvenil, Capítulo 2, IPEA, RJ. (prelo).
- Barroso, Carmen, (1978), "Sozinhas ou Mal Acompanhadas: a Situacao das Mulheres Chefes de Família", Anais do Primeiro Encontro da Associacao Brasileira de Estudos Populacionais, pp.457-472.
- Berquó, Elza e Suzana M. Cavenaghi, (1988), "Oportunidades e Fatalidades. Um Estudo Demográfico das Pessoas que moram Sózinhas", VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, Vol. 1:155-182. ABEP.
- Bilac, Elizabeth, (1990), "Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil. GT Família e Sociedade", ANPOCS, XIV da ANPOCS, Caxambu, MG. (mimeo).
- Brandão Lopes, Juarez Rubens, (1992) "BRASIL, 1989: Um Estudo Sócio-econômico da Indigência e da Pobreza Urbana", NEPP/UNICAMP (mimeo).
- Bruschini, Maria Cristina A., (1989), "Estrutura Familiar e Vida Cotidiana na Cidade de São Paulo", Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciencias Sociais, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_, (1989) "Tendências da Fôrça de Trabalho Femenina Brasileira nos Anos Setenta e Oitenta: Algumas Comparações Regionais", Texto da Fundaçao Carlos Chagas No. 1/89.

- Camarano, Ana Amélia, Kaizo Beltrao e Ricardo Neupert, (1989), "Século XXI: A Quantas Andará a População Brasileira?", Texto para Discussão, Nº 5, Instituto de Planejamento e Pesquisa Economica, IPEA e Instituto de Planejamento, IPLAN. Brasília.
- Cano, Wilson, (1990), "Uma Alternativa não Neoliberal para a Economia Brasileira na década de 1990", Documento Final, Nº 221, Campinas.
- Carneiro, Maria José, (1987), "A Desagradavel Família de Nelson Rodrigues", em Figueira, Sérvulo; Org. 1985, Uma Nova Família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira, Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro;
- Centro Joao XXIII, 1985-1991, "Projeto de Estudos: Sociedade Brasileira Contemporanea: Família no Brasil e Valôres: Permanencias e Alterações, 1964-1984", Resultados preliminares apresentados no Seminário: Família e a Modernidade Brasileira: Mudanças e Permanencias promovido pelo Centro Joao XXIII, em Paulo de Frontim, 21-24 de novembro de 1990, Rio de Janeiro.
- Dauster, Tania, (1985), "A Invenção do Amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas", em Figueira, Sérvulo; Org., Uma Nova Família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro; pp:99-111.
- Editora Fisco e Contribuinte, (1988), Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 5/10/1988, Sao Paulo.
- Elder, Glen H. Jr. (ed.), (1985), Life Course Dynamics: Trajectories and Transitions, 1968-1980, Ithaca: Cornell University Press.
- Figueira, Sérvulo, (1985), "O moderno e o arcaico na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social", em Uma Nova Família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- Folha de São Paulo, (1991), "Pragmatismo Substitui Amor no Casamento", 29 de Setembro.
- Goldani, Ana Maria, (1992), "Families in Later Years in Brazil: Burdens of Family Caregiving to the Elderly and the Role of Public Policy", em Morbidity, Mortality and Social Policy in Developing countries, CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, (UNFPA) United Nations (no prelo).
- \_\_\_\_\_, (1991), "A "Crise Familiar" no Brasil Hoje", em TRAVESSIA, Revista do migrante, Ano IV, Nº 9. Janeiro-abril, São Paulo.
- \_\_\_\_\_, (1991), "Desigualdade Racial nas Trajetórias de Vida Familiar das Mulheres Brasileiras", em Desigualdade Racial no Brasil Contemporaneo, CEDEPLAR-FACE-UFMG. Org. Peggy Lovell, Belo Horizonte, MG.
- \_\_\_\_\_, (1990), "Changing Brazilian Families and the Consequent Need for Public Policy", em International Social Science Journal, 126:523-538, Novembro, Basil Blackwell/UNESCO.

- \_\_\_\_\_, (1990), "Diferenças Raciais no Processo de Formação da Família no Brasil", em Cadernos Cândido Mendes, Estudos Afro-Asiáticos, Nº 19, Dezembro, Rio de Janeiro, BR.
- \_\_\_\_\_, (1990), "Família, Trajetórias Individuais e Mudanças Demográficas", em VII Encontro de Estudos Populacionais, ABEP. Anais, (I):55-98.
- \_\_\_\_\_, (1990), "Trajetórias de Vida Familiar das Mulheres Brasileiras: Variações por Coorte no Século XX", em História e População: Estudos sobre a América Latina, (Org.) Nadalin, S.O.; M.L.Marcílio e A.P. Balhana, pp:142-153, ABEP/IUSSP/CELADE. São Paulo, BR.
- \_\_\_\_\_, (1989), "Women's Transitions: The Intersection of Female Life Course, Family and Demographic Transition in Twentieth Century Brazil", Unpublished Ph.D. dissertation, University of Texas at Austin.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Varios Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1981, 1983, 1984, 1985, 1989. Rio de Janeiro.
- Médici, André César, (1991), "Sem Régua e Compasso: População, Emprego e Pobreza no Brasil dos Anos Oitenta", IBGE, Rio de Janeiro, (mimeo).
- Merrick, Thomas y Marriane Schmink, (1983), "Households Headed by Women and Urban Poverty in Brazil", em Mayra Buvinic, (ed) Women and Poverty in the Third World, Baltimore: John Hopkins University Press.
- NEPP/UNICAMP, "Brasil 1987: Relatório sobre a Situação Social do País", Ed. UNICAMP, Campinas, SP.
- NEPP/UNICAMP, (1990), "Relatório sobre a Situação Social e perspectivas para o século XXI", UNICAMP, Campinas, SP. (mimeo).
- Pzeworski, A., (1982), "La Teoría Sociológica y el estudio de la Población: Reflexiones sobre los Trabajos de la Comisión de Población y Desarrollo de CLACSO", Reflexiones Teórico-Methodológicas sobre Investigaciones en Población, México: El Colegio de México.
- Ribeiro, Ivete e Ana Clara Torres Ribeiro, (1990), "Família no Brasil: Desafios de uma Modernidade Incompleta", em Projeto de Estudos: Sociedade Brasileira Contemporânea: Família no Brasil e Valores: Permanências e Alterações, 1964-1984, Trabalho apresentado no Seminário: Família e a Modernidade Brasileira: Mudanças e Permanências promovido pelo Centro Joao XXIII, em Paulo de Frontim, 21-24 de novembro de 1990, Rio de Janeiro.
- Ribeiro, Ivete, et al., (1987), "Sociedade Brasileira Contemporânea: Família e Valores", Seminário Especiais do Centro Joao XXIII, Rio de Janeiro. Edições Loyola.
- Telles, Edward E., (1988), "The Consequences of Employment Structure in Brazil: Earnings, and Metropolitan Area Differences", Tese de doutorado apresentada na University of Texas at Austin.
- World Bank, (Varios), "World Developmenta Report", World Bank & Oxford University Press.

**APÊNDICE ESTATÍSTICO**

Tabela 1

## BRASIL 1940/2005: INDICADORES DEMOGRAFICOS

	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1985	1990/1995	2000/2005
TBM	20.9	14.2	9.8	8.1	9.0	7.8	7.5
TBN	44.4	43.2	38.7	33.0	30.0	24.2	21.5
TFT	6.2	6.2	6.2	5.7	4.3	-	-
Taxa Crec. Anual	2.39	2.99	2.89	2.48	2.10	1.64	1.40
Eo	43.6	49.6	53.7	59.1	-	-	-
% pop. urbana	31.2	36.2	45.1	55.9	67.7	-	-
População	41 165	51 942	70 070	93 139	120 564	146 31	170 815

Fontes: IBGE, Anuarios Estatísticos  
Martine, 1989

Tabela 2

## BRASIL 1970/89: CRESCIMENTO (%) DAS UNIDADES DOMESTICAS OU DOMICILIOS PARTICULARES SEGUNDO O TIPO DE ARRANJO INTERNO, FAMILIA E "NAO FAMILIA"

Tipo de unidades domesticas	Distribuição				Crescimento medio anual		Contribuição para o total do cresc.	
	1970	1980	1981	1989	1970/80	1981/89	1970/80	1981/89
I. Familias	94.2	93.5	93.8	92.6	4.34	3.84	91.9	89.1
1. Casal com filhos	67.8	65.0	65.0	61.0	3.85	3.03	60.4	48.7
2. Casal sem filhos	12.5	12.9	12.0	12.5	4.91	4.82	14.2	14.3
3. Mae ou pai com filhos	10.8	12.3	13.5	15.2	6.79	6.67	16.6	22.2
4. Outras	3.1	3.3	3.3	3.4	2.71	4.78	5.0	3.9
II. "Nao familias"	5.8	6.5	6.2	7.4	5.69	7.11	8.1	10.9
1. Pessoas sozinhas	5.0	5.8	5.6	6.8	6.76	7.53	7.8	10.5
2. Grupo de 2 ou + pessoas sem parentesco	0.8	0.7	0.6	0.5	2.71	2.94	0.5	0.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	4.45	4.05	100.0	100.0
No. de domicilios particulares	18 480	26 700	27 689	36 655	8 220	8 966		
No. de pessoas nos domicilios particulares	89 900	117 900	119 183	143 218	28 000	24 035		

Fonte: Censos demograficos 1970 e 1980 e PNAD 1981 e 1989.

a/ Os dados do periodo 1981/89 nao incluem a população da area rural da regio norte.

b/ Na classificação dos domicilios nao sse inclui agregados, pensionistas, empregados domesticos e seus parentes.

c/ As familias rendem ou nao com parentes, alias em 1989 tao so 11.8% total das familias rendiam com parentes.

\*/ Valores absolutos em milhares.

Tabela 3

BRASIL 1970-80: DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DOMESTICAS SEGUNDO OS TIPOS DE FAMILIAS  
E NAO FAMILIAS RESIDENTES

Famílias e não famílias	1970			1976			1980					
	Brasil	Sul	SP	NE	Brasil	Sul	SP	NE	Brasil	Sul	SP	NE
<b>FAMILIAS</b>	93.6	95.6	94.8	92.8	94.1	95.9	95.3	93.0	92.5	90.9	94.0	91.4
<u>Nuclear</u>	73.3	77.9	76.4	71.4	75.6	80.1	78.5	71.3	72.4	77.8	77.8	65.9
Casal com filhos	55.4	61.1	50.0	50.1	66.7	61.6	57.7	52.2	53.2	57.8	56.6	49.4
Casal sem filhos	9.8	10.6	11.5	8.7	10.2	10.7	12.0	8.3	11.1	12.3	12.7	9.1
Pai ou não com filhos	8.1	6.2	6.9	9.6	9.7	7.8	8.8	10.7	8.1	7.6	8.5	7.4
<u>Extendida</u>	16.2	13.5	15.7	17.3	15.2	11.7	14.6	17.9	17.6	13.5	14.4	22.6
Casal com filhos	9.1	8.4	9.2	9.1	8.2	7.2	8.2	9.0	9.9	7.5	7.5	12.4
Casal sem filhos a/	1.9	1.7	1.6	2.2	1.8	1.6	1.6	2.3	2.8	1.6	1.5	2.3
Outros arranjos b/	5.2	3.5	4.8	6.0	5.2	3.0	4.8	6.6	4.9	4.4	5.4	7.8
<u>Composta</u>	4.1	4.1	2.8	4.0	3.5	4.1	2.3	3.8	2.5	2.6	1.8	2.9
Casal com filhos c/	4.1	4.1	2.8	4.0	3.5	4.1	2.3	3.8	2.5	2.6	1.8	2.9
<b>NAO FAMILIAS</b>	6.4	4.4	5.2	7.2	5.7	4.1	4.7	7.0	7.5	6.1	6.0	8.6
<u>Homens ou mulheres que vivem so</u>	5.1	3.5	4.5	5.7	4.8	3.3	4.0	5.8	6.6	5.5	5.4	7.3
<u>Grupos de ate 5 pessoas sem relação de parentesco</u>	1.3	0.9	0.7	1.5	0.9	0.7	0.7	1.2	0.9	0.6	0.5	1.4
<b>T O T A L</b>	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

a/ Com parentes b/ Chefe, homem ou mulher, c/filho solt. ou casados e outros par.c/ Solteiro e não parentes  
 Fonte: IBGE, tabulações especiais com fita de 1% do censo demográfico de 1970 e 1980 e a fita da PNAD 1976.

Tabela 4

BRASIL 1970/80 : DISTRIBUICAO DAS UNIDADES DOMESTICAS SEGUNDO OS TIPOS DE FAMILIAS E NAO FAMILIAS RESIDENTES

	1970				1976				1980			
	BRASIL	SUL	SP	NE	BRASIL	SUL	SP	NE	BRASIL	SUL	SP	NE
	I. Famílias	93.6	95.6	94.8	92.8	94.1	95.9	95.3	93.0	92.5	93.9	94.0
1. Nuclear	73.3	77.9	76.4	71.4	75.6	80.1	78.5	71.3	72.4	77.8	77.8	65.9
- Casal com filhos	55.4	61.1	58.0	53.1	55.7	61.6	57.7	52.3	53.2	57.8	56.6	49.4
- Casal sem filhos	9.8	10.6	11.5	8.7	10.2	10.7	12.0	8.3	11.1	12.3	12.7	9.1
- Pai ou nao com filhos	8.1	6.2	6.9	9.6	9.7	7.8	8.8	10.7	8.1	7.6	8.5	7.4
2. EXTENDIDA	16.2	13.5	15.7	17.3	15.2	11.7	14.6	17.9	17.6	13.5	14.4	22.6
- Casal com filhos (solteiros ou nao) e parentes	9.1	8.4	9.2	9.1	8.2	7.2	8.2	9.0	9.9	7.5	7.5	12.4
- Casal sem filhos com parentes	1.9	1.7	1.6	2.2	1.8	1.6	1.6	2.3	2.8	1.6	1.5	2.3
- Outros arranjos (chefe, homem ou mulher, c/filhos solteiros ou casados e outros par.)	5.2	3.5	4.8	6.0	5.2	3.0	4.8	6.6	4.9	4.4	5.4	7.8
3. Composta	4.1	4.1	2.8	4.0	3.5	4.1	2.3	3.8	2.5	2.6	1.8	2.9
1. Casal com filhos solteiro e nao parentes	4.1	4.1	2.8	4.0	3.5	4.1	2.3	3.8	2.5	2.6	1.8	2.9
II. "NAO FAMILIAS"												
1. Homens ou mulheres que vivem so	6.4	4.4	5.2	7.2	5.7	4.1	4.7	7.0	7.5	6.1	6.0	8.6
2. Grupos de ate 5 pessoas sem relacao de parentesco	5.1	3.5	4.5	5.7	4.8	3.3	4.0	5.8	6.6	5.5	5.4	7.3
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Tabulações especiais com fita de 1% do Censo Demografico de 1970 e 1980 e a fita da PNAD 1976.



Tabela 6

## BRASIL 1984 : CARACTERISTICAS DA NUPCIALIDADE FEMININA POR COR

	Total	Branças	Pardas	Pretas
<b>A. <u>Padrao de primeiros casamentos</u></b>				
- Proporção alguma vez casadas	0.902	0.911	0.898	0.846
- Idade mediana ao casar	20.1	20.3	19.7	20.3
- Proporção eo Na condição solteira	0.388	0.355	0.400	0.432
- Proporção da vida adulta na condição de solteira	0.202	0.177	0.200	0.240
<b>B. <u>O estado de casada</u></b>				
- Duração esperada do casamento	28.6	32.9	25.4	21.5
- No. de casamentos por pessoa que se casa	1.080	1.070	1.120	1.140
- Proporcão da eo na condição casada	0.657	0.468	0.411	0.348
- Proporção da vida adulta na condição de casada	0.551	0.583	0.521	0.441
<b>C. <u>Padrao de viuvez</u></b>				
- Probabilidade que o casamento termine em viuvez	0.500	0.430	0.560	0.830
- Proporção da eo na condição viuva	0.178	0.096	0.098	0.104
- Proporção da vida adulta na condição de viuva	0.117	0.120	0.125	0.132
<b>D. <u>Padrao de divorcio</u></b>				
- Probabilidade que o casamento termine em divorcio	0.186	0.15	0.224	0.307
- Taxa de divorcio aos 20-24 anos	0.260	0.210	0.300	0.460
- Proporção eo na condição divorciada	0.107	0.096	0.121	0.147
- Proporção da vida adulta na condição de divorciada	0.130	0.120	0.154	0.187
<b>E. <u>Padrao de recasamentos</u></b>				
- Taxas de recasamentos apos divorcio	0.621	0.600	0.640	0.620
- Taxas de recasamentos apos viuvez	0.567	0.641	0.540	0.470

Fonte: GOLDANI, 1989, *op. cit.*

Notas: Casamento aqui e definido como uniao legal e consensual.  
Divorcio inclui separacoes e desquites aqui neste caso

Tabela 7

BRASIL 1981/1989: DISTRIBUICAO DAS PESSOAS NA FAMILIA a/ SEGUNDO TAXAS DE ATIVIDADES POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (PERCAPTA)

Taxas por classe de rendimento familiar (salarios) <u>b/</u>								
Condicao na familia	Total	Ate 1/4	1/4 a 1/2	1/2 a 1	1 a 2	+ de 2	S/ rend.	S/ decl. de rend.
Total (pessoas)	52.7	46.7	49.9	53.2	57.1	58.5	34.2	61.6
Chefes	80.9	81.2	80.7	79.8	82.7	83.4	51.2	84.3
Conjuges	27.5	20.2	23.3	26.4	31.1	38.8	9.2	41.5
Filhos	47.3	40.1	44.9	50.1	54.2	48.5	15.6	60.0
<18	29.9	33.8	32.6	30.8	24.9	12.1	7.1	40.0
>18	74.8	61.9	72.4	77.9	81.3	72.6	52.6	80.4
Outros	40.9	27.6	35.6	41.6	47.4	47.2	15.4	45.4
1989								
Total (pessoas)	56.3	50.5	51.4	57.3	60.0	61.9	27.4	60.0
Chefes	80.5	82.6	76.8	80.6	82.7	83.7	36.9	81.2
Conjuges	36.8	29.3	29.9	35.5	38.9	47.2	10.9	46.1
Filhos	49.2	41.4	45.3	52.9	55.1	50.9	9.9	54.3
<18	29.4	34.3	31.7	31.7	26.8	16.4	5.5	29.6
>18	51.7	55.0	55.3	56.4	83.2	80.0	35.1	78.6
Outros	44.3	30.3	36.6	45.0	51.1	49.4	12.3	49.7

Fonte : IBGE, Perfil Estatístico de Crianças e Maes na Brasil, 1981 e tabulacoes especiais, 1989.

- a/ Nao inclui as pessoas cuja condicao na familia eram : pensionista, empregado domestico e parente do empregado domestico.
- b/ Os valores do salario minimo estao deflacionados em 1989 e portanto sao comparaveis aos de 1981. O salario minimo em 1981 equivalia a ...

Tabela 8

## BRASIL 1981/89 : DISTRIBUICAO DAS FAMILIAS SEGUNDO O TIPO, CICLO VITAL, TAMANHO E RENDIMENTO

Unidades domesticas por tipos de familias	Tipo de familia (%)		Tamanho medio a/		No. Medio filhos b/		Rendimento medio c/		Proporcao de pessoas trabalhando		Porcen. Media da renda que depende chefe	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
<b>Total */</b>	<u>25 970</u>	<u>33 957</u>	<u>4.5</u>	<u>4.1</u>	<u>2.5</u>	<u>2.1</u>	<u>1.3</u>	<u>1.7</u>	<u>37.8</u>	<u>41.5</u>	<u>73.0</u>	<u>71.6</u>
I. Conjugal d/	82.1	79.4										
1. Casal sem filhos	12.8	13.6	2.2	2.2	-	-	2.1	2.9	50.0	50.0	81.4	81.1
2. Casal com filhos	69.3	65.8	5.2	4.8	3.1	2.7	1.2	1.6	34.6	39.6	75.0	72.8
Filhos <14 anos	37.7	36.3	4.5	4.3	2.4	2.2	1.1	1.5	28.9	32.6	86.4	82.1
Filhos >14 anos	12.2	12.8	4.3	4.2	2.1	2.0	1.9	2.4	51.2	54.8	62.0	69.0
Filhos de ambas idades	19.4	16.7	7.1	6.3	5.0	4.2	0.8	1.2	38.0	42.8	67.4	69.0
II. Monoparental	12.4	14.8										
1. Maes s/ conjuges c/ fil.	12.4	14.8	3.6	3.4	2.3	2.1	0.9	1.1	38.9	41.2	48.8	52.9
Filhos <14 anos	4.1	5.7	3.0	2.8	1.8	1.7	0.5	0.7	23.3	28.6	90.3	93.3
Filhos >14 anos	5.7	6.4	3.2	3.1	1.8	1.7	1.3	1.6	46.9	51.6	38.0	36.0
Filhos de ambas idades	2.6	2.7	5.4	5.0	4.2	3.9	0.6	0.7	38.9	67.7	47.9	52.1
III. Outras familias	5.5	5.8	3.1	2.9	0.8	0.7	1.6	2.0	45.2	48.3	60.5	60.4

Fonte: IBGE, PERFIL ESTATISTICO DE CRIANCAS E MAES NO BRASIL, 1991.

- a/ Nao inclui as pessoas cuja condicao na familia era pensionista, agregado, empregado domestico e parente destes.  
b/ Filhos residentes no domicilio.  
c/ Rendimento medio familiar per capita (em salarios minimos de 1981).  
d/ Inclui familias com ou sem outros parentes.  
\*/ Valores absolutos em milhares.

Tabela 9

## BRASIL 1981/1989: FAMILIAS SEGUNDO TIPOS E ARRANJOS INTERNOS

Tipos de familias	1970	1980	1981	1989
Total (%)	100.0	100.0	100.0	100.0
Numeros (000)	17 407	24 977	25 970	33 957
I. Conjugal	85.2	83.4	82.1	79.5
1. Casal com filhos	72.0	69.6	69.5	65.9
Vivendo sem parentes	62.0	60.9	61.4	58.7
Vivendo com parentes	10.0	8.7	8.1	7.2
2. Casal sem filhos	13.2	13.8	12.8	13.6
Vivendo sem parentes	11.0	11.9	11.0	11.8
Vivendo com parentes	2.2	1.9	1.8	1.8
II. Monoparental	11.5	13.1	14.4	16.8
1. Maes s/conjuges c/fil.	9.5	11.3	12.4	14.8
Vivendo sem parentes	7.7	9.1	10.2	12.4
Vivendo com parentes	1.8	2.2	2.2	2.4
2. Pais c/filhos	2.0	1.8	2.0	2.0
III. Outras familias	3.3	3.5	3.5	3.7

Fonte: IBGE, PERFIL ESTATISTICO DE CRIANCAS E MAES NO BRASIL, 1991.

Tabela 9A

## BRASIL 1981/89 : FAMILIAS SEGUNDO TIPOS POR REGIOES

Tipos de familias	Nordeste		Sul		Sudeste	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Total (%)	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Numeros (000)	7,049	8,985	4,366	5,612	12,258	15,954
I. Conjugal	80.4	78.0	86.0	83.7	82.0	78.1
1. Casal com filhos	68.8	66.0	72.1	68.7	68.4	63.6
Vivendo sem parentes	59.4	57.8	65.2	62.2	61.0	57.0
Vivendo com parentes	9.4	8.2	6.9	6.5	7.4	6.6
2. Casal sem filhos	11.6	12.0	13.9	15.0	13.6	14.5
Vivendo sem parentes	9.3	10.0	12.3	13.4	12.0	12.8
Vivendo com parentes	2.3	2.0	1.6	1.6	1.6	1.7
II. Monoparental	15.8	18.2	11.3	13.4	14.3	17.7
1. Maes s/conjuges c/fil.	13.7	16.0	9.6	11.6	12.4	15.7
Vivendo sem parentes	10.8	13.0	8.2	10.1	10.3	13.3
Vivendo com parentes	2.9	3.0	1.4	1.5	2.1	2.4
2. Pais c/ filhos	2.1	2.2	1.7	1.8	1.9	2.0
III. Outras familias	3.8	3.8	2.7	2.9	3.7	4.2

Fonte: IBGE, PERFIL ESTATISTICO DE CRIANCAS E MAES NO BRASIL, 1991

Tabela 9B

BRASIL 1981/1989: FAMILIAS E CHEFES POR SITUACAO DE DOMICILIO SEGUNDO ALGUMAS CARACTERISTICAS

Características das famílias e dos chefes	Total		Urbana		Rural	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
<u>Perfil das famílias</u>						
Distribuição (%)	100.0	100.0	74.1	77.0	25.9	22.3
- Tamanho médio	4.5	4.1	4.3	4.0	5.1	4.6
- No. Médio de filhos	2.5	2.1	2.3	2.0	3.0	2.6
- Rendimento médio mensal	4.8	6.1	5.8	7.2	2.2	2.7
- Rend. médio familiar per capita	1.3	1.7	1.5	2.0	-	0.7
- Proporção média da renda que depende do chefe	73.0	71.6	72.4	71.2	77.1	75.5
- No. Médio de pessoas que trabalham	1.7	1.7	1.6	1.6	2.0	2.0
<u>Características do chefe</u>						
- Idade média do chefe	43.2	43.4	42.9	40.2	44.1	44.1
- Chefes homens	83.1	79.9	81.0	77.6	89.1	87.6
- Chefes mulheres	16.9	20.1	19.0	22.4	10.9	12.4
- Número médio de anos de estudo	3.9	4.7	4.7	5.5	1.6	2.2
<u>Tipos de famílias</u>						
	<u>100.0</u>	<u>100.0</u>	<u>100.0</u>	<u>100.0</u>	<u>100.0</u>	<u>100.0</u>
I. Conjugal	81.9	79.5	84.2	81.5	86.9	85.6
1. Casal com filhos	61.2	58.7	58.9	56.6	67.9	65.7
2. Casal c/filhos e parentes	8.1	7.2	8.4	7.3	7.1	6.7
3. Casal sem filhos	11.0	11.8	11.4	11.9	9.9	11.4
4. Casal s/filhos e parentes	1.8	1.8	1.7	1.8	2.0	1.7
II. Monoparental	14.6	16.8	15.8	18.5	10.3	11.7
1. Mãe ou pai c/filhos	11.8	14.0	13.0	15.4	8.5	9.8
2. Mãe ou pai c/fil. E par.	2.8	2.8	2.8	3.1	1.8	1.9
III. Outras famílias	3.5	3.7	3.8	4.0	2.8	2.7

Fonte: IBGE, PERFIL DE CRIANÇAS E MÃES NO BRASIL, 1988 E 1991

Tabela 10

BRASIL 1970-1989 : TAMANHO MEDIO DAS UNIDADES DOMESTICAS E FAMILIAS, SEGUNDO A SITUACAO DE RESIDENCIA

Situacao de residencia	1970	1980	1981	1989
Total de unidades domesticas <u>a/</u>	4.8	4.4	4.3	3.9
Urbana	4.6	4.2	4.1	4.8
Rural	5.1	4.8	4.8	4.4
Total de familias <u>b/</u>	5.0	4.6	4.5	4.1
Urbana	4.7	4.4	4.3	4.0
Rural	5.3	5.0	5.1	4.6

Fonte: IBGE, Perfil estatístico de crianças e mães na Brasil, 1981 e tabulações especiais, 1989.

Nota: A população rural da região norte não foi incluída nas PNADs.

a/ Unidade doméstica inclui todas as pessoas residentes nos domicílios particulares, com ou sem laços de parentesco.

b/ Famílias inclui somente as pessoas, residentes em domicílios particulares, com laços de parentesco (de sangue, adoção ou casamento).

Tabela 11

BRASIL 1981/1989: DISTRIBUICAO DAS FAMILIAS SEGUNDO O TIPO DE CICLO VITAL (IDADE MEDIA DO CASAL E TIPOS DE FAMILIA)

	Idade média do casal							
	Ate 29 anos		30 a 39		40 a 49		50 E +	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
I. Conjugal <u>a/</u>	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1. Casal c/filhos > 14	99.4	99.4	75.3	76.4	19.3	21.9	6.5	0.7
2. Casal c/filhos < 14	0.1	0.1	2.2	2.4	20.4	23.2	61.6	68.2
2. Casal c/filhos de ambas as idades	0.5	0.5	22.5	21.2	60.3	54.9	31.9	24.8
	Idade média da mãe							
II. Monoparental	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1. Casal c/filhos > 14	98.9	99.0	58.1	64.5	14.3	17.0	4.3	3.3
2. Casal c/filhos < 14	0.4	0.5	11.0	9.0	40.1	42.8	83.0	85.7
2. Casal c/filhos de ambas as idades	0.7	0.5	30.8	26.5	45.6	40.1	12.7	11.0

Fonte: IBGE, PERFIL DE CRIANCAS E MAES NO BRASIL, 1988 E 1991.

a/ Inclui famílias com ou sem outros parentes.

Tabela 12

BRASIL 1890/1934 : DISTRIBUICAO DAS MULHERES BRASILEIRAS POR TIPO DE TRAJETORIA DE VIDA FAMILIAR EXPERIMENTADO, SEGUNDO AS COORTES DE NASCIMENTO DE 1890-94 A 1930-34

Numero de mulheres dentre 1000 sobreviventes a idade de 15 por tipo de trajetoria familiar							
Coorte nascimento	Total	Morte precoce	Celibato	Sem filhos	Com casamentos desfeitos		Casada com filhas/os 50 anos
					P/viuvez	C/filhos	
1890/1894	1000	328	57	43	118	48	406
1900/1904	1000	316	56	53	106	37	432
1910/1914	1000	291	52	62	76	36	483
1920/1924	1000	224	55	46	80	54	541
1930/1934	1000	168	52	50	71	62	597
Numero de mulheres dentre 1000 sobreviventes a idade de 50 por tipo de trajetoria familiar							
1890/1894	1000		85	64	175	71	605
1900/1904	1000		82	77	155	54	632
1910/1914	1000		74	87	107	51	681
1920/1924	1000		71	59	103	69	698
1930/1934	1000		63	60	86	74	717

Fonte: Censos demograficos do Brasil : de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Tabela 13

BRASIL 1984: DISTRIBUICAO DAS MULHERES ALGUMA VEZ UNIDAS SEGUNDO AS IDADES "PRECOCE",  
"TIPICA" (ON TIME) E "TARDIA" EM QUE SE TORNAM MAES

(Porcentagem das mulheres em transicao  
para o status de mae e esposa)

Brasil total e cor	"Precoce" (<18)	"Tipica" (18-24)	"Tardia" (25+)
Brasil	16.2	62.3	21.5
Branca	13.8	63.6	17.5
Parda	19.9	61.5	18.6
Preta	18.3	56.4	25.3
Por coorte de idade <sup>a/</sup>			
45-49			
Brasil total	16.3	65.6	18.1
Branca	14.3	66.1	19.5
Parda	20.7	64	15.3
Preta	19.6	60.1	20.3
30-34			
Brasil total	11.9	63.4	24.7
Branca	9.8	63.2	26.9
Parda	15.3	63.9	20.8
Preta	12.7	62.9	24.4

Fonte: GOLDANI, 1989.

<sup>a/</sup> Para efeitos de comparacao entre as coortes de idade somente as mulheres que tiveram o primeiro filho ate os 30 anos estao consideradas. Registre-se que apenas 4.3%, No total das mulheres na coorte mais velha, tiveram o primeiro filho depois dos 30 anos.

Tabela 14

BRASIL 1984: FECUNDIDADE PREMARITAL E ESPACAMENTO ENTRE O PRIMEIRO NASCIMENTO E O CASAMENTO, a/  
POR PERIODO EM QUE OCORREM E POR COR DA MAE

Período/cor	Porcentagem envolvendo:			Meses após o matrimônio em que ocorre o primeiro nascimento	
	Nascimento premarital <u>b/</u>	Gravidez remarital <u>c/</u>	Concepção premarital <u>c/</u>	12	24
1945-1954	7.7	6.6	14.3	42.3	76.7
1955-1964	6.4	6.5	12.9	40.8	74
1965-1974	6.7	9.3	16	39.5	73
1975-1984	6	13.6	19.6	36.6	69.6
Brasil	5.8	9.5	15.3	41.9	73.8
Branca	4.8	9.6	14.4	40.5	73
Parda	7	9.5	16.5	44.1	75.4
Preta	8.4	10.2	18.6	43.7	72.9

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 1984.

- a/ Casamento é definido como uma união estável, portanto inclui uniões consensuais. Neste estudo, mulheres que declararam viver em uniões consensuais representam 8.3% do total de mulheres alguma vez unidas ou 14.4% das mulheres atualmente unidas.
- b/ Nascidos antes do casamento.
- c/ Nascidos nos primeiros sete meses de casamento.
- d/ Nascimentos premaritais mais gravidezes premaritais. Isto não inclui perdas fetais espontâneas ou aborto induzido.

Tabela 14 A

BRASIL 1984: PROPORCAO DE FILHOS NASCIDOS FORA DA UNIAO E DE CONCEPCOES PRE-MATRIMONIAIS PARA MULHERES BRASILEIRAS ALGUMA VEZ UNIDAS DE 15-54 ANOS, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERISTICAS.

Características	Nascidos fora da uniao				Concepcoes pre-matrimoniais			
	Total	Branças	Pardas	Pretas	Total	Branças	Pardas	Pretas
<u>Total</u>	<u>5.8</u>	<u>4.8</u>	<u>7.0</u>	<u>8.4</u>	<u>15.3</u>	<u>14.4</u>	<u>16.5</u>	<u>18.6</u>
<u>Periodo da ocorrencia</u>								
1955-64	6.4	5.3	7.7	9.7	12.9	11.4	17.2	17.6
1965-74	6.7	5.5	8.3	9.3	16.0	14.7	17.7	19.3
1975-84	6.0	5.1	6.9	8.8	19.6	19.3	19.5	22.8
<u>Coorte da idade da mae</u>								
15-24	5.6	4.7	6.4	9.6	20.5	21.0	19.1	25.1
30-34	5.9	4.8	7.3	8.4	15.8	14.3	17.7	19.8
40-44	5.8	4.9	7.1	7.4	12.0	10.6	14.1	14.4
50-54	4.8	4.0	6.3	5.8	10.2	8.8	12.6	12.2
<u>Idade de uniao da mae</u>								
< 18	3.4	-	-	-	12.6	-	-	-
20-22	5.9	-	-	-	15.0	-	-	-
23 +	9.0	-	-	-	17.3	-	-	-

Fonte: Goldani, 1989, *op. cit.* Dados da PNAD 1984.

Tabela 15

BRASIL 1986: DISTRIBUICAO (%) DAS MULHERES ATUALMENTE UNIDAS PRATICANDO A ANTICONCEPCAO

Características	Total uso de anticoncepcao	Esterilizacao	Pilula	Coito interrompido	"Injetaveis"	Outros
<u>Total</u>	<u>66.2</u>	<u>26.8</u>	<u>25.2</u>	<u>2.1</u>	<u>0.6</u>	<u>11.5</u>
<u>Grupos de idade</u>						
15-19	47.8	1.0	40.4	1.5	0.8	4.2
20-24	55.3	5.2	37.2	0.9	1.9	10.1
25-29	67.6	19.1	35.8	3.0	0.5	9.1
30-34	74.1	36.1	21.9	2.8	0.3	13.1
35-39	69.5	41.8	13.1	1.7	0.1	12.8
40-44	66.8	38.6	11.3	2.1	0.0	14.8
<u>Regioes</u>						
Nordeste	53.2	24.6	17.3	1.2	0.5	9.6
Norte e centro oeste	63.0	42.0	12.4	0.5	1.0	7.2
Rio de Janeiro	71.1	33.0	25.5	2.3	0.5	9.9
Sao Paulo	73.9	31.4	24.3	3.8	0.9	13.6
Sul	74.4	18.1	41.0	1.9	0.4	12.9
<u>Educacao</u>						
Analfabeto	47.3	23.8	13.5	1.7	0.0	8.2
Primario	67.1	27.4	26.9	1.9	0.3	10.6
Secundario	73.2	22.9	29.5	3.4	2.5	14.9
Superior	72.0	33.2	14.1	3.5	0.2	21.0
<u>Paridade</u>						
0	39.0	0.0	26.0	-	-	13.0
1	60.0	3.0	41.0	-	-	15.0
2	71.0	24.0	29.0	-	-	19.0
3	77.0	47.0	19.0	-	-	11.0
>=4	64.0	39.0	14.0	-	-	11.0

Fonte: Amostra BENFAM/IRD, 1986.

Notas: Os numeros nao somam 100% devido ao arredondamento.  
O primario inclui series de 1-8; o secundario de 9-11.

Tabeta 16

BRASIL 1984: MEDIDAS SUMARIAS PARA OS CINCO INTERVALO DE NASCIMENTO POR COR DAS MULHERES

MEDIDAS	PRIMEIRO			SEGUNDO			TERCEIRO			QUARTO			QUINTO		
	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt
B7	0.144	0.165	0.186												
B9	0.209	0.238	0.251												
B15	0.527	0.564	0.546	0.177	0.245	0.214	0.127	0.195	0.180	0.121	0.183	0.182	0.131	0.189	0.190
B30	0.799	0.817	0.790	0.534	0.643	0.610	0.415	0.476	0.553	0.405	0.553	0.566	0.434	0.561	0.556
B60	0.917	0.920	0.904	0.802	0.863	0.829	0.651	0.803	0.782	0.615	0.780	0.775	0.643	0.779	0.800
T	14.8	14.0	14.1	22.1	21.9	22.5	25.7	22.6	23.7	25.4	23.6	23.4	25.0	23.2	23.9
S	12.4	11.7	12.5	13.2	15.9	15.8	19.1	21.8	16.8	18.6	16.7	15.6	18.1	16.4	17.2

Fonte: PNAO, 1984.

T = "Trimean ou trimedia" e S = "Spread ou dispersao".  
 B = Mulheres brancas.  
 Pd = Mulheres pardas.  
 Pt = Mulheres pretas.

Tabela 17

## BRASIL 1970/1980: UNIDADES DOMESTICAS COM MULHERES CHEFE, SEGUNDO SITUACAO MATRIMONIAL

Situacao matrimonial	1970	1976	1980	% cambio 1970/1980
Solteiras	19.5	22.9	24.7	105.7
Casadas	-	-	1.9	-
Viuvias	55.1	51.3	49.5	45.8
Divorciadas/separadas	25.1	25.7	23.5	51.9
Sem declaracao	0.3	0.1	0.4	116.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
N(C)	2,417	3,501	3,924	1,507

Fonte: Goldani, 1984 e 1989.

Tabela 18

## BRASIL 1960-1984: DISTRIBUICAO DAS MULHERES CHEFES DE FAMILIA DE 15-54 ANOS SEGUNDO A COR E O ESTADO CIVIL

Situacao marital	1960				1980			
	Brasil a/	Branca	Parda	Preta	Brasil a/	Branca	Parda	Preta
Chefe de familia	5.1	4.2	6.0	8.5	9.8	8.7	10.7	15.2
Solteira	23.2	20.8	23.4	31.1	45.4	40.5	48.1	53.7
Casada b/	1.6	1.9	1.3	1.0	2.9	2.8	3.3	2.5
Viuva	49.1	53.3	45.6	42.7	20.7	22.4	19.4	19.0
Divorciada/separada	26.1	24.0	29.7	25.2	31.0	34.3	29.2	25.0
<u>Total</u>	<u>100.0</u>							
N(C)	908	457	311	137	1350	677	519	131

Fonte: Goldani, 1991.

- a/ Brasil inclui uma pequena proporcao de asiaticas e outros grupos etnicos.  
b/ Inclui unioes consensuais, so civil, civil e religioso, so religioso.  
c/ Em milhares.

Tabela 19

BRASIL E REGIOES 1950/1989: PROPORCAO DE FAMILIAS COM CHEFES MULHERES

Regioes metropolitana	1978	1981	1983	1985	1987	% cambio 1978/1987
<b><u>Nordeste</u></b>						
Fortaleza	18.8	21.0	22.2	23.8	24.6	30.8
Recife	22.7	24.3	23.6	25.6	27.2	19.8
Salvador	20.8	21.7	22.5	25.3	26.2	26.0
<b><u>Sudeste</u></b>						
Belo Horizonte	20.3	20.0	21.7	23.3	23.9	17.7
Rio de Janeiro	18.3	21.2	21.7	23.0	24.3	32.8
Sao Paulo	15.3	16.4	17.2	18.8	19.1	24.8
<b><u>Sul</u></b>						
Curitiba	14.5	17.3	15.5	18.4	18.1	24.8
Porto Alegre	16.9	19.1	19.4	20.5	21.2	25.4
<b><u>Centro oeste</u></b>						
Belem	23.5	24.7	25.7	25.6	27.1	15.3
	1950	1960	1970	1980	1986	1989
<b><u>Brasil</u></b>						
<b><u>Total</u></b>	<b><u>12.1</u></b>	<b><u>10.7</u></b>	<b><u>13.0</u></b>	<b><u>15.6</u></b>	<b><u>18.4</u></b>	<b><u>20.2</u></b>
Urbano	-	14.0	15.7	18.0	20.6	22.4

Fonte: Merrick e Schimink, 1983; Goldani 1989, Barros e Fox 1990.

Tabela 20

BRASIL 1981-1989: DISTRIBUICAO DOS FILHOS RESIDENTES COM FAMILIAS EM DOMICILIOS PARTICULARES SEGUNDO O TIPO DE FAMILIA

Tipos de familias	Filhos residentes				Crescimento no periodo 1981/89	
	Total		< de 14 anos		Total	<14
	1981	1989	1981	1989		
Casal com filhos	87.7	84.5	91.3	87.9	8.3	15.2
Mae com filhos	11.7	14.8	7.4	10.8	42.4	72.3
Outras familias	0.6	0.7	1.3	1.3	19.9	19.9
<u>Total</u>	<u>100.0</u>	<u>100.0</u>	<u>100.0</u>	<u>100.0</u>	-	-
Valores absolutos (000)	63 619	71 499	25 761	30 790	12.4	19.5

Fonte: IBGE, Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil, 1991.

Tabela 21

BRASIL 1977/1984: PROBABILIDADE DE CASAMENTO (URBANO/RURAL E TOTAL)

Pais e regioes Ano	Brasil			Regioes		
	Urbano	Rural	Total	Nordeste	Sao Paulo	Sul
1979	0.8471	0.9392	0.8698	0.8629	0.9394	0.8827
1980	0.8699	0.9289	0.8856	0.8422	0.9719	0.8974
1981	0.8201	0.8496	0.8295	0.7717	0.959	0.9356
1982	0.7304	0.7441	0.7371	0.7237	0.7568	0.7343
1983	0.7332	0.6068	0.7065	0.6264	0.7727	0.7266
1984	0.6514	0.5979	0.6432	0.5153	0.7517	0.7775

Fonte: Suplemento da PNAD-84; Goldani, McCracken e Pullum, (1989).

Tabela 22

BRASIL 1977/1984: TENDENCIA NA TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL E MARITAL (URBANO/RURAL E TOTAL)

Ano	Fecundidade total			Fecundidade marital		
	Urbano	Rural	Total	Nordeste	Sao Paulo	SUL
1979	3.49	5.78	4.02	7.86	9.52	8.30
1980	3.38	5.55	3.89	7.68	9.11	8.04
1981	3.37	5.44	3.85	7.65	8.96	7.97
1982	3.21	5.36	3.71	7.55	8.99	7.90
1983	2.86	4.74	3.30	6.93	8.30	7.27
1984	2.74	4.28	3.11	6.54	7.67	6.83

Fonte: Suplemento da PNAD-84; Goldani, McCracken e Pullum, (1989).

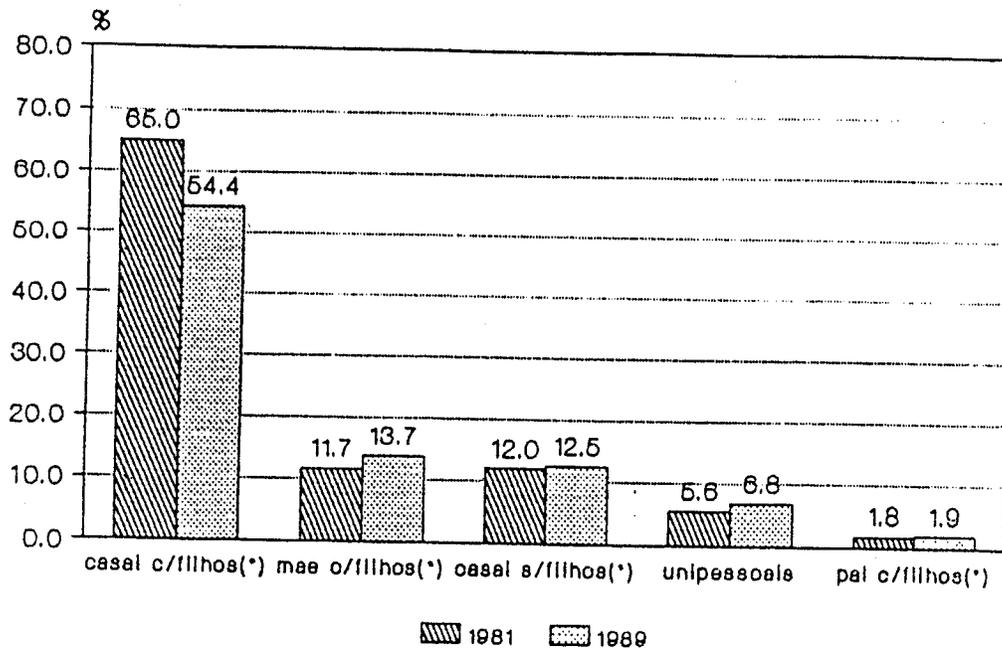
Tabela 23

BRASIL 1977/1984: TENDENCIA NA TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL E MARITAL PARA REGIOES

Ano	Fecundidade total			Fecundidade marital		
	Urbano	Rural	Total	Nordeste	Sao Paulo	Sul
1979	5.61	3.22	3.54	10.69	7.40	6.87
1980	5.38	2.96	3.39	10.29	6.66	6.64
1981	5.31	3.12	3.31	10.17	6.96	6.29
1982	5.12	3.00	3.28	10.01	6.87	6.53
1983	4.58	2.75	2.92	9.31	6.53	5.89
1984	4.39	2.42	2.64	8.97	5.53	5.32

Fonte: Suplemento da PNAD-84; Goldani, McCracken e Pullum, (1989).

Gráfico 1  
TIPOS DE UNIDADE DOMESTICA  
BRASIL - 1981/1989



Fonte: PNAD  
(\*) Inclui famílias com ou sem parentes

Gráfico 2

PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS RESIDENTES EM  
U.D. UNIPESSOAIS POR GRUPOS DE IDADE  
SEGUNDO O SEXO - BRASIL/1989

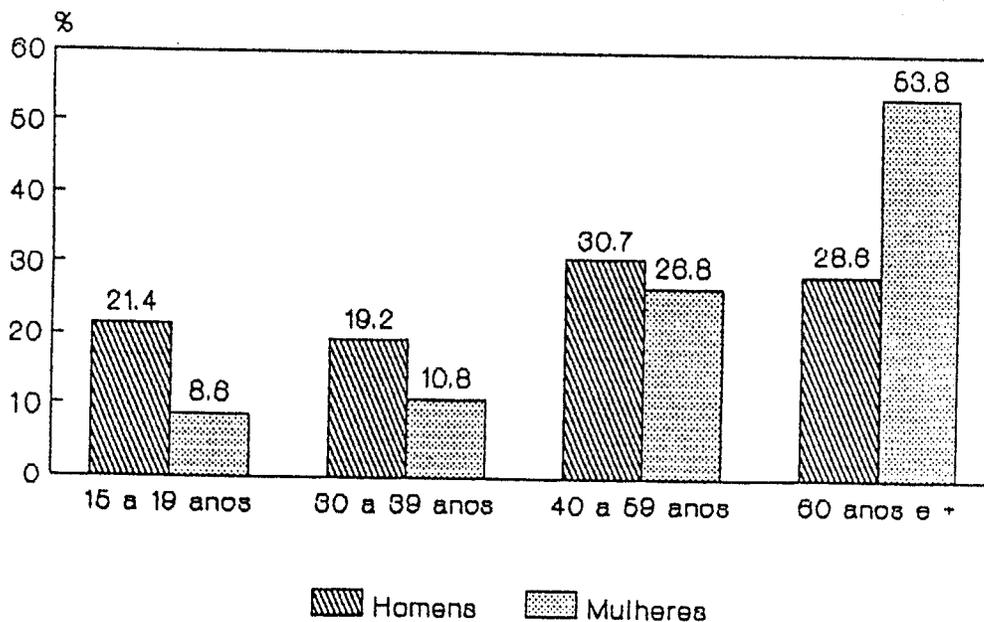
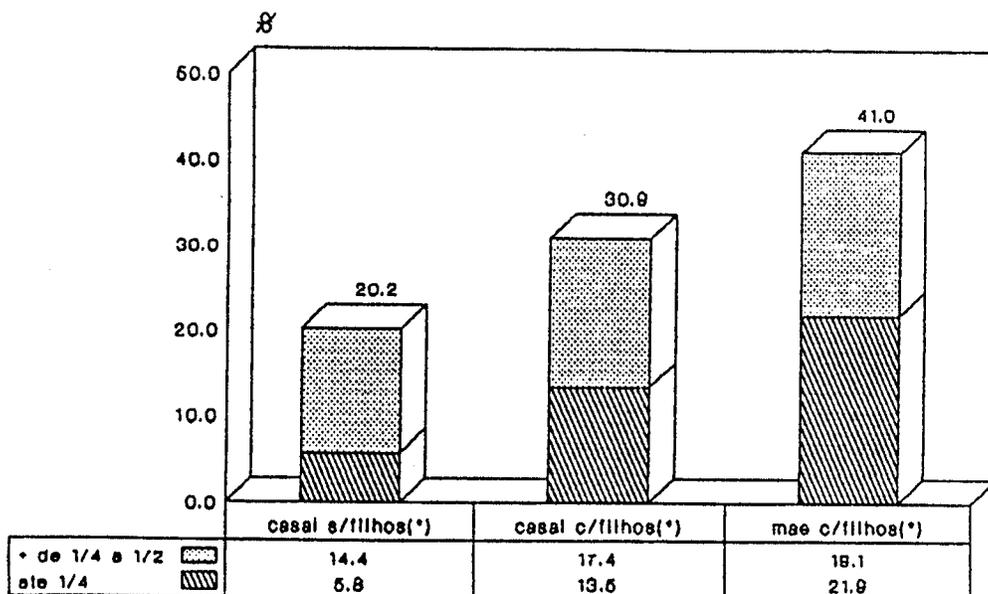


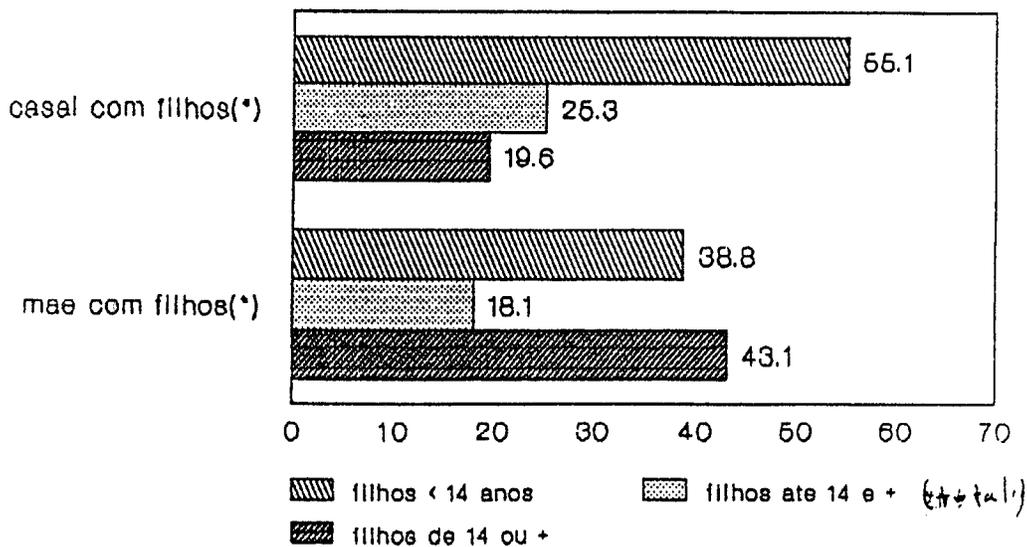
Gráfico 3  
TIPOS DE FAMILIA POR RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA BRASIL 1989



Fonte: PNAD  
(\*) Inclui famílias o/ ou s/ parentes

Gráfico 4

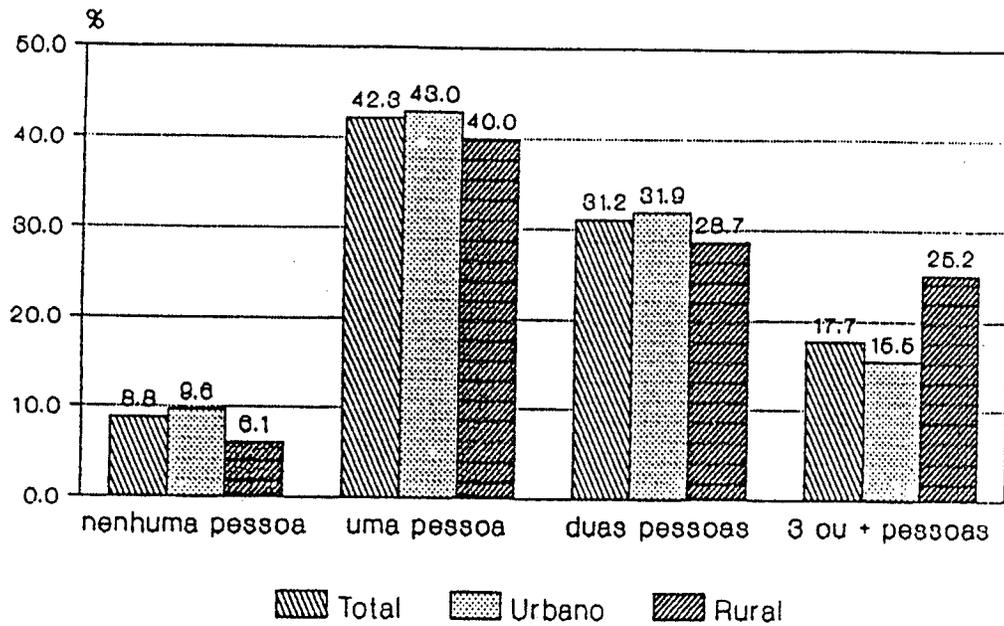
TIPOS DE FAMILIA SEGUNDO O CICLO DE VIDA (GRUPOS DE IDADE DOS FILHOS) BRASIL/1989



PNAD/IBGE, Família, Vol.2 Indicadores Sociais, 1991

(\*) Inclui famílias com ou sem parentes

Gráfico 5  
FAMILIAS POR NUMERO DE PESSOAS  
QUE TRABALHAM - BRASIL - URBANO/RURAL -  
1989



Fonte: PNAD

Gráfico 6

TAXA DE ATIVIDADE DAS PESSOAS DE 10 ANOS  
OU MAIS POR SEXO E CONDIÇÃO NA FAMÍLIA  
BRASIL - 1981/1989

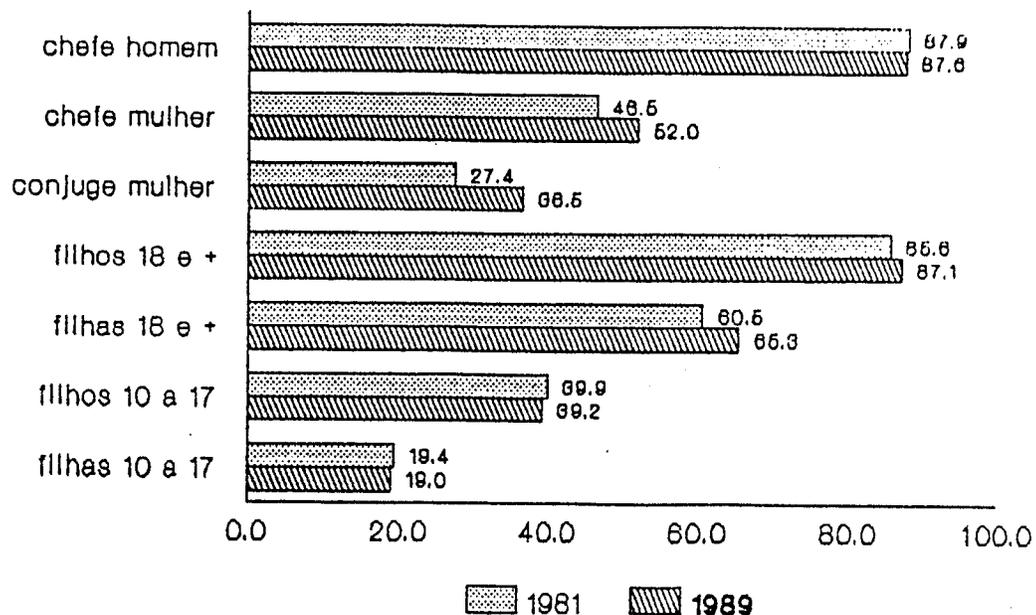
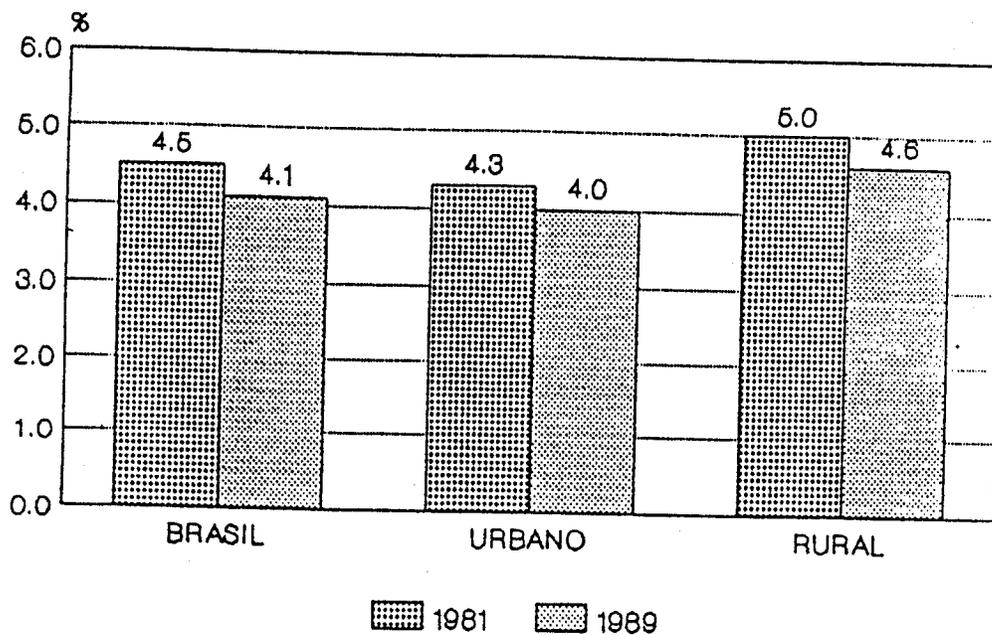


Gráfico 7  
TAMANHO MEDIO DAS FAMILIAS  
BRASIL - URBANO/RURAL  
1981/1989



Fonte: PNAD

Gráfico 8

TAMANHO MEDIO DAS FAMILIAS  
GRANDES REGIOES - 1981/1989

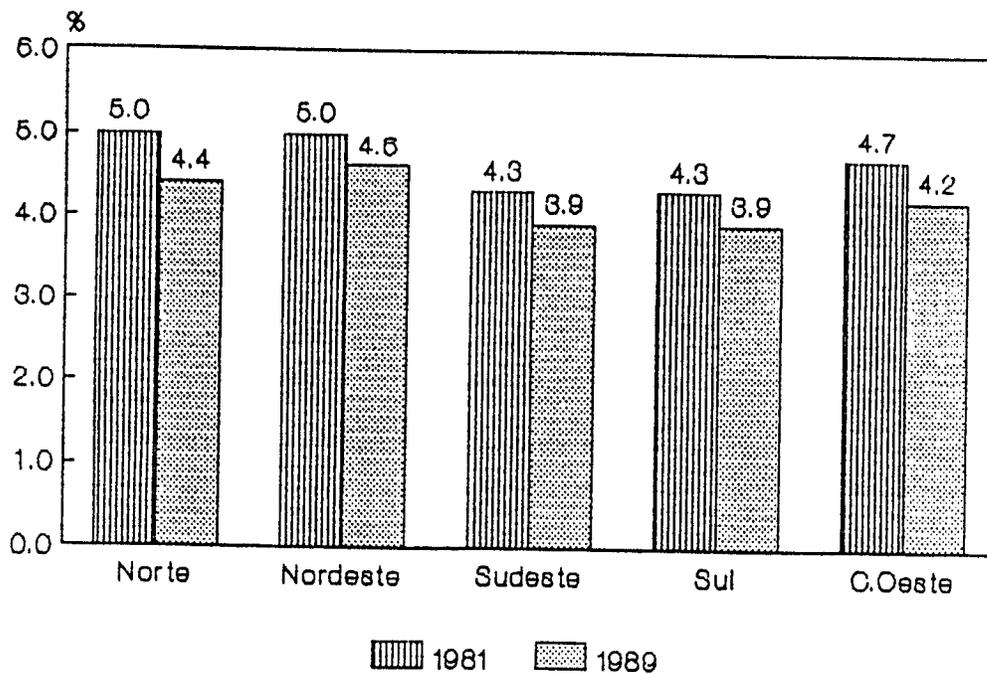
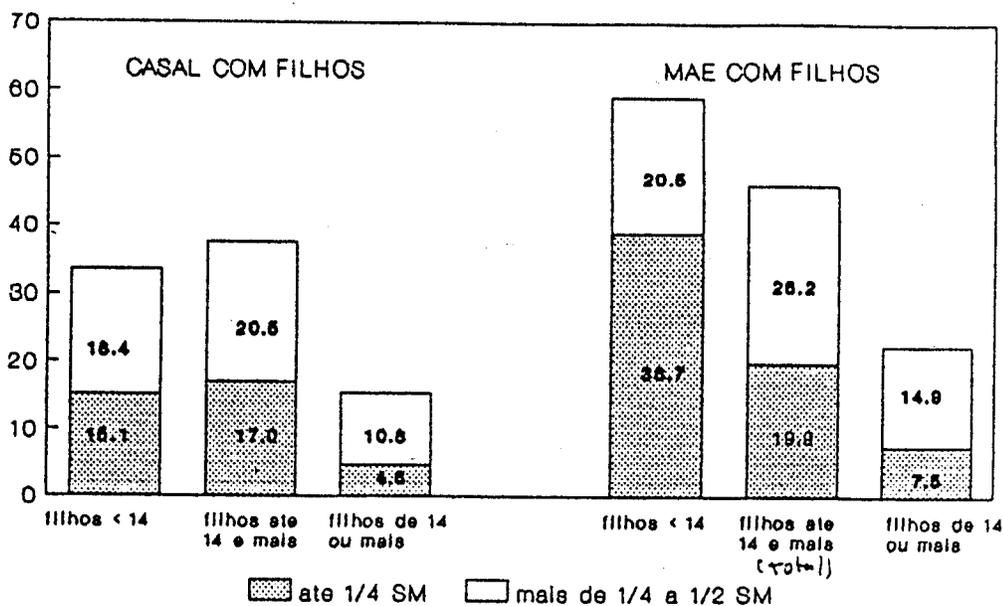


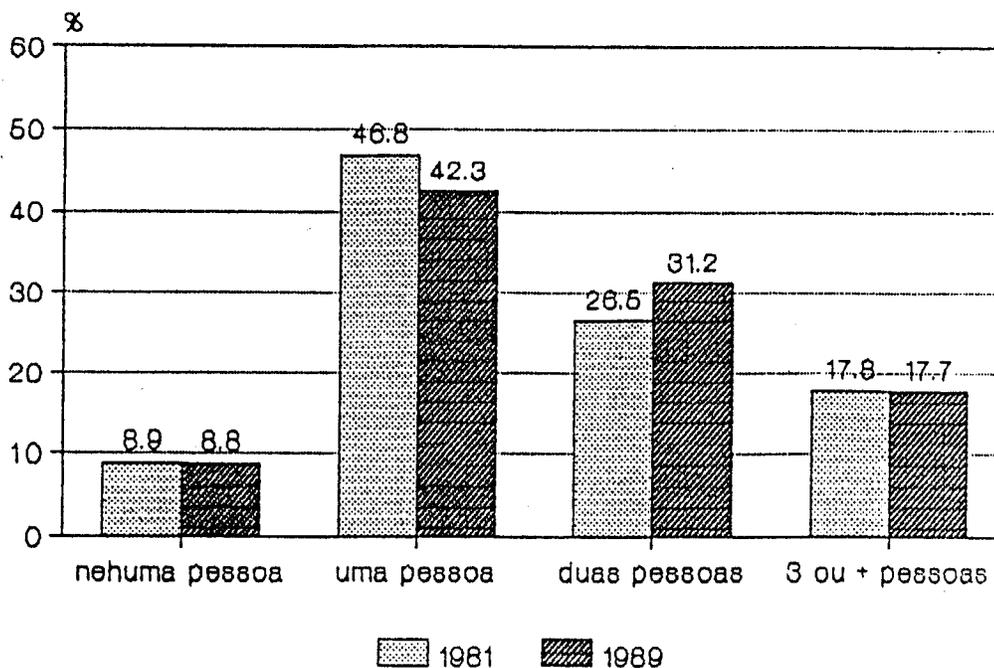
Gráfico 9  
 TIPOS DE FAMILIA POR RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA(\*) SEGUNDO O CICLO DE VIDA - BRASIL/1989



Fonte: PNAD  
 (\*)RMFPC de até 1/2 salário mínimo

Gráfico 10

FAMILIAS POR NUMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM - BRASIL 1981/1989



Fonte: PNAD